

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LARISSA GONÇALVES MEDEIROS

A objetivação da saúde da criança pelo UNICEF:
problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia

BELÉM-PA

2011

LARISSA GONÇALVES MEDEIROS

**A objetivação da saúde da criança pelo UNICEF:
problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof^a. Dr^a Flávia Cristina
Silveira Lemos

BELÉM-PA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Medeiros, Larissa Gonçalves

A objetivação da saúde da criança pelo UNICEF: problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia / Larissa Gonçalves Medeiros; orientadora, Flávia Cristina Silveira Lemos. - 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2011.

1. Crianças - Saúde e higiene - Amazônia. 2. Crianças - Cuidado e tratamento - Amazônia. 3. Crianças - Desenvolvimento - Amazônia. 4. UNICEF. 5. Biopolítica - Amazônia. I. Título.

CDD - 22. ed. 155.409811

LARISSA GONÇALVES MEDEIROS

A objetivação da saúde da criança pelo UNICEF: problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social.

Conceito: _____

Aprovado em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA) – Orientadora

Prof. Dr. Marcos César Alvarez (USP) – Membro

Prof. Dr. Kleber Prado Filho (UFSC) – Membro

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (UNESP) - Membro

Prof. Dr. Carlos Batista Maciel (UFPA) – Suplente

Prof. Dra. Estela Scheinvar (UERJ) - Suplente

AGRADECIMENTOS

À UFPA e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPA por ter me acolhido e me propiciado a realizar este mestrado.

À Profa. Dra. Flávia Lemos, pela incansável disponibilidade e orientação atenta, e por todo o incentivo e credibilidade no meu trabalho que foram extremamente importantes na escolha das minhas futuras experiências políticas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Ney, que sempre nos atendeu com competência e atenção! Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPA.

Ao grupo Transversalizando pelas ricas discussões e momentos de estudos.

À Profa. Dra. Angelica Motta-Maués pela inesquecível disciplina sobre antropologia da infância.

À Profa. Dra. Estela Scheinvar e a todo seu grupo de estudos pelo acolhimento no Rio de Janeiro buscando sempre transcender as relações acadêmicas.

À Profa. Dra. Maria Lívia Nascimento por ter me recebido em seu grupo de estágio.

Ao amigo e Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mello por todo o afeto e disponibilidade, todas as trocas de saberes desde a época em que foi meu professor na graduação e no período do Núcleo de Práticas Discursivas, e por sempre me incentivar e potencializar meu desejo de pesquisar e viver com leveza.

Às amigas Alyne, Amanda, Ana Lúcia, Anne Dias, Dani Miranda, Dani Vasco, El e Lúcia, com amor imenso, pelo apoio e disponibilidade nas intensas trocas acadêmicas e existenciais.

Ao Felipe pela parceria existencial, suporte emocional e carinho incondicional de todos os dias.

À Cearacy e Beth pelos cuidados maternos.

À toda minha extensa família pelo carinho e incentivo. Especialmente à minha mãe, Célia Regina, e irmã, Camila, pelo apoio cotidiano, ao meu pai, Juarez, e madrasta Madalena pelo suporte material, e à tia Luciene, por compartilhar suas experiências acadêmicas, e porque o amor e o cuidado com o outro não se limitam a uma experiência maternal.

Nem tudo o que escrevo resulta numa realização, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer. Pois nem em tudo eu quero pegar. Às vezes quero apenas tocar. Depois o que toco às vezes floresce e os outros podem pegar com as duas mãos.

Clarice Lispector

RESUMO

MEDEIROS, L. G. **A objetivação da saúde da criança pelo UNICEF: problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia.** 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

Este estudo busca problematizar a concepção de saúde da criança veiculada pelo UNICEF, analisando especificamente os regimes de verdade e práticas de poder que são operados por esta agência acerca das condições de saúde em que vivem as crianças na Amazônia. Para tanto é realizada uma pesquisa documental que tem como fonte de análise o relatório “*Ser Criança na Amazônia*”: *uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil*, publicado pelo UNICEF em 2004. Como ferramentas de análise são utilizadas a história-genealógica de Foucault e sua analítica do poder, especialmente em relação ao biopoder. No contexto das políticas da ONU a performance do UNICEF no cuidado da infância é compreendida como parte de uma governamentalidade liberal que atua na promoção do progresso social e desenvolvimento econômico dos países, em prol da segurança. Neste sentido, esta pesquisa procura dar visibilidade ao modo como as práticas do UNICEF são articuladas às práticas vizinhas e engendram um dispositivo de governo que opera através de estratégias disciplinares e biopolíticas no controle da população da Amazônia, em função da gestão de riscos. De acordo com as análises do UNICEF, a saúde da criança é compreendida como efeito de determinadas condições sociais e econômicas consideradas fundamentais para sua sobrevivência e bem-estar. A falta de infraestrutura social e as precárias condições de existência são apontadas como fatores que podem gerar doenças e prejuízos ao desenvolvimento das crianças. Além disso, o relatório enfatiza o papel da mulher enquanto mãe, colocando-a como principal responsável pela sobrevivência e educação dos filhos, e a importância do desempenho da família para a garantia do pleno desenvolvimento infantil. Observa-se como as noções de saúde e infância, compreendidas respectivamente como um campo multideterminado e uma etapa da vida que precisa ser protegida e controlada, são utilizadas pelo UNICEF no governo das populações pobres da região, capturadas em discursos higiênicos que desqualificam as famílias em função de suas condições de sobrevivência e de suas práticas de cuidado em relação às crianças. Estes discursos produzem a demanda por uma rede infinda de proteções para as famílias que promovem a saúde e asseguram a vida, mas implicam em controles que põem em xeque sua autonomia.

Palavras-chave: UNICEF. Saúde da criança. Biopoder. Amazônia.

ABSTRACT

MEDEIROS, L. G. **The objetification of child health from UNICEF: questioning biopower technologies in the Amazon.** 2011. 108 f. Dissertation (Mastering) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

This study intends to problematize the conception of child health propagated by UNICEF, specifically analyzing the regimes of truth and practices of power, which are operated by this agency on the health conditions of the children that lives in the Amazon. Therefore it's made a documentary research that has its source analysis the report "*Being a Child in Amazonia: an analysis of the conditions for child development in the northern region of Brazil*", published by UNICEF in 2004. As analysis tools, are used Michel Foucault's genealogical history, and his analytics of power, especially in relation to biopower. In the context of United Nations policy, the UNICEF's performance in the care of children is understood as part of a liberal governmentality that acts in promoting social progress and economic development of countries, for safety's sake. In this sense, this research try to give visibility to how the practices of UNICEF, articulated with surrounding practices, engender a device of government that operates through disciplinary and biopolitical strategies to control the population of the Amazon as function of risk management. According to the UNICEF analysis, the child health is understood as an effect of certain social and economic conditions considered essential for their survival and well-being. The lack of social infrastructure and the precarious conditions of existence are pointed as factors that may cause illness and damage to children's development. In addition the report emphasizes the role of woman as mother, placing her as the main responsible for the survival an education of children, and the importance of family performance in guarantee a complete child development. Notions of health and childhooh, respectively, as a multidimensional field, and a life stage that needs to be protected and controlled, from this point of view, are used by UNICEF in the government of the poor population of the region, captured in hygienic speeches that disqualify families because of their survival conditions and their care practices in relation to children. These speeches sets up a demand for an endless network of protections for families that promotes health and ensure life, but imply controls that put in check their autonomy.

Keywords: UNICEF. child health. biopower. Amazon.

SUMÁRIO

1	EM MEIO A ENCONTROS E AFETOS AQUI ESTAMOS	9
2	O PENSAMENTO FOUCAULTIANO COMO FERRAMENTA DE LUTA	15
2.1	Foucault e a busca de uma história efetiva: a genealogia como estratégia metodológica	23
2.2	O método histórico-genealógico na interrogação de documentos.....	25
3	PROBLEMATIZANDO A GOVERNAMENTALIDADE DE CRIANÇAS PELO UNICEF	30
3.1	As práticas do UNICEF no contexto da política das Nações Unidas.....	34
3.2	O biopoder e a gestão da infância como estratégia de controle das populações: o caso da Amazônia	43
4	OS DISCURSOS DO UNICEF SOBRE A SAÚDE DA CRIANÇA NA AMAZÔNIA	55
4.1	Condições básicas de sobrevivência.....	70
4.2	Cuidados maternos e família competente	78
5	SAÚDE E “BEM-ESTAR” NA AMAZÔNIA: DEMANDA POR PROTEÇÃO E LIBERDADES REGULADAS.....	98
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	103

1 EM MEIO A ENCONTROS E AFETOS AQUI ESTAMOS

A clareza em relação ao problema de pesquisa constitui um passo fundamental dentro do processo de pesquisar, no entanto, desenvolver uma pesquisa de mestrado implica na concepção de vários problemas. Os primeiros que tive de enfrentar, e creio que até o momento os mais difíceis, relacionam-se ao ponto de partida de minha pesquisa.

Entre capturas e resistências, a elaboração de um problema de pesquisa delinea-se em uma rede de agenciamentos de desejos e interesses político-econômicos que me traziam dúvidas a respeito do que me inquietava e mobilizava o suficiente para receber dois anos de investimento afetivo, dedicação e paciência. Isso, na medida em que, além de minha implicação com a área/tema/problema de pesquisa, eu tinha que considerar também: qual seria a relevância dessa pesquisa para minha vida profissional e para a sociedade? De que modos ela poderia ser desenvolvida e qual a viabilidade de seu desenvolvimento? Quem se interessaria por orientar esse trabalho? Seria essa pesquisa de interesse das agências de financiamento?

Todas essas inquietações me afligiram bastante, especialmente pelas dificuldades e problemas específicos que se impunham em função de que a pesquisa estaria vinculada a um programa de pós-graduação na cidade de Belém, estado do Pará, onde resido.

No que diz respeito à produção acadêmica, a região Norte encontra-se ainda pouco integrada aos grandes centros onde essa produção está, em sua maior parte, concentrada, o que pode implicar em certa dificuldade de acesso a eventos científicos, a grupos de estudo e pesquisa e a financiamento e recursos para desenvolver a pesquisa.

Deste modo, eu que tinha em meu percurso na psicologia investido em estudos na área da saúde, através de: estágios em hospitais; aperfeiçoamento e especialização em psicologia da saúde e hospitalar; e docência em curso técnico de enfermagem e, ao mesmo tempo, investido na psicologia social, pois havia integrado entre os anos de 2006 e 2008 o Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, grupo que estudava e pesquisava psicologia social na Universidade Federal do Pará, além de ministrar, nos anos de 2008 e 2009, como professora substituta, a disciplina Psicologia Social na mesma universidade, e fazer parte desde 2006 do Núcleo Belém da Associação Brasileira de Psicologia Social, precisava elaborar um problema de pesquisa que fosse instigante e mobilizador para mim, mas que, além disso, atendesse às condições já mencionadas.

As experiências acadêmicas que eu havia tido até então já deixavam clara uma questão: todo problema de pesquisa nasce de certo estranhamento do cotidiano, sendo que

está ligado a uma postura crítica e implicada de problematização de acontecimentos dados como naturais. Então, pensava eu: com o que estou implicada atualmente?

Muitas coisas saltavam aos meus olhos, porém a que me inquietava mais, e que tinha feito parte de minhas vivências cotidianas durante os últimos três anos, estava relacionada à minha experiência e “resistência”, se é que assim posso chamar, na área da saúde. Essa resistência ocorria em função das leituras e discussões das quais eu participava no Núcleo de Práticas Discursivas, que trabalhava com uma perspectiva que pode se chamar de construcionista e que aguçara meu senso crítico.

Entre leituras de Thomás Ibáñez e Michel Foucault, e discussões sobre a subversão das dicotomias, a não hierarquização dos saberes, os modos de subjetivação, que abalavam as verdades instituídas, me incomodava perceber a dominação do saber médico sobre os outros saberes e os efeitos dessa dominação. Assim, a partir de uma intenção ainda imprecisa, eu queria pesquisar algo relacionado ao tema políticas públicas em saúde e modos de subjetivação.

Foi então que, após o encerramento das atividades do Núcleo de Práticas Discursivas, e, ainda como professora de psicologia social comecei a frequentar as aulas da Prof^a. Dr^a. Flávia Lemos, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA, onde vislumbrei uma possibilidade de desenvolver um projeto de pesquisa para o mestrado.

Meu interesse em construir um projeto de pesquisa com essa professora se deu em função de seus autores de referência, o principal deles Michel Foucault, e de suas discussões na área da psicologia social, da política e dos processos de subjetivação, com uma crítica arguciosa e eticamente orientada.

No entanto, a Prof^a. Flávia não possuía nenhum trabalho específico sobre saúde, e neste momento me vi diante de um impasse: como enfrentar as condições de possibilidade que se apresentavam e articular a minha intenção ainda imprecisa de pesquisa com os interesses de estudo da orientadora que eu havia escolhido?

Uma boa via de articulação encontrada foi desenvolver uma pesquisa que envolvesse o tema das políticas públicas em saúde, e, ao mesmo tempo, pudesse estar conectada com o projeto “Análise genealógica de práticas do UNICEF e da UNESCO de atenção às crianças e jovens, no Brasil, de 1990 a 2008” desenvolvido por ela. Este projeto, instigante e incomum, por interpelar corajosamente instituições de defesa dos direitos de crianças e jovens, apresentava entre seus objetivos: dar visibilidade aos processos de subjetivação que, após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, estariam sendo agenciados e engendrados por meio das práticas concretas que constituem a proteção de crianças e jovens no Brasil, em

contextos de mundialização e de configuração de uma assistência híbrida, composta de organismos multilaterais (UNICEF e UNESCO) com as OGs, ONGs, OSCIPs, instituições caritativas e filantrópicas brasileiras (LEMOS, 2008a).

Contudo, junto com essa possibilidade que despontava, novos problemas emergiam: investigar as práticas do UNICEF envolvia, em primeiro lugar, trabalhar com o tema da infância e em segundo, corroborando com a metodologia proposta no projeto, adentrar na pesquisa documental: dois campos inteiramente desconhecidos para mim com os quais nunca havia trabalhado... Ainda assim, estava disposta a encarar o desafio.

As práticas do UNICEF dirigidas às crianças e jovens ocorrem através de projetos, pesquisas, publicações anuais de relatórios e cartilhas, produção de indicadores, financiamento para execução de programas sociais, assessoria direta de peritos aos gestores de políticas públicas ligadas às questões de direitos de crianças e jovens, entre outras, e têm se fortalecido e ganhado visibilidade no Brasil através de uma crescente e contínua intervenção que afeta as políticas públicas e a legislação brasileira.

Neste contexto, e sem perder de vista meu interesse pelas políticas públicas em saúde, decidi por investigar a objetivação da saúde da criança pelas práticas do UNICEF, bem como discutir seus possíveis efeitos, através da análise genealógica de algum dos relatórios anuais publicados por essa instituição.

Em um primeiro momento, envolta em dúvidas especialmente direcionadas à realização da pesquisa documental que é uma metodologia pouco utilizada no campo da psicologia, não sabia ao certo como desenvolveria a pesquisa, se trabalharia com um ou mais relatórios, como os analisaria e quais seriam eles, contudo, logo tive acesso a um relatório publicado em fevereiro de 2004 pelo UNICEF intitulado: “Ser Criança na Amazônia: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil”. Neste estudo são descritos e analisados alguns dos aspectos que mais impactam a vida de crianças de 0 a 6 anos, e a qualidade da atenção básica que as crianças da região Norte recebem é apontada como não satisfatória.

O relatório propõe que as informações publicadas sirvam para a formulação e implementação de estratégias, políticas, programas e projetos voltados para a garantia dos direitos das crianças dessa faixa etária (tal como previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente) por parte daqueles que desejam assegurar a proteção integral e o pleno desenvolvimento biológico, psíquico, afetivo, cognitivo e social das crianças da Amazônia brasileira (UNICEF, 2004).

Após ler a apresentação do relatório, na qual é afirmada a importância de se garantirem, desde os primeiros anos de vida, boas condições de desenvolvimento e uma boa qualidade de atenção à infância, que se caracteriza pela promoção do “desenvolvimento integral, saudável e feliz” de todas as crianças (UNICEF, 2004), me deparei com minhas antigas problematizações acerca do saber médico e das práticas em saúde, e comecei a questionar o que o UNICEF tem considerado como saudável para o desenvolvimento infantil? Como a saúde da criança tem sido objetivada nos relatórios do UNICEF? Que regimes de verdade fundamentam os discursos que o UNICEF tem veiculado a respeito da saúde e da infância? Que práticas de poder esses discursos acionam?

Destarte, me dei conta de que havia encontrado um problema de pesquisa muito interessante, pois tendo em vista a necessidade de regulação da população no que se refere às medidas de ordem, higiene, saúde e urbanização, a saúde da criança, tem sido preocupação e alvo de políticas que visam assegurar e proteger a infância como um período de formação na vida do indivíduo, importante para o desenvolvimento social.

A criança, percebida e forjada como valioso elemento para o progresso da nação e, ao mesmo tempo, altamente vulnerável aos avanços da pobreza (RIZZINI, Irene, 2008), vem sendo objeto privilegiado de atenção de agências de desenvolvimento e organizações internacionais como o UNICEF.

Neste contexto, elegi este documento do UNICEF como objeto de minhas análises, pois, além de acreditar que ele era mais que suficiente para a realização de minha pesquisa de mestrado, observei que era o único relatório do UNICEF até então que abordava especificamente a situação da infância na Amazônia, região que possui características peculiares e que, devido a algumas dessas peculiaridades, é alvo de interesses político-econômicos de todas as partes do mundo.

Para abordar as questões mencionadas, optei por trabalhar através de uma perspectiva foucaultiana de análise denominada genealogia (FOUCAULT, 1985a). Desta maneira, a saúde e a infância não foram tomadas como categorias naturais e universais, mas sim construídas a partir de determinadas condições de possibilidades, e operando tecnologias de governo que engendram processos existenciais, através da edificação de uma série de regulamentos e modulações que estabelecem o modo como o ser humano (e o “ser criança na Amazônia”) deve se relacionar consigo mesmo e com o mundo.

Além de operar processos existenciais, a saúde também é compreendida, como um dispositivo, ou seja, uma rede que, como define Foucault (1985b), põe em relação discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas,

morais, filantrópicas, e que funciona para a gestão do corpo social, através de estratégias que objetivam a regulação e o controle minucioso da população.

Portanto, um ponto fundamental nesta discussão é a consideração do conceito ampliado de saúde definindo um campo que engloba diversos discursos numa articulação complexa de conhecimentos (conjugação de saberes bio-psico-sociais) associados à idéia de integralidade.

A saúde assim está relacionada a condições e estilo de vida, a idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana e ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos.

Dessa forma, problematizar a concepção de saúde da criança veiculada pelo UNICEF implicou em perguntar pelos jogos de verdade que lhes oferecem sustentação, dando visibilidade às relações de poder exercidas a partir do discurso da saúde que, articulando diversos campos de saber, opera governando indivíduos e populações e constituindo modos de ser criança que estejam de acordo com os propósitos de progresso da nação, paz e segurança coletivas.

No processo de desenvolvimento da pesquisa o problema inventado parecia em alguns momentos ganhar contornos mais precisos em função das várias linhas que iam se cruzando na sua composição e, em outros momentos, tomava formas rizomáticas por conta dessas mesmas linhas sempre em movimento. Tomar a decisão de como cartografar esses fluxos estabelecendo fronteiras não foi um trabalho solitário. Muitas vozes estiveram presentes nesse processo.

Em primeiro lugar as preciosas orientações e discussões estabelecidas com a Prof^ª. Flávia Lemos em diversos espaços como nas suas disciplinas, nos mais variados eventos acadêmicos, e no grupo de estudos Transversalizando, coordenado por ela em Belém, onde estudamos exaustivamente a metodologia foucaultiana e alguns de seus cursos, além de outras importantes referências bibliográficas que compõe este trabalho.

As disciplinas cursadas em outros programas de pós-graduação e o contato com outros professores também foram cruciais, a saber: a disciplina sobre infância e antropologia ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Angelica Motta-Maués no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA, que trouxe referências fundamentais para esta pesquisa como as discussões das autoras Cláudia Fonseca, Cynthia Sarti e Patrice Schuch.

Também as disciplinas cursadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde estive durante o primeiro semestre de 2010, uma sobre análise institucional com a Prof^ª. Dr^ª. Marisa Rocha no programa de Psicologia Social, outra ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Vera

Portocarrero no programa de Filosofia, que discutiu o pensamento foucaultiano, e a terceira sobre História da Assistência à Infância no Brasil com a Prof^ª. Dr^ª. Esther Arantes, no programa de Políticas Públicas e Formação Humana. Neste programa também participei do grupo de estudos da Prof^ª. Dr^ª. Estela Scheinvar em ricas discussões sobre o curso de Foucault “O Nascimento da Biopolítica”, que eram articuladas com os problemas de pesquisas de seus orientandos.

Todos esses espaços por onde circulei, somados aos diversos congressos, encontros e jornadas em que participei e que possibilitaram o contato com outras pesquisas, foram fundamentais na constituição deste trabalho. Assim, posso defini-los como bons encontros que aumentaram minha potência de agir.

Hoje penso que minha maior inquietação e angústia relacionada à difícil constituição do problema de pesquisa, era a de compor encontros que pudessem desdobrar minha potência de agir, meu poder singular de afetar e de ser afetada, aumentando a força de minha existência.

Como ninguém sabe de antemão de que afetos é capaz, lancei-me à experimentação e fui aprendendo durante este percurso a arte de selecionar e compor relações e poderes que resultaram nesta dissertação de mestrado. No entanto os encontros não cessaram e aqui estamos.

2 O PENSAMENTO FOUCAULTIANO COMO FERRAMENTA DE LUTA

Para Foucault, a problematização não deve ser fundada numa teoria do objeto na medida em que este é efeito de práticas não existindo previamente. Neste sentido é preciso conhecer as condições históricas que motivam este ou aquele tipo de problematização, dando visibilidade às forças que nos atravessam e constituem nosso modo de ser e conhecer o mundo.

O tema desta pesquisa constituiu-se relacionado a certo interesse pelo pensamento foucaultiano. Pode-se compreender de que maneira as idéias deste autor possibilitaram a emergência do problema específico de pesquisa que aqui foi desenvolvido, ao considerar, de modo geral, as condições históricas que contribuíram para constituição de seu pensamento.

As pesquisas de Foucault desenvolveram-se em um período que ele caracteriza por dois fenômenos: um é o da *eficácia das ofensivas dispersas e descontínuas*, onde proliferou uma imensa criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos; o outro ele chamou de *reviravoltas de saber*, marcado pela insurreição dos saberes sujeitados. Estes saberes são de acordo com ele:

[...] blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos [...] [e] toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou da cientificidade requeridos [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 12)

Neste sentido, Candiotti (2010) afirma que Foucault situou-se numa tentativa de saída de uma filosofia do sujeito, e buscou problematizar evidências que apontam para o mesmo como fundamento de verdade e fonte universal de significação, mostrando que tanto os discursos de verdade quanto o que se entende por sujeitos são produzidos, constituídos a partir da articulação entre jogos de regras, mecanismos e estratégias de poder pertencentes às nossas práticas sociais e culturais.

Assim, Foucault procurou em suas pesquisas produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na cultura ocidental, denunciando o que nos tornamos diante da proliferação de discursos que pretendem atribuir verdades sobre nós. Para isso, rompeu com as convenções da disciplina histórica, questionando, sobretudo os métodos e os princípios reguladores da tradicional história das idéias, pautados na relação de causa e efeito e na unidade dos processos evolutivos.

Como afirmam Rago e Veiga-Neto (2008, p. 11):

[...] Trata-se de um historiador que nos faz pensar muito mais no presente do que no passado. Um filósofo que se quer jornalista e ensina como olhar diferentemente para a História, como fazer novas questões ao que já foi dito, mas que ao mesmo tempo afirma a História do presente, deslegitimadora do instituído, revirando nossas noções conservadoras e enquadradas de tempo e de espaço.

Partindo de uma perspectiva foucaultiana de posicionamento no mundo, perspectiva crítica de inquietação e problematização frente às relações estabelecidas, consagradas, e também irônica, zombeteira, “que ri para o escândalo de disciplinas que se levam tão a sério”, como afirma Albuquerque Júnior (2008, p. 97), a escolha pela realização desta pesquisa configurou-se na esfera de um interesse em desnaturalizar os universais, e produzir uma história crítica em relação ao UNICEF. Para tanto, foi necessário mobilizar os estudos foucaultianos como referencial “teórico-metodológico” a fim de desenvolver o presente trabalho.

Se no primeiro momento da trajetória de seu pensamento, conhecido como arqueologia, Foucault se ocupou da história dos saberes, descrevendo o regime das práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (práticas discursivas), posteriormente, o autor procurou, através de sua genealogia, analisar o porquê dos saberes situando-os como peças de relações de poder. Ou seja, realizou uma história política da verdade, introduzindo a problemática do poder para entender como alguns saberes, num determinado momento, e numa cultura específica, são reconhecidos como verdadeiros e outros são desqualificados como falsos¹. A partir de então Foucault ampliou operadores de análise em seus estudos acerca das condições de produção de verdades e sujeitos tomando-os como efeitos de práticas discursivas (jogos de regras entre saberes), imanentes a práticas não-discursivas (estratégias de poder).

É neste sentido que Veyne (1998) afirma que um dos deslocamentos teórico-históricos mais interessantes do pensamento de Foucault está na narração de episódios históricos a partir das práticas e não dos objetos, pois estes são apenas os correlatos das práticas que os constituem não existindo antes delas: “[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela [...]” (p. 243).

¹ Mais tarde Foucault enveredou-se pela discussão da Ética e do cuidado de si naquele que passou a ser considerado, de modo geral, como o terceiro momento de sua obra. Contudo, esta discussão não é utilizada como ferramenta de análise nesta pesquisa e, portanto, não será abordada.

De acordo com Candiotto (2010), a questão que se coloca nas investigações genealógicas de Foucault é que longe de existir no homem um desejo natural de saber, de conhecer, desejo que o impele às descobertas científicas, aquilo que é normalmente denominado como verdade nada mais é do que efeito da vontade (histórica) de verdade. Nas palavras de Foucault:

[...] se colocamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor) que vemos esboçar-se. (FOUCAULT, 1996, p. 16)

Neste contexto, as relações de poder passam a ocupar um lugar central no pensamento foucaultiano, funcionando como critério de inteligibilidade das práticas sociais cotidianas que produzem modos de ser e domínios de objetos. Isto na medida em que Foucault considera que o poder nada mais é do que: relações de força que acontecem em toda parte e se caracterizam pelo jogo, pela luta, pelo enfrentamento contínuo:

[...] As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força, de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. (FOUCAULT, 2006a, p. 231)

De acordo com a analítica foucaultiana, essas relações de forças não significam violência, coerção, opressão. O que o autor traz de novo é a subversão de uma concepção negativa acerca do poder como algo que reprime e impõe limites considerando-o em sua positividade, ou seja, a partir de seus efeitos, daquilo que ele efetivamente produz.

Observa-se, segundo Foucault (2006a) que as relações de poder em sua dispersão e eficácia produtiva utilizam métodos e técnicas muito diferentes umas das outras, segundo as épocas e segundo os níveis. Com isso ele quer apontar para certa plasticidade que caracteriza o exercício e funcionamento do poder em suas múltiplas estratégias e táticas. Portanto, na complexa rede de exercício de poderes descrita por Foucault, o Estado, em vez de ser tomado como o lugar onde se localiza o poder, transforma-se em um instrumento específico que é ultrapassado e complementado por essas relações de força.

É assim que Foucault (1987a) fala, em um primeiro momento, das tecnologias disciplinares que permitem ajustar a multiplicidade produzindo individualizações, dominando todas as forças que se formam, regulamentando os movimentos, as circulações incertas, as

aglomerações, fazendo diminuir assim os fenômenos de massa, as resistências, os contrapoderes.

[...] Daí o fato de as disciplinas utilizarem processos de separação e de verticalidade, de introduzirem, entre os diversos elementos de mesmo plano barreiras tão estanques, quanto possível, de definirem redes hierárquicas precisas, em suma, de oporem à força intrínseca e adversa da multiplicidade, o processo da pirâmide contínua e individualizante. Elas devem também fazer crescer a utilidade singular de cada elemento da multiplicidade, mas por meios que sejam os mais rápidos e menos custosos, ou seja, utilizando a própria multiplicidade como instrumento desse crescimento: daí, para extrair dos corpos o máximo de tempo e de forças, esses métodos de conjunto que são os horários, os treinamentos coletivos, os exercícios, a vigilância ao mesmo tempo global e minuciosa. É preciso, além disso, que as disciplinas façam crescer o efeito de utilidade próprio às multiplicidades, e que tornem cada uma delas mais útil que a simples soma de seus elementos; é para fazer crescer os efeitos utilizáveis do múltiplo que as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos e a tarefas. (FOUCAULT, 1987a, p. 193)

Deste modo, as disciplinas engendram o discurso da norma fazendo funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade, regendo-a através de uma microfísica que opera minuciosamente e com eficácia produtiva em vez de coerção.

No período em que escreve *A História da Sexualidade: a vontade de saber*, e ministra o curso *Em Defesa da Sociedade* no Collège de France, Foucault passa a delinear uma nova função do poder que atua na gestão da vida, para sua garantia, reforço, multiplicação, ordenamento.

Instaura-se então a partir do século XVII, de acordo com Foucault (1988) o biopoder, que incorpora o poder disciplinar em seu domínio mais amplo e atua também com uma nova tecnologia de poder denominada Biopolítica, encarregada de gerir o corpo-espécie, ou seja, a multiplicidade dos homens, mas não produzindo individualizações, e sim como uma massa global que sofre processos de conjunto próprios da vida (nascimentos, mortes, epidemias etc.).

A partir do momento em que se colocou para Foucault a questão da entrada da vida no campo das técnicas políticas caracterizando a era do biopoder, o autor passa a situar o poder como da ordem do governo. De acordo com Castro (2009, p. 190), “desde esse ponto de vista se poderia afirmar que o quadro geral das investigações de Foucault foram as práticas de governamentalidade que constituíram a subjetividade ocidental”.

A esse respeito, Fonseca (2008) afirma que Foucault realiza um deslocamento no interior de sua analítica do poder, na medida em que, no lugar do eixo “saber-poder”, passa a se ocupar com a idéia de “governo dos homens”: “Não se trata mais de mostrar *como* as

formações de saber e as formas de subjetivação são produzidas pelos mecanismos de poder, mas sim pensá-los como três domínios que se articulam no interior de uma determinada ‘arte de governar’” (FONSECA, 2008, p. 157).

A noção de governo emerge em seus estudos como um conjunto de práticas que visam estruturar um eventual campo de ação possível de outros. Ou seja, trata-se de ações sobre as possibilidades de ação dos outros que adquirem a dimensão de “conduzir condutas”: conduzir as crianças, os estudantes, os doentes, a família.

Foucault (2008a) envereda então pela história do governo dos homens no ocidente descrevendo as condições que possibilitaram a produção do que ele chama de uma governamentalização da vida característica das sociedades ocidentais européias a partir do século XVI:

[...] Creio que de modo geral que o problema do “governo” eclode no século XVI, de maneira simultânea, a propósito de muitas questões diferentes e sobre muitos aspectos [...] Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível? (FOUCAULT, 2008a, p. 118)

Neste percurso, ele identifica a questão do governo dos homens como uma idéia que emerge entre os hebreus, no Oriente pré-cristão primeiro e no Oriente cristão depois, sob a forma de organização de um poder pastoral. Esse poder, de tipo religioso, é exercido por Deus que é o pastor sobre seu povo, compreendido como um rebanho que se desloca de um ponto a outro (FOUCAULT, 2008a).

A função do pastor no exercício de seu poder é conduzir o rebanho à salvação, aos bons pastos, que são essencialmente os meios de subsistência abundantes. Logo, o poder pastoral é em si sempre um bem, na medida em que o pastor conduz à salvação vigiando e zelando por todo o rebanho e por cada uma de suas ovelhas.

Nesta direção Foucault (2008a) aborda como o tema do pastorado foi enriquecido e transformado pelo pensamento cristão, dando lugar a uma rede institucional densa, coextensiva à Igreja e a toda comunidade do cristianismo. Assim, o pastorado cristão se ocupou de como indivíduos e grupos deveriam ser governados e deixar-se governar, cuidar, com vistas à salvação, por alguém a quem estariam ligados por um vínculo de obediência.

Segundo Foucault (2008a), esta forma de poder pastoral

[...] deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma

arte que tem função de encarregar-se coletiva e individualmente ao longo de toda vida deles e a cada passo de sua existência. (p. 218-19)

Com efeito, ela assinalou o aparecimento de modos específicos de individualização que tiveram uma importância decisiva para a história do sujeito.

O governo em sua forma política, que Foucault (2008a) denominou governamentalidade, emergiu no final do século XVI e primeira metade do século XVII, quando ocorreu uma transformação no que ele chama artes de governar. Essa transformação caracterizou-se pelo surgimento da razão de Estado como efeito de uma nova percepção histórica que atravessou a racionalidade do governo do soberano.

De acordo com essa nova temporalidade histórica, em vez de pleitear um império dos últimos dias que unificaria todas as soberanias individuais, como acontecia no governo do soberano, os Estados deveriam coexistir em um espaço de equilíbrio concorrencial, sem que nenhum prevalecesse sobre os demais. Logo, o problema maior dessas artes de governar que Foucault (2008a, 2008b) chamou razão de Estado, deixa de ser o da legitimidade do soberano sobre o território, e passa a ser o da dinâmica das forças do Estado e das técnicas que permitem desenvolvê-las.

É importante observar que os deslocamentos sofridos pelo poder soberano na passagem do século XVI para XVII foram efeito das conquistas coloniais e da constituição de um espaço de intercâmbios econômicos múltiplos, ampliados e intensificados que inscreviam cada Estado por si mesmo no espaço da concorrência.

A busca de uma tecnologia de crescimento das forças estatais acarretou, entre outros efeitos, no estabelecimento de práticas de governo sustentadas nas idéias de enriquecimento pela acumulação monetária, na concorrência comercial, no crescimento populacional visando à ampliação da produção, e na polícia² como instrumento estatal de intervenção na cidade, com suas estratégias disciplinares, regulamentações indefinidas, permanentes e cada vez mais detalhadas, que incidiam sobre a vida das pessoas, sua saúde, atividades econômicas e tudo que pudesse afetar a ordem estatal (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

No entanto, Foucault (2008a) relata que, na primeira metade do século XVIII, a partir da emergência de certo número de problemas, especialmente os de ordem econômica, apareceram novas racionalizações acerca das práticas de governo vigentes. Essas

² De acordo com Foucault (2008a) do século XVII ao fim do século XVIII a palavra polícia tinha um sentido totalmente distinto do que hoje entendemos, não se limitando apenas à instituição policial, mas caracterizando-se como um conjunto tecnológico utilizado pelo Estado para a regulamentação de toda a vida e atividade das pessoas.

racionalizações apresentavam severas críticas dos economistas ao excesso de governo, que utilizava a “polícia” como instrumento estatal.

A economia política, que, segundo Foucault (2008b) havia se formado no próprio âmbito da razão de Estado como princípio de decifração e cálculo de suas forças constitutivas, e também das forças dos demais Estados, a fim de estabelecer comparações que permitiriam acompanhar e manter o equilíbrio concorrencial entre eles, essa economia, possibilitou a emergência da idéia do mercado como princípio de verdade da prática governamental. Assim, na medida em que o mercado, quando se deixa que ele aja por si mesmo, permite que se forme o preço verdadeiro, que vai determinar a oferta, a demanda, a produção, etc., ele tornar-se-á o lugar onde o governo vai buscar o princípio de verificação da eficácia de suas ações.

Neste sentido, observa-se que a idéia do mercado como lugar de verificação vai pressupor que existe também uma regulação espontânea da população. “Há um número ótimo de pessoas desejável de gente num território dado, e esse número desejável varia em função tanto dos recursos como do trabalho possível e do consumo necessário e suficiente para sustentar os preços, de modo geral a economia” (FOUCAULT, 2008a, p. 464).

Esta noção, que emerge no próprio seio da razão de Estado, produziu enfim uma racionalização das práticas de governo completamente diferente daquela que conduziu ao “Estado de polícia”, como chegou a denominar Foucault (2008a, 2008b), de modo que, as artes de governar passaram a ter como princípio a liberdade do mercado, procurando agir apenas para assegurar os fenômenos naturais da população.

Deste modo, a economia política funcionará como princípio de limitação interna da razão governamental, na medida em que os especialistas econômicos terão a tarefa de revelar a um governo quais são os mecanismos naturais que ele manipula. Simultaneamente, os dispositivos de segurança serão as estratégias utilizadas para a gestão dos fenômenos intrínsecos a população de modo a fazê-los proliferar sem desviar do curso natural ou restabelecendo as regularidades necessárias.

A governamentalidade configura-se, portanto, como o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício de um poder que tem como alvo a população, como eixo central a economia política, e instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a).

Na medida em que esta pesquisa pretendeu analisar a saúde da criança como um dispositivo de governamentalidade operado pelo UNICEF na gestão da população da Amazônia, questionando o lugar de seus peritos como agentes da “consciência”, buscou-se

dar visibilidade a práticas discursivas e relações de poder produzidas historicamente e atualizadas em seus discursos sobre saúde e desenvolvimento infantil na região.

Destarte, a história-genealógica de Foucault e sua analítica do poder, especialmente em relação ao biopoder, foram utilizadas como ferramentas de análise neste trabalho.

A fim de descrever os caminhos trilhados, é fundamental fazer referência a um trecho de um diálogo de Deleuze com Foucault onde este utiliza a idéia de uma “caixa de ferramentas” para referir-se ao caráter prático e não totalizador de toda teoria:

[...] Uma teoria é como uma caixa de ferramentas, nada tem haver com o significante... É preciso que isso sirva, é preciso que isso funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para dela se servirem, a começar pelo próprio teórico que cessa então de ser teórico, é porque ela não vale nada, ou por que o momento ainda não chegou. Não se retorna uma teoria, fazem-se outras, têm-se outras a fazer [...] a teoria não se totaliza, se multiplica e multiplica. (FOUCAULT, 2006a, p. 39)

Assim, o interesse por trabalhar com um referencial teórico-metodológico foucaultiano relacionou-se a possibilidade de utilizá-lo como instrumento de luta, como caixa de ferramentas e não como uma teoria que traduziria ou que aplicaria, com base em uma relação de semelhança, uma prática.

Corroborando com Foucault (2006b) quanto à crítica referente à inserção dos intelectuais em um sistema de poder, no qual são agentes da “consciência” e do discurso, a postura metodológica adotada não foi a de descobrir e proclamar a verdade sobre as práticas do UNICEF, sobre a infância ou qualquer coisa nesse sentido, pois, como afirma o autor:

[...] o papel do intelectual não é mais o de posicionar ‘um pouco a frente e um pouco de lado’ para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do ‘saber’, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (FOUCAULT, 2006b, p. 39)

Em resposta a possíveis questionamentos sobre uma suposta pretensão de domesticação do pensamento foucaultiano neste trabalho, é oportuno recorrer a algumas palavras de Foucault quando ao falar sobre suas conferências no Collège de France como prestações de contas públicas do trabalho de pesquisa que era pago para desenvolver na instituição, relata:

[...] considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que ponto estou, em que direção, [...] vai este trabalho; e nessa medida igualmente considero-os inteiramente livres para fazer com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisas, idéias, esquemas, pontilhados instrumentos: façam com isso o que quiserem [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 4)

Neste sentido, esta pesquisa é considerada como uma pequena atividade genealógica insurgente e supõe-se que ela pode contribuir com a ampliação das análises acerca das práticas do UNICEF no Brasil, bem como com a construção de novas práticas que venham questionar as lógicas impostas e as verdades instituídas, valorizando outros saberes além daqueles produzidos no campo das ciências, e inventando outros modos de se relacionar com a saúde e a infância.

2.1 Foucault e a busca de uma história efetiva: a genealogia como estratégia metodológica

A presença de Nietzsche no pensamento de Foucault possibilitou-o desenvolver um modelo, uma espécie de metodologia, que implicou em uma nova maneira de fazer filosofia bem como de pensar a história. De acordo com Oropallo (2005, p. 8):

[...] Ainda que de maneira vaga e imprecisa, podemos dizer que alguns pensadores de nosso tempo, que caminham na esteira nietzscheana, admitem, como uma forma de fazer filosofia, a inversão dos valores platônicos. A “verdade” deixaria de ser vista como algo cristalizado, unificado, centralizado, pré-existente, para adquirir um caráter móvel, múltiplo, produzido, perspectivo e disperso em diferentes significações. A idéia platônica de *modelo*, baseada num trabalho com semelhanças ou cópias e na procura de um núcleo, cede lugar a uma instrumentalização do pensamento que valoriza a diversidade, a mudança, a transgressão e o “descaminho”.

Deste modo, apesar de Foucault não ter tido a intenção de estabelecer uma metodologia no sentido de uma disciplina tradicional, ele utilizou o pensamento nietzscheano como uma caixa de ferramentas, de acordo com a imagem deleuziana, e propôs certas reflexões, que podemos caracterizar como metodológicas, sobre a maneira de fazer história³.

Entre os aspectos da obra de Nietzsche que transparecem nos trabalhos de Foucault encontra-se a crítica a um ponto de vista supra-histórico característico da história tradicional ou “história dos historiadores” que dissolve o acontecimento singular, universalizando-o e posicionando-o como parte de uma continuidade ideal em uma teleologia ou encadeamento natural.

³ Falarei de uma metodologia em Foucault sempre considerando os distanciamentos e rupturas que suas reflexões guardam em relação a uma metodologia tradicional.

Outra característica do pensamento nietzscheano que atravessa a concepção histórica de Foucault diz respeito à recusa da pesquisa da origem, compreendida como um marco inicial que sustenta toda uma série de eventos completos e fechados em si mesmos, que evoluem como uma seqüência de fatos históricos inevitáveis, apresentando uma finalidade determinada, em favor da pesquisa da proveniência e da emergência que definem a genealogia.

Assim, Foucault (1985a) evoca as análises nietzscheanas acerca da proveniência e da emergência a fim de reafirmar a genealogia que subverte a idéia de que existe uma identidade primeira a ser desvelada, de que as coisas em seu início encontravam-se em estado de perfeição, e de que a origem corresponde ao lugar da verdade.

Pesquisar a proveniência então, de acordo com Foucault (1985a, p. 20-21), é “partir em busca dos inumeráveis começos”; encontrar em um indivíduo, idéia ou sentimento “as marcas sutis, singulares e subindividuais que podem se entrecruzar formando uma rede difícil de desembaraçar”; é “reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram”. E isso sem restabelecer uma continuidade, e sim mantendo o que se passou na dispersão que lhe é própria.

Se a pesquisa da proveniência dá visibilidade às marcas, aos acontecimentos às linhas envolvidas na constituição dos indivíduos, dos sentimentos, das idéias, a pesquisa da emergência permite cartografar o modo como essas linhas se cruzam produzindo “a lei singular de um aparecimento”, seu ponto de surgimento. Deste modo, ela restabelece os “diversos sistemas de submissão”, “o jogo casual das dominações”, desenhando o estado das forças, o modo como elas lutam umas com as outras, na produção de um acontecimento.

A genealogia configura-se então como a pesquisa da proveniência e da emergência. Ela marca a singularidade de um acontecimento, dando visibilidade às condições de possibilidade de sua existência. Segundo Lemos et al. (2010), ela é utilizada por Foucault como uma estratégia na busca de uma história efetiva, ou seja, uma história útil à vida, que sirva para sua afirmação, que não reduza a modelos universais seus acontecimentos singulares, que seja ao mesmo tempo crítica e antiquaria, de modo a questionar a verdade sem destruir o passado, deixando os povos sem legado, e preservar as tradições sem repelir tudo que é novo, aprisionando os povos no antigo. Enfim, uma história efetiva é aquela que produz liberdade.

Neste contexto, a utilização do pensamento nietzscheano como caixa de ferramenta foi fundamental para o desenvolvimento do “método” histórico-genealógico que, de acordo com

Foucault (1985a), não trabalha com a idéia de que os objetos de conhecimento possuem uma origem histórica que deve ser buscada para que se possa conhecê-los. A busca de uma origem pressupõe a existência de uma “essência”, uma “verdade” que está esperando para ser encontrada, constituindo-se como algo estático que se deu em determinado momento.

Corroborando com o pensamento de Nietzsche, Foucault acredita que as “verdades” são construções históricas, produtos de relação de forças, de embates e por isso se encontram em constante metamorfose. A maneira como ele concebe o fazer histórico relaciona-se com a análise da dispersão temporal e deslocamento contínuo e não com uma perspectiva linear dos acontecimentos. “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 1985a, 18).

2.2 O método histórico-genealógico na interrogação de documentos

Diferente do que ensinam os manuais para elaboração de projetos e os livros de metodologia em geral, o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma das condições que possibilitaram a proveniência do problema/objeto de pesquisa em questão. Seu processo de construção não apenas se deu em função de uma postura teórico-metodológica que já se fazia presente em relação à produção de conhecimento de modo geral, como da própria escolha prévia de realizar uma pesquisa documental, bem como do material específico que seria pesquisado. Certamente a história desta pesquisa não é a “história dos historiadores”.

Não houve deste modo, um momento específico dedicado a pensar qual seria o melhor tipo de pesquisa para atender aos objetivos traçados e responder ao problema proposto. Nem tão pouco para selecionar o material que seria analisado, pois este havia sido selecionado concomitante com a construção do problema.

Assim, a escolha em problematizar as práticas do UNICEF através da pesquisa genealógica implicou na realização de uma pesquisa de caráter documental devido a dois aspectos: em primeiro, como afirma Foucault (1985a, p. 15), “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária”, em segundo, as práticas do UNICEF ocorrem fundamentalmente através da publicação de documentos.

De acordo com Nora (1993), os documentos se configuram como um meio de preservação/construção da memória e são usados desde a Antiguidade pelo saber histórico como testemunhos, fontes históricas. Para ele,

[...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...]. (NORA, 1993, p. 13)

Subvertendo a noção de documentos como fontes que atestam as verdades históricas, a história genealógica de Foucault opera uma ruptura no modo de questionamento do mesmo que passa a ser considerado como monumento. Trabalhar então os documentos enquanto monumentos, segundo Rago (1995): “[...] significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual [...]” (p. 78).

Foucault (1995) propõe como tarefa fundamental do pesquisador não interpretar os documentos, extraindo uma suposta veracidade intrínseca a eles, mas “trabalhá-los desde o interior, elaborá-los”. Desta maneira, ele ensina um modo de investigar não "o que está por trás" dos textos e documentos, nem "o que se queria dizer" com aquilo, mas sim descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados.

Assim, as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento. São as perguntas que o historiador faz ao documento que lhe conferem o sentido. Daí Foucault (apud LE GOFF, 1994) dizer que os problemas da história podem se resumir nas seguintes palavras: o questionar dos documentos.

Diante disso, esta pesquisa se deu através da análise do relatório do UNICEF publicado em 2004, “Ser Criança na Amazônia”, que aborda as condições de desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil. Esse relatório, assim como outras publicações do UNICEF, é disponibilizado para *download* no *site* da agência na *internet* e é o único específico sobre a situação da infância na Amazônia publicado nos últimos 10 anos.

O relatório não foi concebido como um documento que atesta a veracidade da situação nele apresentada. Ao contrário, esse documento de domínio público é efeito de negociações, testemunhos, concepções acerca da infância; enfim, é permeado por diversas relações de poder e produz um discurso sobre saúde da criança.

O discurso aqui não é compreendido na forma de uma unidade, dotada de uma significação última que necessita ser desvelada. Em sua formação, ele passa por instâncias de ordenamento e controle discursivos que precisam ser analisadas. Desta forma, ele deverá ser tomado por meio de sua dispersão, descontinuidade, da proveniência, da emergência, da multiplicidade-heterogeneidade, da raridade dos objetos e do princípio do comentário (FOUCAULT, 1985a, 1996).

É importante ressaltar que todas as estratégias de formação do discurso que foram analisadas se entrecruzam e se complementam em fluxo constante. Deste modo, não é possível pensar, por exemplo, a dispersão e a descontinuidade do discurso como estratégias separadas. Ambas dão visibilidade aos saberes locais que constituem o discurso, neste caso o discurso do UNICEF sobre saúde e infância na Amazônia, e que se encontram em oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. Ou seja, reativam os saberes menores libertando os saberes históricos da sujeição à hierarquia científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder (FOUCAULT, 1985a).

A idéia de descontinuidade não toma o discurso como ilimitado, contínuo e silencioso que necessita de alguém que por missão o descubra e restitua-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim articular ou pensar em relação a ele. É necessário realizar uma dissociação sistemática entre os discursos e suas identidades dando visibilidade à pluralidade de posições e funções que os habita, aos elementos múltiplos, distintos que nenhum poder de síntese domina, às suas rupturas históricas. Considera-se, deste modo, a irrupção dos discursos/acontecimentos no espaço-tempo de sua dispersão, tratando-os como práticas descontínuas, que se cruzam às vezes, mas também se ignoram e excluem (FOUCAULT, 1985a, 1996).

No que diz respeito à questão da proveniência, de acordo com Foucault (1985a), se trata da própria genealogia, da crítica da origem como essência exata das coisas, início em que as coisas se encontram em estado de perfeição e lugar da verdade. O que se encontra no começo, segundo o pensamento foucaultiano, é a discórdia entre as coisas, o disparate. O sentido da análise da proveniência é de compreender a partir de quais acontecimentos os discursos se tornam possíveis e de que estratégias se utilizam para adquirir existência, dando visibilidade à dispersão desses acontecimentos como afirma Foucault (1985a, p. 21):

[...] Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente [...].

Para Foucault (1985a), a emergência é o ponto de surgimento, o “lugar” de aparecimento dos discursos, mas não um lugar localizado no tempo e no espaço e sim um lugar que é um não-lugar, que se configura pela entrada em cena de forças que se produzem no interstício e se colocam em combate gerando um campo de afrontamentos, sempre aberto,

tencionado e inventado. Sua análise implica em mostrar suas relações e a maneira como elas lutam umas com as outras, revelando assim o jogo casual das dominações, na medida em que ninguém é responsável pela emergência.

Já o princípio do comentário, se configura como um procedimento interno de controle dos discursos, e ocorre através de atos novos de fala que retomam, transformam, glosam, deslocam, fazendo reaparecer certos discursos (textos primeiros, narrativas maiores). Assim, de acordo com Foucault (1996) o comentário permite que se construam indefinidamente “novos” discursos, no entanto, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (p. 26) que se dá através de uma repetição disfarçada:

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito, e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito [...]. (FOUCAULT, 1996, p. 25)

Por fim, a análise da raridade dos objetos acarreta na subversão da universalidade de um sentido e da existência dos objetos tradicionais da análise histórica, questionando-os em sua permanência. Segundo Foucault (1987b, p. 502), estes objetos são produções de contingências históricas bem específicas, que podem desaparecer a qualquer momento como “um rosto de areia à beira do mar”.

Fazer a história-genealógica destes discursos/acontecimentos que compõem o relatório em questão implicou então em desmontar o documento/monumento, perceber os elementos de sua edificação, cortá-lo e estabelecer as diversas séries entrecruzadas que permitiram circunscrever o "lugar" do acontecimento, as margens do seu acaso, as condições do seu aparecimento.

Neste processo, as leituras e recortes de trechos do documento foram realizadas sempre tentando responder a perguntas como: quem foram os peritos que desenvolveram esse relatório? Que interesses estão em jogo em relação à Amazônia? Como foram produzidos os dados e informações que eles apresentaram? O que eles estão dizendo que é necessário para que se garanta o desenvolvimento infantil saudável? Como foram produzidas essas necessidades ao longo da história? Que práticas são condenadas por eles como risco à saúde das crianças? Quais interesses estão relacionados à afirmação de certas práticas e condenação de outras? Além de muitas outras questões.

Diante do exposto, a análise realizada no relatório do UNICEF com seu discurso sobre saúde da criança, tomado como campo de acontecimentos, se caracterizou como uma análise ascendente e não descendente, visto que não buscou os grandes focos e sim a produção de pequenos objetos de investigação como enunciados⁴ e relações de força, que em sua raridade, capilaridade, dispersão, descontinuidade, proveniência e emergência produzem grandes dispositivos.

⁴ Foucault (2000b, p. 99) define enunciado como “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [essas unidades e estruturas] apareçam, com conteúdos concretos no tempo e no espaço [...]”.

3 PROBLEMATIZANDO A GOVERNAMENTALIDADE DE CRIANÇAS PELO UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que atua na proteção dos direitos de crianças e jovens e possui uma crescente e contínua intervenção em diversos países atuando em diferentes campos, entre eles a saúde pública, oferecendo assessorias aos programas governamentais e não governamentais; organizando publicações e eventos; produzindo indicadores estatísticos, financiando projetos locais, regionais e nacionais que funcionem a partir de suas cartilhas; e assessorando, através de seus peritos, os gestores de políticas públicas ligadas às questões de direitos de crianças.

Foi criado em 1946 em caráter emergencial, por decisão unânime, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas e seus primeiros programas tinham o objetivo de fornecer assistência a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. No entanto, em 1953 tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas e, a partir de disso, teve seu mandato ampliado para atender as crianças de todo o mundo em desenvolvimento.

Desde então, em uma perspectiva preventiva, a primeira infância foi eleita como alvo de cuidados especiais e à proteção a infância passou a ser operada como estratégia de redução da pobreza de países considerados pelo UNICEF como atrasados, por falta de recursos e projetos de assistência às crianças e à juventude.

Para tanto, o UNICEF criou escritórios que colocam em ação as estratégias nacionais, sediados em regiões definidas como prioritárias em seus países sede, passando a desenvolver estudos detalhados sobre a situação da infância e suas condições de vida e a apoiar técnica e financeiramente projetos em parceria com organizações não-governamentais e governamentais; além de mobilizar a sociedade civil e os governos estaduais e municipais para a questão da infância e da adolescência e promover a criação de políticas públicas locais.

Ao longo de suas seis décadas de existência, o UNICEF consolidou-se de modo a ser considerado como o principal órgão internacional de proteção dos direitos de crianças e jovens: “A organização é a maior referência mundial em conhecimento e ações de desenvolvimento relacionadas à infância e adolescência. Essa credibilidade foi construída a

partir do desenvolvimento e intercâmbio de tecnologias sociais nos 191 países onde está presente”⁵ (UNICEF, c2010a).

Como agência da ONU, contribuiu para a elaboração dos principais documentos internacionais sobre a garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes como a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989, que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais (civis e políticos, bem como econômicos, sociais e culturais) e as respectivas disposições para que sejam aplicados a todas as crianças.

É importante ressaltar que a Convenção dos Direitos da Criança foi considerada o instrumento de direitos humanos mais aceito, na história universal, na medida em que foi ratificada por 192 países, representando não apenas uma declaração de princípios gerais, mas um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados. Seu principal efeito foi propiciar às crianças e adolescentes a condição de cidadãos, transformando-os em sujeitos de direitos na cena internacional e em todos os países onde foi ratificada.

Neste sentido, os quatro pilares fundamentais da Convenção são: *a não discriminação*, que significa que todas as crianças em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo têm o direito de desenvolver todo o seu potencial; *o interesse superior da criança*, que deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito; *a sobrevivência e desenvolvimento*, sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente; *e a opinião da criança*, que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tomada em consideração em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos⁶ (UNICEF, c2010b).

No Brasil o UNICEF está presente desde 1950 quando foi instalado o primeiro escritório em João Pessoa no estado da Paraíba, e suas primeiras iniciativas foram destinadas à proteção da saúde de crianças e gestantes em estados do Nordeste brasileiro.

Nos 10 primeiros anos de sua atuação no País a prioridade do UNICEF era a sobrevivência de crianças e jovens. Deste modo, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento da política brasileira de alimentação escolar, liberando recursos que possibilitaram a execução do primeiro programa nacional de merenda escolar. Liderou

⁵ Trecho retirado da seção “Dúvidas freqüentes” no site do UNICEF.

⁶ Trecho retirado da seção “Direitos da criança” no site do UNICEF.

também campanhas de vacinação e nutrição, além da capacitação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para a atenção a gestantes.

No final da década de 70, suas análises da situação da infância levaram ao reconhecimento de que as políticas em favor da infância e da juventude deviam integrar o planejamento econômico e social do País, com ênfase nos programas preventivos.

Entre as intervenções do UNICEF e efeitos mais importantes de sua presença no Brasil encontramos: grandes campanhas de imunização e aleitamento lideradas por ele; a inspiração da criação da Pastoral de Criança em 1983, projeto que produziu grandes transformações na forma de atenção básica à saúde infantil no Brasil; sua participação na mobilização que tornou possível a aprovação do artigo 227 – artigo que incorporou na Constituição Federal de 1988 o conteúdo da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que viria a ser aprovada pela ONU em 1989, mudando o marco legal dos direitos de meninas e meninos no país; a participação e facilitação do processo de debate, redação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que apresenta conteúdo em perfeita consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança; além de liderar o movimento pelo acesso universal à educação; os programas de combate ao trabalho infantil e as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro⁷.

São inegáveis os importantes efeitos das práticas do UNICEF na garantia e proteção dos direitos de crianças e jovens no Brasil e no mundo, especialmente quando se considera a difícil história de consolidação dos direitos humanos no campo das relações internacionais.

De acordo com Belli (2009), esta história sempre envolveu questões tratadas em foros políticos integrados por Estados comportando tensões permanentes, compreendidas por ele como uma aparente contradição entre a lógica normativa e a lógica política. A primeira baseada na universalidade dos postulados endereçados a comunidade de Estados, sem distinção entre seus membros, e a segunda, que não corrobora com a idéia de que os comportamentos dos Estados soberanos sejam normatizados pela imposição de limites e obrigações pautados em uma norma geral aplicada a todos em nome da igualdade, prima pela negociação dessas normas entre os Estados levando em conta suas particularidades⁸.

⁷ Todas as informações históricas sobre o UNICEF estão disponíveis em < <http://www.unicef.org/brazil/pt/>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

⁸ Para o autor essas duas lógicas não são excludentes, na medida em que a dimensão normativa, importante para firmar uma espécie de tutela internacional em relação a indivíduos e grupos que antes ficavam à mercê exclusivamente de Estados soberanos e eram tratados de acordo com a conveniência desses Estados, mesmo tendo atingido um alto grau de institucionalização internacional e não podendo ser ignorada por nenhum Estado, prescinde da dimensão política que pautada pelo direito e normas internacionais torna as decisões menos

Considerando que a história dos direitos humanos é caracterizada por lutas, negociações, tensões e que apesar de suas importantes conquistas na condenação de práticas que abusam da dignidade humana também é marcada, segundo Belli (2009), por severas críticas a sua legitimidade e credibilidade devido à sua utilização instrumental por patrocinadores que os transformam em veículo para avançar uma agenda política particular e seus interesses geopolíticos, este trabalho não objetiva reafirmar as práticas do UNICEF louvando-as em sua coerência e virtude, bem como, não pretende condenar a instituição, desmerecendo suas ações e defendendo sua extinção.

Na esteira dos estudos foucaultianos sobre a governamentalidade, o que se ambiciona tão somente é propor algumas problematizações àquilo que se encontra instituído, abrindo outras possibilidades de análise em relação à complexa política de garantia e defesa dos direitos infantis, buscando assim dar visibilidade ao lugar, ou melhor, aos lugares ocupados pelo UNICEF nesse mutante jogo de interesses.

É notório que a credibilidade e legitimidade conquistada pelo UNICEF no mundo inteiro produz certo *status quo* para sua política que a naturaliza, classificando-a na ordem do inquestionável. Neste sentido, temos visto seus projetos, iniciativas, publicações e toda e qualquer ação que carregue o nome e/ou selo desta instituição, qualificados como apropriados, corretos e eficazes na proteção e garantia dos direitos de crianças e jovens.

Isto implica na legitimação se suas práticas sem interrogações e análises críticas sobre os princípios que a regem, sem questionamento sobre a origem e aplicação de seus recursos financeiros, ou sobre a escolha e composição de suas equipes de técnicos e peritos. Todavia, quando se lança um olhar de estranhamento a essas práticas, observa-se que elas estão articuladas em jogos de saber-poder que produzem certos efeitos de verdade.

São domínios de objetos e modos de subjetivação que se apresentam de forma essencializada e a-histórica, portanto como reais e naturais, servindo como modelo de normalidade e parâmetro para a classificação do desvio, da doença e das problemáticas ligadas à infância e juventude.

Com o objetivo de historicizar essas práticas desnaturalizando seus efeitos, procurar-se-á daqui em diante cartografar a rede à qual esta agência está articulada e seus engendramentos com práticas vizinhas, começando com um breve histórico e discussão a respeito da política das Nações Unidas.

3.1 As práticas do UNICEF no contexto da política das Nações Unidas

De acordo com Ammann (2003), os discursos do UNICEF visam à promoção da harmonia social e se inserem em uma vertente política de atuação onde a proposta é de que as populações deixem de lado as diferenças de classe, etnia, gênero, faixa etária, credo político e religioso, para resolverem os problemas coletivos e propiciarem o bem-estar da comunidade, se unindo no enfrentamento de seus problemas de modo voluntarista e associativista. Todos devem então concentrar esforços para manter a estabilidade social, integrando os indivíduos dispersos e rebeldes.

Esta vertente de atuação é a característica fundamental da ONU, que concebida entre os países vencedores da II Guerra Mundial com objetivo de atuar na manutenção da paz e do desenvolvimento em todos os países do mundo foi fundada em 1945, depois de intensas negociações entre representantes de 51 países que assinaram a Carta das Nações Unidas.

A carta fixa quatro objetivos principais: manter a paz e a segurança internacionais, fomentar a amizade e as boas relações entre as nações, defender a cooperação como solução para os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o desenvolvimento dos direitos humanos e das liberdades da população mundial, e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações (ONU, 1945). Portanto, a política das Nações Unidas foi construída a partir de apelos universalistas de pacificação e harmonização social e fundamenta-se no multilateralismo, que se expressa na diplomacia do diálogo e da participação a fim de alcançar a democratização dos sistemas decisórios mundiais.

De acordo com Sardenberg (2005), na Carta das Nações Unidas a idéia da paz figura como o estado normal do sistema internacional, e a tensão, a hostilidade e o conflito armado, implicam em anomalias. Esta idéia configura-se como a base da política da ONU que por meio de suas forças de paz tem atuado na manutenção de tréguas, na resolução de confrontos étnicos e de questões humanitárias.

O autor afirma que essa assistência humanitária é, em muitos casos, um disfarce para uma política intervencionista e militarista operada em relação aos Estados-membros marcados por conflitos internos que representam uma ameaça a segurança internacional, na medida em que podem ter impacto regional ou mundial.

Entretanto, para Sardenberg (2005), o escopo da segurança internacional na atualidade não se limita mais apenas às questões militares. Neste sentido, o autor assinala que na política das Nações Unidas não há separação entre os objetivos de manutenção da paz e da segurança

e os de promoção do desenvolvimento: “As causas profundas da violência estão muitas vezes radicadas nas crises socioeconômicas” (SARDENBERG, 2005, p. 364).

Schuch (2009), em trabalho que discute sobre política internacional de direitos humanos voltadas para a criança e o adolescente, evidencia a difusão de uma visão de mundo baseada nos ideários de paz e harmonia social, uma espécie de “ética global” que se impõe acima de qualquer fronteira social política ou identitária como solução do “desajuste social”.

Neste sentido, a autora narra como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) apresenta princípios e programas que visam a transformação das relações humanas através da disseminação de uma “cultura da paz”, expressando o desenvolvimento de uma nova consciência e de uma forma de sociabilidade e interação amorosa, solidária e harmônica.

Por fim, ela conclui que esses ideários de paz e harmonia estabelecem um humanismo que justifica e legitima a intervenção social operada através de uma inter-relação de aspectos técnico-pedagógicos, judiciários e religiosos.

Observa-se que, cada vez mais, novas relações entre segurança e desenvolvimento são pensadas, no âmbito das Nações Unidas, tendo como premissas as causas sociais, econômicas e ambientais geradoras de instabilidade, e é nesta direção, como relata Sardenberg (2005), que desde os anos 1960 e 1970 a ONU se propõe a iniciativas para a construção de uma nova ordem econômica mundial mais justa e equitativa com atenção especial e tratamento diferenciado para países em desenvolvimento.

[...] A missão da ONU parte do pressuposto de que diversos problemas mundiais – como pobreza, desemprego, degradação ambiental, criminalidade, Aids, migração e tráfico de drogas – podem ser mais facilmente combatidos por meio de uma cooperação internacional. As ações para a redução da desigualdade global também podem ser otimizadas sob uma coordenação independente e de âmbito mundial [...].
⁹ (ONU, c2010)

Deste modo, além das missões de paz, a política das Nações Unidas acontece através da difusão de normativas internacionais e intervenções vinculadas a um ideário de modernização, buscando sempre novas práticas que substituam o modelo conflitivo e afastem assim o perigo da anomia representada pela ausência de valores que fundamentam uma existência social comum.

Essas normativas e intervenções são, em parte, definidas e acordadas em grandes conferências sobre direitos humanos, população, direitos da mulher, assentamentos humanos,

⁹ Trecho retirado do *site* da ONU.

e desenvolvimento social – todas elas com a preocupação transversal de promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

Diante do exposto, em primeiro lugar é importante chamar atenção para a idéia naturalizada de paz como estado de harmonia e ausência de conflito, que fundamenta todas as ações diplomáticas da ONU, problematizando-a a partir da noção foucaultiana de que as relações políticas, longe de substituírem as relações bélicas reconduzindo a um equilíbrio entre indivíduos e grupos, nada mais são do que outros meios através dos quais a guerra é continuada.

[...] se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar, ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinscrever perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinscrevê-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros... (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Assim, para Foucault (1999) a “paz civil” caracteriza-se por um sistema político marcado por lutas, enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, modificações das relações de forças, reviravoltas. Ou seja, no lugar de significar harmonia e ausência de conflitos, ela deve ser interpretada como continuação da guerra: “[...] sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz na menor de suas engrenagens faz surdamente a guerra [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 59).

A partir da concepção foucaultiana de norma também é possível estabelecer outra problematização à noção onusiana de paz como “estado normal” do sistema internacional, na medida em que para o autor, a norma não se define como uma lei natural. Ela coloca um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal – aquele que é capaz de se conformar a essa norma assemelhando-se ao modelo ótimo – e o anormal – aquele que difere do modelo, não é capaz de se conformar a norma, e por isso precisa ser normalizado.

Portanto, a norma é o elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado. Ela opera um papel de exigência e de coerção aos domínios a que se aplica: “[...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de coerção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo.” (FOUCAULT, 2001, p. 62).

Diante do exposto, observa-se que em nome do restabelecimento e manutenção da paz, como um estado natural de equilíbrio entre as nações que se encontra perturbado ou em ameaça de o ser, a ONU exerce um poder normativo que qualifica países como desajustados, subdesenvolvidos, atrasados, pobres, violentos, e se incumbe da função messiânica de transformação social, produzindo intervenções que podem ir desde constrangimentos e exigências à livre ação dos Estados, até a suspensão de recursos para programas e projetos e envio de exércitos chamados de forças de paz.

Na perspectiva dos estudos da governamentalidade empreendidos por Foucault, a Organização das Nações Unidas configura-se como um dispositivo permanente de relações entre Estados, caracterizado pela organização refletida de uma diplomacia que serve de instrumento para garantir a segurança entre os mesmos.

Foucault (2008a) relata a emergência dessa preocupação com a segurança dos Estados relacionando-a a uma transformação bastante complexa na razão ocidental que faz desaparecer as velhas formas de universalidade anteriormente propostas e impostas à Europa ao longo de toda Idade Média e como herança do Império Romano.

O Império então deixa de ser a vocação última de todos os Estados e a forma na qual um dia se deve esperar ou sonhar que os mesmos se fundirão.

Como afirma Foucault (2008a, p. 402):

[...] É a paz universal, paz relativamente universal e paz relativamente definitiva, claro, mas essa paz com que se sonha nesse momento já não é esperada de uma supremacia por fim unitária e definitivamente incontestada, como a do Império ou como a da Igreja. Essa paz universal, paz relativamente universal, definitiva, mas relativamente definitiva, é esperada, ao contrário, de uma pluralidade sem efeitos maiores e únicos de dominação. Já não é da unidade que se faz provir a paz, mas da não-unidade, da pluralidade mantida como pluralidade.

No lugar do Império e da Igreja como vocação universal, ocorre o aparecimento e instauração de certa maneira de pensar, de raciocinar, de calcular – uma razão governamental – que tinha o Estado como seu princípio e seu objetivo, na medida em que ele é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente, um objetivo a construir.

Nessa nova racionalidade de governo chamada razão de Estado que surge no fim do século XVI e início do século XVII, os Estados não obedeciam a nenhuma lei exterior e possuíam um fim apenas em si mesmo. Foram postos uns ao lado dos outros em um espaço de concorrência política e econômica com o objetivo de aumentar suas forças, sendo o mercantilismo sua primeira técnica de fortalecimento.

Então, cada país tinha que ter a população mais numerosa possível para trabalhar, mas ganhando salários baixos para que os preços de custo das mercadorias fossem os mais baixos possíveis e as vendas no exterior fossem altas trazendo bastante ouro para o tesouro real.

Ao mesmo tempo, para garantir a segurança, o aumento da força de alguns Estados não poderia produzir uma conjuntura que se transformasse em causa de ruína para os demais e/ou para si próprios, desencadeando conflitos externos ou revoluções internas. Assim, de acordo com Foucault (2008a), essa nova racionalidade governamental não se ocupa somente da conservação do Estado numa ordem geral, mas da conservação, manutenção ou desenvolvimento de certa relação de forças.

Foi a partir dessa lógica de garantia da segurança através da manutenção da dinâmica das forças, caracterizada por um equilíbrio concorrencial entre uma pluralidade de Estados, lógica que impera até os dias atuais, que a ONU se estabeleceu mais tarde.

Contudo, ao caracterizar a razão de Estado, Foucault (2008a, 2008b) nos fala que o Estado não é apenas algo que precisa ser mantido, mas também é um objetivo a construir, neste sentido, qual seria o papel da ONU nessa construção?

Para analisar esta questão é necessário compreender como essa razão de Estado sofreu transformações e assumiu novas configurações que caracterizam o que Foucault (2008a) chamou de Estado governamentalizado.

De acordo com Foucault (2008a), no início da razão de Estado as sociedades ocidentais criaram dois grandes conjuntos de tecnologia política para a manutenção de certa dinâmica das forças: por um lado um dispositivo diplomático-militar, que possibilitou uma limitação externa da mobilidade, da ambição, da ampliação dos Estados, e por outro a polícia, responsável pelo crescimento ordenado das forças internas do Estado.

Assim, cada Estado passou a constituir uma armadura diplomática pautada no multilateralismo como uma totalidade de Estados em negociações permanentes para resolverem seus conflitos, criou um exército profissional, para operar caso alguma guerra fosse deflagrada por razões diplomáticas, e estabeleceu uma polícia que, diferente da polícia contemporânea, tinha a função de dispor de um conjunto de mecanismos que visavam assegurar a ordem, o crescimento canalizado das riquezas e as condições de manutenção da saúde da população.

[...] O *Traité* de Delamare – grande carta das funções da polícia na época clássica – é, neste sentido, significativo. As 11 rubricas segundo as quais ele classificava as atividades da polícia se repartem, facilmente, segundo estas 3 grandes direções: respeito da regulamentação econômica (circulação das mercadorias, procedimentos de fabricação, obrigações dos profissionais entre eles e com relação à sua clientela);

respeito das medidas de ordem (vigilância dos indivíduos perigosos, caça aos vagabundos e eventualmente aos mendigos, perseguição dos criminosos); respeito às regras gerais de higiene (cuidar da qualidade dos gêneros postos à venda, do abastecimento de água, da limpeza das ruas). (FOUCAULT, 1985c, p. 197)

Para que a polícia cumprisse sua função, Foucault (2008a) afirma que era preciso atuar através de regulamentos, decretos, proibições e instruções, sobre a vida dos homens, suas atividades, seus ofícios, sua saúde, sua circulação e também sobre a circulação daquilo que eles produziam. Deste modo, o autor nos fala de um mundo de regulamento indefinido, permanente e cada vez mais detalhado que caracterizava o Estado de polícia nos séculos XVII e XVIII:

[...] Estamos no mundo do regulamento, estamos no mundo da disciplina. Ou seja, é necessário ver que essa grande proliferação das disciplinas locais e regionais a que pudemos assistir desde o fim do século XVI até o século XVII nas fábricas, nas escolas, no exército, essa proliferação se destaca sobre o fundo de uma tentativa de disciplinarização geral, de regulamentação geral dos indivíduos e do território do reino, na forma de uma polícia que teria um modelo essencialmente urbano. Fazer da cidade uma espécie de convento e do reino uma espécie de quase cidade – é essa a espécie de grande sonho disciplinar que se encontra por trás da polícia [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 458-459).

Contudo, esse ordenamento só era possível se as forças do Estado fossem decifradas, ou seja, se fossem identificadas exatamente quais eram suas possibilidades e virtualidades, e o domínio do conhecimento que vai permitir essa identificação de qual a população, quais os recursos naturais, qual a produção, enfim, de todos esses elementos que constituem a força do Estado vai ser a estatística.

Posteriormente, segundo Foucault (2008a), na primeira metade do século XVIII, esse mecanismo de polícia sofreu abalos, desarticulações, devido a alguns problemas econômicos, particularmente o da circulação de cereais e da escassez alimentar. Problemas que levaram os fisiocratas a desenvolver toda uma literatura com teses a respeito do que deveria ser feito para evitar a escassez alimentar, opondo-se aos princípios do Estado de polícia.

Foi nesta direção que os fisiocratas reintroduziram a agricultura como elemento fundamental numa governamentalidade racional, que deveria centrar-se, antes de tudo, na produção e não na comercialização; defenderam a tese do preço justo, estabelecido em função da oferta e da demanda, e não da regulamentação, visto que acreditavam que as coisas têm um curso que não pode ser modificado por regulamentação, sob pena de obter-se exatamente o resultado inverso do que se pretende; subverteram a noção de população que passou a ser vista, não como a quantidade de braços para trabalhar que precisa ser ampliada em função do

aumento da produção e comercialização, mas como um número ótimo de pessoas num território dado que vai se ajustar por si próprio em função dos recursos postos à sua disposição, do trabalho possível e do consumo necessário para sustentar os preços; e por fim afirmaram a importância de deixar agir a liberdade de comércio entre os países.

A razão de Estado que se caracterizava por um Estado regulamentador e usava como instrumento tecnológico de governo a “polícia”, vai sofrendo transformações e ganhando nova forma. Essas novas formas de governamentalidade fazem emergir: a população como uma realidade específica, efeito do vínculo espontâneo entre os indivíduos, e que possui uma naturalidade, com mecanismos próprios de regulação e transformação que independem do Estado (crescimento, decrescimento, deslocamentos).

Temos também nessa razão de Estado o aparecimento da economia como um conhecimento científico que é indispensável para um bom governo, e que vai criar procedimentos de análise dos processos que ligam as variações de riquezas e as variações de população (produção, circulação, consumo).

Surge a sociedade civil como um campo específico de naturalidade própria do homem, ou seja, a vida em comum faz parte da natureza humana (vínculo espontâneo) e é dela que o Estado deve se encarregar.

Por fim, o papel do Estado modifica, não será mais o de impor sistemas de regulamentação, imperativos, proibições, mas apenas de gerir os processos naturais, de tal modo que eles não desviem de seu curso ou que “uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar” (FOUCAULT, 2008a, p. 474).

Resumindo com as palavras do próprio Foucault: “Trata-se agora de fazer de tal modo que o Estado não intervenha senão para regular, ou antes, para deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a todos” (2008a, p. 466).

É importante ressaltar embora a polícia tenha se desarticulado em função de uma nova racionalidade sustentada no mercado como lugar de verdade, o aparelho diplomático-militar, que havia sido desenvolvido com o objetivo de manter a pluralidade dos Estados fora de qualquer absorção imperial, foi incorporado na nova razão de Estado.

O que acaba de ser descrito então é o aparecimento de uma racionalidade chamada de economia política como característica fundamental dessa nova razão de Estado que foi chamada de Liberalismo. Seu objetivo também era o fortalecimento dos Estados, todavia, a lógica da regulamentação e controle foi invertida por um princípio de autolimitação da prática governamental, na medida em que a preocupação do governo deveria ser, a partir de então,

conhecer a natureza própria dos objetos da ação governamental para saber como não governar demais atropelando esta natureza.

Para isso, era preciso, de acordo com Foucault (2008a), instituir o que ele chamou de mecanismos de segurança:

[...] De um lado, vamos ter toda uma série de mecanismos que são do domínio da economia, que são do domínio da gestão da população e que terão justamente por função fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinqüências sejam impedidas ou reprimidas. (p. 475)

Diante do exposto, podemos observar que o papel da ONU nesse equilíbrio concorrencial será, além de zelar pela paz assegurando uma diplomacia multilateralista, garantir a construção e fortalecimento dos Estados, atuando de acordo com essa economia política e fazendo operar estes mecanismos ou dispositivos de segurança. Isto na medida em que seus especialistas e peritos produzem dados que pretendem revelar a existência de fenômenos, de processos de regularidades que precisam ser conhecidos para que se governe bem.

Assim, possuindo escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências se articulam com instituições de ensino e institutos de pesquisa em seus Estados membros, a maior parte ligada aos governos, e produzem saberes sobre a infância, a juventude, a mulher, o trabalhador, a saúde e outros temas relacionados à população.

Estes saberes também vão produzir demandas sociais e instrumentalizar as práticas de outras instituições e agentes políticos – como as organizações não governamentais, os movimentos sociais e até os programas da iniciativa privada – em um dispositivo de governamentalidade que extrapola o Estado.

Corroborando com Foucault (2008a), há, portanto, uma pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado. Formas de governo que se deixam apreender, se entrecruzam, se emaranham no interior da sociedade, no interior do Estado. Entre todas elas a política é uma forma particular de governo que vai se aplicar a todo Estado.

É importante ressaltar que os anseios das Nações Unidas de modernização e desenvolvimento social e sua política como um todo, além de serem incluídos nessa perspectiva dos mecanismos de segurança, precisam ser analisados como efeito de um jogo de interesses e influências políticas e econômicas dos Estados, que condicionam a oferta dos serviços prestados por esta instituição.

Neste contexto, a performance do UNICEF no cuidado da infância pode ser compreendida como parte dessa governamentalidade que opera na promoção do progresso social e desenvolvimento econômico dos países, em prol da segurança.

Ao se associar as violações de direitos de crianças de toda ordem à questão do desenvolvimento econômico, a proteção à infância emerge como o principal motor do crescimento e fortalecimento de uma nação, e também como um investimento que prevenirá gastos futuros com serviços de assistência social e com políticas de segurança. Isto pode ser compreendido através da presença de elementos do poder pastoral, descritos por Foucault (2008a), nas práticas de governamentalidade, especialmente no que tange à proteção e cuidado com a infância.

Como visto anteriormente, quando Foucault passa a se ocupar da história do governo dos homens no ocidente ele faz uma análise das práticas da pastoral cristã e de suas técnicas de governo, apontando como a institucionalização do pastorado pelo cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir que se difundiu para a além da esfera religiosa.

Com efeito, de acordo com Foucault (2008a), a noção de conduta, que compreende a maneira como uma pessoa se conduz e se deixa conduzir, surge como um problema fundamental na sociedade ocidental, e a infância é apontada pelo autor como o principal alvo das questões de conduta:

[...] E vocês compreendem por que há um problema que, nessa época, adquiriu uma intensidade maior ainda que os outros, provavelmente porque estava exatamente no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo. É o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é esse problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão de problemas das condutas no século XVI. (FOUCAULT, 2008a, p. 310)

Neste sentido, há algumas décadas a missão de cuidar e proteger a infância passa a integrar a agenda das políticas de desenvolvimento econômico e social elaboradas pelos organismos vinculados à ONU, transformando o UNICEF em uma agência estratégica para a manutenção de certa ordem mundial. Observamos então, como elementos do poder pastoral são integrados às práticas desta agência, na medida em que ela é o principal organismo responsável, no âmbito internacional, pelo desenvolvimento de uma economia e de uma política dirigidas à infância.

A governamentalidade engendrada pelo UNICEF articula então diversos saberes, práticas, tecnologias de poder, em um complexo tutelar que captura os corpos de crianças, como pode ser observado em Lemos (2009, p. 5-6):

[...] Produz-se um processo de gerência da criança, do adolescente e dos modos de cuidar e proteger estes corpos, com ações empreendidas em rede com diferentes estabelecimentos de pesquisa, com ONGs, Pastorais, Fundações e Institutos que o auxiliam a criar um diagrama minucioso, publicado com tratamento estatístico e com comentários e análises de assessores que atuam nos escritórios da agência e/ou por assessores pagos para projetos pontuais.

Essa governamentalidade vem se delineando como exercício de uma política clara de controle social das populações desfavorecidas, marcada pelo viés preventivo com base economicista. De modo que seu objetivo principal será o de acionar estratégias de ajustamento social das populações que representem qualquer tipo de ameaça à ordem e à segurança.

3.2 O biopoder e a gestão da infância como estratégia de controle das populações: o caso da Amazônia

De acordo com Foucault (1988, 2008a), o problema moderno da população emerge no século XVIII com a expansão demográfica na Europa, levando a uma ampla produção teórica no campo das “artes de governar” que transforma a gerência da vida em finalidade das técnicas políticas e a população em objetivo último do governo.

A construção da população como uma realidade caracterizada por fenômenos específicos produziu, segundo o autor, um deslocamento do poder do modelo jurídico da soberania como algo que se exerce fundamentalmente sobre o território enquanto extensão espacial, para um poder que se exerce efetivamente sobre um espaço ocupado em toda sua multiplicidade humana.

Foi sob a designação de biopoder que Foucault (1988) reuniu as estratégias de governo voltadas para a gestão, multiplicação e controle da vida. Essas estratégias podem ser da ordem das disciplinas e se exercer sobre corpos individuais, adestrando-os, ampliando suas aptidões, extorquindo suas forças, e, ao mesmo tempo, fazendo crescer sua utilidade e docilidade, ou podem se exercer sobre o corpo-espécie como suporte dos processos biológicos, gerindo a natalidade, a mortalidade, a longevidade, a saúde pública, a habitação, migração, com todas as condições que podem fazê-los variar, caracterizando o que ele chamou de biopolítica da população.

Considerando a asserção foucaultiana sobre a positividade do poder como algo que apresenta uma eficácia produtiva, constituindo domínios de objetos e rituais de verdade, bem como a existência de saberes que os mecanismos de poder fazem circular, observa-se, segundo Foucault (2008a, 2008b), que junto com a emergência da população surgiu a economia política desenvolvendo conhecimentos sobre os mecanismos naturais dessa população e sobre sua relação com o território e a riqueza, indispensáveis a um bom governo.

É nesse contexto que Foucault (2008a, 2008b) descreve o aparecimento de especialistas econômicos com a tarefa de proporcionar ao governo um saber sobre seus objetos, aponta a emergência da estatística como o principal fator técnico de controle que se dirige sobre o homem enquanto espécie em seus processos de natalidade, mortalidade, difusão de doenças, regularidade de acidentes, entre outros, e enfatiza o desenvolvimento de uma série de dispositivos da segurança que operam na garantia de reprodução dos fenômenos intrínsecos à população e no direcionamento de sua circulação.

As tecnologias de segurança são técnicas políticas de normalização que se dirigem ao meio como espaço onde ocorrem os fluxos, a circulação, e se ocupam de problemas como solucionar questões ligadas à circulação de produtos, à higiene e areação; como evitar bolsões em que se acumula muita gente; como facilitar o comércio interno e também o externo, com alfândega eficiente; como vigiar uma cidade que não tem muralhas, enfim, como promover o crescimento e o desenvolvimento mantendo as desordens e irregularidades em torno de uma média ótima, ou seja, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis.

Nas palavras de Foucault (2008a, p. 26): “Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos”.

A esse Estado de governo, constituído a partir do século XVIII, que tem essencialmente por objeto a população, que se utiliza da instrumentação do saber econômico e onde a ação política é promovida na gestão dessa população em nome de uma pretensa segurança, Foucault chamou de Estado “governamental” ou “governamentalizado”:

[...] Por esta palavra “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p. 143)

A partir do século XVIII, a saúde e o bem-estar físico da população em geral surgem, segundo Foucault (1985c), como um dos objetivos relevantes ao poder político. O novo poder estatal então passa a interessar-se por estabelecer políticas higienistas por meio das quais se poderiam sanear o corpo da população, depurando-o de suas infecções internas.

Nos países europeus, a medicina é introduzida no seio da população tendo como função maior o controle da higiene pública, com o apoio de organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização de informações e de normalização de saber.

Essa política, de acordo com Foucault (1985c), levou a medicina a assumir um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e na maquinaria geral do poder, transformando-a em uma técnica geral de saúde e não apenas em serviço das doenças e arte das curas. Observa-se como o governo das almas da pastoral transformou-se nesse momento no governo das condutas para a saúde.

Tanto para Foucault (1985c) quanto para Donzelot (1986), a política médica funcionava, já no século XVIII, por parâmetros estabelecidos em uma economia social e do corpo que evitassem a mortalidade e o desperdício de forças – forças que poderiam ser utilizadas para consolidar e aumentar a potência da nação.

A partir desta política médica a família passou a ser alvo de uma organização/controle, bem como de uma racionalização, instaurando-se a preocupação com a conservação das crianças. Assim, de acordo Foucault (1985c) e Donzelot (1986), ela passou a desempenhar o papel de articuladora entre os objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social, com a necessidade de cuidados dos indivíduos, gerando o que Foucault chamou de “família medicalizada-medicalizante”, e passou a organizar-se em torno da criança, promovendo novas condições de educação, o que Donzelot descreveu como conservação das crianças. No bojo dessas práticas dirigidas às crianças, a noção de infância começa então a ser forjada como se apresenta na contemporaneidade.

Para Rizzini (Irene, 2008)¹⁰, nesse momento a criança deixa de ocupar uma posição secundária na família e na sociedade e é revestida de uma dimensão social, passando a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação, na medida em que pode ser facilmente moldável e tornar-se um elemento útil para o seu progresso.

Simultaneamente, a autora aponta a preocupação em relação à infância como um problema social, por ser um período de formação do ser humano possível de transformar-se

¹⁰ Neste trabalho foram utilizadas referências de Irma Rizzini e Irene Rizzini. Para distinguir as duas autoras todas as vezes que forem citadas direta ou indiretamente suas obras, será utilizado o prenome das autoras para distingui-las conforme norma da ABNT (NBR 10520/2002).

em “embrião da viciosidade e da desordem”. Está circunscrita nessa idéia a noção da infância como perigosa ou em perigo de o ser, e que, por isso, necessita de mecanismos que a protejam para que as crianças não sejam desviadas do caminho do trabalho e da ordem, colocando em risco a paz social. Essa noção provocava ações concretas para a prevenção e controle dos perigos e tinha a criança pobre, ‘moralmente abandonada’¹¹, como alvo prioritário. Era preciso salvar as crianças para garantir o futuro da nação (RIZZINI, Irene, 2008).

Deste modo, a infância acabou sendo apropriada como objeto de conhecimento de especialistas que através de inúmeras práticas foram definindo-a como uma fase específica do desenvolvimento humano. Passou-se então a lançar um olhar sobre as crianças, circunscrever o âmbito das experiências que lhes são próprias em cada idade, descrever os cuidados de que elas devem ser objeto, estabelecer critérios para julgamento de seu desenvolvimento sadio, de sua normalidade, das operações necessárias para garantir sua transformação em cidadãos úteis e ajustados à ordem social e econômica vigente.

A criança então vai sendo instituída como um problema econômico-político, uma preocupação médico-moral, uma inquietude religiosa e um encargo pedagógico, passando a ser sujeitada por um conjunto de instituições disciplinares como a família, a escola, a igreja, o hospital, o abrigo (BUJES, 2000; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2007; LEMOS, 2007).

Dentre os saberes que passam, a partir de suas descrições, nomeações e explicações, a produzir sujeitos infantis, classificando-os e normalizando-os, é importante ressaltar como a noção de infância emergiu de forma característica no interior das práticas de medicalização e do discurso da saúde, estratégias por excelência do biopoder. Este vai incidir sobre o corpo, a saúde, sobre maneiras de se alimentar, a organização familiar, sobre o sexo e enfim, sobre todo o espaço da existência, gerando um maior controle sobre a família, sobre a escola, e sobre a infância, permitindo uma reorganização nas relações intrafamiliares com vistas na eficácia normalizadora.

É neste contexto que Bujes (2000) relata a inserção das crianças na malha do poder passando a serem alvos privilegiados destas operações que administram corpos e visam à gestão calculista da vida. As crianças tornam-se assim, objeto de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização e de escolarização.

A preocupação com a conservação das crianças constitui-se então de modo estratégico em relação à preocupação geral com a população, na medida em que, de acordo com Foucault (2008a) para fazer crescer e multiplicar as forças sociais, a população deve ser assegurada

¹¹ Para Rizzini (2008), a criança considerada moralmente abandonada era aquela que não recebia orientação, ou medidas preventivas de educação e correção por parte da família.

contra seus perigos internos e externos, ordenada, deve ser garantido seu bem-estar e seu desempenho ótimo.

Percebida como valioso elemento para o progresso da nação e, ao mesmo tempo, altamente vulnerável aos avanços da pobreza (RIZZINI, Irene, 2008) a criança tem sido objeto privilegiado de atenção de agências de desenvolvimento e organizações internacionais como o UNICEF, e, apesar deste organismo apresentar ampla atuação na gestão/governo de crianças e adolescentes no mundo inteiro, com intervenções nas políticas públicas de diversos países, encontramos poucas pesquisas e publicações que analisam suas práticas e respectivos efeitos a partir de uma postura crítica, considerando os fins políticos e econômicos das mesmas.

O UNICEF produz publicações anuais de relatórios com diagnósticos sobre a situação da infância no Brasil e no mundo, relatórios que apresentam quadros detalhados com inúmeros indicadores estatísticos designados como medida de níveis de proteção de crianças e adolescente. São indicadores que descrevem dados demográficos; mapeiam a circulação e o fluxo da população no espaço e no tempo, demarcando sua distribuição por municípios, estados, regiões, zonas metropolitanas, zonas não-metropolitanas, zona urbana/zona rural; descrevem níveis de renda e escolaridade; dados epidemiológicos e outros, constituindo uma economia política que revela os processos intrínsecos à família e à infância como segmentos da população:

[...] Há uma geografia da fome, como já analisou Josué de Castro, no Brasil. Mas ainda poderíamos afirmar que há uma geografia da ausência de acesso à educação e à educação de qualidade, de acesso aos serviços de saúde e de atenção com qualidade, há uma geografia de exposição à violência, há uma geografia de exploração do trabalho infanto-juvenil, há uma geografia da desnutrição e da falta de saneamento básico, há uma geografia do baixo peso ao nascer e da mortalidade materna, há uma geografia da violência contra a criança e o adolescente, há uma geografia da pobreza e da exploração sexual infanto-juvenil. (LEMOS, 2009, p. 12)

Deste modo, deve-se ressaltar que a gerência da vida, o controle demográfico e político da população, através das tecnologias disciplinares e biopolíticas acionadas por discursos de organismos como o UNICEF, é fundamental para levar os indivíduos a compactuarem com certa ordem econômica que reafirma a lógica liberal em suas propostas desenvolvimentistas. Além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo através da gestão dos riscos e dos mecanismos de segurança que, como já vimos, se dirigem ao meio como espaço onde ocorrem os fluxos, a

circulação. Por isso a importância de mapear essa massa populacional estabelecendo suas geografias.

Observa-se que a preocupação do UNICEF com a população que vive no semi-árido brasileiro, região com altíssimo índice de pobreza, e que desde a instalação dessa agência no Brasil tem sido uma de suas prioridades, está articulada a importância de controle da população considerada como vulnerável, e classificada sob a insígnia de população em risco, que sofre com desordens e irregularidades que atingem seus processos de funcionamento naturais.

Nesta direção podemos pensar também a análise das condições de desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil empreendida pelo UNICEF e publicada em relatório no ano de 2004.

Em primeiro lugar é preciso dar visibilidade a territorialização das práticas dirigidas a infância e à saúde como uma estratégia política e, portanto, forjada por técnicas heterogêneas de governo dos corpos no espaço. Assim, quando se opera recortes como: crianças do semi-árido, crianças da região Norte, constitui-se uma maneira de gestão específica de determinados acontecimentos, que produz uma agenda política atravessada pelo viés identitário.

É importante ressaltar que, até então, nenhum saber específico sobre a população infantil na Amazônia tinha sido produzido pelo UNICEF, mesmo considerando as marcas da pobreza e desigualdades sociais que caracterizam essa região.

“Fazer viver e deixar morrer”: enquanto o UNICEF geria a vida da população do semi-árido brasileiro multiplicando-a, incitando-a, preocupado com a sobrevivência de crianças e gestantes e cuidando de sua saúde e higiene, a população identificada como amazônica e segmentada com suas crianças ribeirinhas, indígenas, quilombolas, e todas as demais, convivia com a ausência de políticas públicas, em níveis de pobreza, de doenças, de natalidade, de mortalidade, de criminalidade que pareciam social e economicamente aceitáveis.

Na medida em que as crianças classificadas como pertencentes à primeira infância (faixa etária de 0 a 6 anos priorizada pelo UNICEF em suas políticas), assumiram considerável importância demográfica na Amazônia, elas despontaram como alvo de atenção por parte dos peritos do UNICEF:

[...] Em nenhuma região brasileira as crianças dessa idade têm tanta importância demográfica. De cada dez residências da região, sete abrigam uma criança dessa faixa etária. Mas este estudo revela que a qualidade da atenção que essas crianças

recebem não é proporcional à sua importância demográfica [...] O que esperamos é que a análise destas informações contribua para a identificação dos setores e áreas geográficas que exigem atenção prioritária por parte daqueles que desejam assegurar a proteção integral e o pleno desenvolvimento biológico, psíquico, afetivo, cognitivo e social das crianças da Amazônia brasileira. O desafio é urgente [...]. (UNICEF, 2004, p. 7)

Se Foucault (1988) aponta a emergência da população a partir do século XVIII como um instrumento estratégico nas artes de governar, é possível pensar que a preocupação do UNICEF com o pleno desenvolvimento e proteção integral das crianças da Amazônia brasileira também esteja relacionada a interesses de controle social articulados em um dispositivo de governamentalidade que opera sobre a região.

De acordo com Gonçalves (2008), desde os tempos coloniais a Amazônia configurou-se como um importante trunfo do jogo diplomático entre potências colonizadoras. O autor afirma que apesar de não ter sofrido uma ocupação de fato por uma sociedade colonial efetivamente enraizada, a Amazônia se caracterizou no imaginário dos colonizadores como uma região de enorme potencial em recursos naturais. De tal modo, ainda que a própria capacidade material e demográfica das potências para efetivar sua ocupação e colonização não tenham sido favoráveis para priorizar a exploração mercantil-colonial na região, ela passou a representar uma imensa reserva futura de recursos.

A partir de então a Amazônia adquiriu uma importância política no jogo das grandes potências mercantis, especialmente para Portugal, que conquistou a hegemonia territorial sobre a região e não queria perdê-la pelo potencial que ela encerraria para o futuro da metrópole.

Nota-se que o controle do território era o centro das preocupações com relação à Amazônia, e é neste cenário, como uma estratégia de ocupação da região, que se inicia a submissão dos povos indígenas relatadas na História do Brasil. No entanto, como os habitantes que lá viviam se achavam dispersos em diversos núcleos e povoados, o domínio sobre um determinado povo indígena não garantia o controle pleno do território, proporcionando apenas a ocupação de um espaço restrito.

Mesmo após a independência do Brasil e à adesão da Amazônia a independência, que só ocorreu um ano depois, em 1823, a preocupação com o controle nacional do território persistia em virtude das tensões entre os luso-brasileiros que continuavam dominando politicamente a região e a mantinham-na atrelada a uma identidade colonial, e os cabanos, nome dado a índios, negros e brancos que em luta contra a opressão a que eram submetidos

deflagraram uma revolução (Revolução dos Cabanos ou Cabanagem) que chegou a assumir um caráter separatista, propondo a criação do *Paiz do Amazonas*.

Some-se a isso o problema demográfico que desde o início da colonização sempre se configurou como um dos mais sérios na perspectiva dos que queriam dominar a região, de modo que análises da densidade de habitantes acabaram implicando na idéia da Amazônia como um vazio demográfico que estava sempre suscetível a manipulações por partes de potências internacionais interessadas em explorá-la. Essa idéia foi freqüentemente reiterada ao longo da história como que para justificar a necessidade de ocupar a região, garantindo a integridade nacional.

É importante ressaltar, corroborando com Gonçalves (2008), que a imagem da Amazônia como uma região colonial perdurou mesmo após o Brasil ter se tornado um país independente, e isto fica claro quando constatamos que o principal elemento de identificação da região sempre foi uma natureza pujante que, de acordo com certo padrão sociocultural hegemônico, precisa ser dominada, pois representa o outro lado do progresso e da modernidade. Para isso, é preciso que alguém de fora, algum agente civilizador venha retirar a região do estado de natureza – sinônimo de atraso – em que ela se encontra.

Gonçalves (2008) afirma que é a partir de um permanente processo de *atraso-modernização* que se caracteriza a história da Amazônia: primeiro vem o devassamento da floresta em busca de especiarias (“drogas do sertão”) destinadas ao mercado europeu, e a destribalização dos índios; depois a doação de terras (sesmarias) para colonos praticarem a agricultura e a pecuária inclusive com a introdução do trabalho escravo; posteriormente, com a Revolução Industrial, a bola da vez passa a ser a expansão da extração do látex para a produção da borracha, que ameaçou as bases do poder da oligarquia latifundiária e produziu um fluxo migratório para a região; a partir da década de 60, os novos protagonistas do desenvolvimento regional passam a ser: os gestores territoriais civis e militares, além do grande capital nacional e internacional que é atraído para investir na região por meio de uma série de incentivos e isenções fiscais.

Nessa fase, sob o manto de um discurso nacionalista que tinha como *slogan* “Integrar para não entregar”, o governo federal buscou suporte nas agências multilaterais como o BID e o BIRD para realizar obras de infra-estrutura de comunicações, transportes e energia na região com a finalidade de viabilizar grandes empreiteiras nacionais. Além disso, ele desencadeou uma ampla campanha procurando atrair mão de obra para ocupar o “vazio demográfico” amazônico.

Observa-se que todas essas tentativas de modernização da Amazônia procuravam adequar-se a diferentes lógicas de desenvolvimento, primeiro a um projeto liberal clássico, depois a um modelo dinâmico de desenvolvimento, com forte ênfase no planejamento e na orientação reguladora do Estado. Ambos, apesar de paradoxais, tinham em comum a manutenção da Amazônia e do Brasil em uma condição periférica e subordinada ao Centro-Sul do país e aos grandes centros do capitalismo mundial, respectivamente.

Ainda que as intervenções na região tenham implicado em inúmeros e importantes efeitos que incidiram sobre a organização do espaço, sobre a dinâmica demográfica, sociocultural, e sobre as relações entre diferentes grupos, constantemente marcadas por tensões e conflitos, o que estava em jogo era a disposição de um poder sobre território, um poder soberano, que investe exclusivamente sobre os bens, a terra e seus produtos. E mesmo a preocupação com a densidade demográfica relacionava-se as estratégias de ocupação desse território e não à gestão e produção da vida.

Neste sentido, quando Gonçalves (2008) enfatiza que a Amazônia sempre foi vista como uma região colonial continuamente homogeneizada sem que se considerasse a sua realidade regional e o patrimônio cultural multifacetado de suas populações, é importante perceber a racionalidade de governo que predominou ao longo da história sob a região. Nem mesmo as oligarquias locais foram respeitadas, e tampouco conseguiram se afirmar como bloco regional importante no contexto nacional.

Como o próprio autor afirma:

[...] Já vimos que o caráter internacionalizado do debate sobre a Amazônia não é nenhuma novidade. As diversas estratégias postas em práticas desde a presença colonial portuguesa, do Império e da República para consolidar o domínio territorial da Amazônia, sempre envolveram alianças geopolíticas, manipulando-se divergências de interesses entre as grandes potências internacionais. (GONÇALVES, 2008, p. 60)

Sabe-se que o exercício da soberania sobre o território amazônico sempre foi uma questão candente, pois muitos foram os obstáculos e resistências que se impuseram ante o esforço de domesticar a região¹².

Apesar das decisões sobre seu destino terem sido tomadas à revelia de seus habitantes como expõe Gonçalves (2008), seus povos nunca aceitaram passivamente os jugos que lhes

¹² Em relação a esse ponto é interessante aludir a uma composição musical escrita há alguns anos do artista acreano Eliakim Rufino chamada “Mosquito da Malária” que apresenta a seguinte letra: “Hoje quem defende a Amazônia, é o mosquito da malária, se não fosse esse mosquito, a floresta virava palha. Salve, salve, salve ele! Viva sua febre incendiária! O maior ecologista da Amazônia é o mosquito da malária [...]”.

foram impostos. Eles apresentavam um conhecimento do espaço que os colonizadores não possuíam e estavam sempre escapando para se estabelecer livremente em porções territoriais disponíveis. Um exemplo disso são os quilombos, constituídos por escravos que fugiam das fazendas e se embrenhavam nas florestas.

Essas populações também não foram facilmente subordinadas aos projetos mercantis que lhes eram imputados. De acordo com Gonçalves (2008), a riqueza da floresta e a psicossidade dos rios permitia o desenvolvimento de uma economia natural, não monetizada, que dava suporte a liberdade de seus habitantes.

[...] Em virtude disso formou-se uma visão sobre essas populações indígenas, negras ou caboclas de que elas seriam indolentes e preguiçosas, avessas ao trabalho. Na verdade há que se indagar por que essas populações haveriam de se submeter a uma disciplina imposta por gente que pretendia enriquecimento rápido, quando elas podiam optar por ser livres, tanto pela grande disponibilidade de terras, como pelo conhecimento que adquiriram em sua convivência com os mais diferentes ecossistemas amazônicos. (GONÇALVES, 2008, p. 35)

Com a política de desenvolvimento regional planejada que se estabeleceu a partir da década de 60 e sua estratégia de modernização e integração, que atraiu diferentes sujeitos sociais para a região e produziu uma mudança radical no uso da terra e dos recursos naturais por parte desses novos protagonistas, a Amazônia se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos.

Entre os sujeitos sociais que conformavam a paisagem amazônica, havia as populações remanescentes que ocupavam a região: indígenas, caboclos, seringueiros e negros de antigos quilombos, que sofriam com a pressão intensa sobre seus recursos naturais. Essa pressão, associada ao novo padrão tecnológico com velocidade determinada pelos circuitos industriais e financeiros nacionais-internacionais, passou a gerar conseqüências sociais e ecológicas de enormes proporções, particularmente com relação aos desmatamentos, ao avanço da pecuária e de empresas madeireiras.

Também existiam os migrantes do Nordeste e do Centro-Sul do país que foram atraídos pelo governo para colonizar a região e se constituírem em mão-de-obra para a construção das grandes obras de infra-estrutura, os antigos pequenos proprietários, que venderam suas terras para adquirir outras mais baratas e com maior extensão, bem como os camponeses pobres, que para lá foram em busca de terras para trabalhar.

Além destes também migraram para a região grandes fazendeiros e grupos empresariais que descobriram sua vocação pecuária, interessados em terras para capitalizar ou

para especular, e os grandes projetos interessados em explorar os recursos naturais, em especial os minérios.

De acordo com Gonçalves (2008, p. 54), “[...] É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. A região torna-se, assim, um espaço geográfico marcado pela complexidade, daí surgindo sua riqueza política, social e cultural”.

Toda essa mudança na dinâmica demográfica e socioespacial da região possibilitou não apenas a emergência de conflitos dramáticos, mas também o surgimento de novos agentes que passaram a participar desse novo debate sobre os destinos da região. Entre eles estão lideranças das populações tradicionais, lideranças de produtores familiares, lideranças sindicais de trabalhadores, além de lideranças sindicais de países europeus, setores da igreja católica, organizações não-governamentais, entre outros, que procuraram apoiar as lutas travadas pelas populações locais.

Gonçalves (2008) afirma que a imagem da região que vem ganhando o mundo na atualidade, através não só da imprensa, mas também da ação de organizações não-governamentais, de lideranças de movimentos sociais e, inclusive, de trabalhos científicos é a da Amazônia como um cenário de devastação, de exploração e resistência.

Isto deve ser compreendido frente aos problemas derivados da expansão capitalista que começaram a manifestar-se como insolúveis nos marcos de cada estado nacional, emerge um processo de organização societária que passa a questionar os efeitos de um modelo de desenvolvimento que visa o lucro e estimula o consumismo. A Amazônia então é enquadrada em um debate ecologizado que a defende como uma natureza que precisa ser preservada e não dominada, na medida em que ela cumpre um papel em relação ao equilíbrio do planeta.

Corroborando com Gonçalves (2008), não se pode perder de vista que o debate ecológico sobre a Amazônia, fruto dessa reorganização societária em curso no mundo atual, tem como suporte as transformações tecnológicas que culminaram com o aparecimento da biotecnologia, sempre empenhada na “descoberta” de recursos genéticos ainda desconhecidos e inexplorados pela ciência.

Se o interesse no estudo da biodiversidade amazônica e suas aplicações tecnológicas e econômicas não é novidade, como aponta Maio (2005) quando descreve o plano frustrado da UNESCO de criar um laboratório científico na Amazônia logo após o fim da Segunda

Guerra¹³, Gama e Velho (2005) afirmam que nas últimas décadas, particularmente com o advento da biotecnologia moderna abrindo a possibilidade de novas aplicações tecnológicas, os recursos genéticos presentes na Amazônia passaram a ter uma importância estratégica.

É neste contexto que o saber das populações locais vem sendo valorizado como fonte de informação, sobretudo para a indústria farmacêutica. Por isso a necessidade de operar estratégias de gestão deste corpo social em função de seu patrimônio cultural e intelectual.

Entre essas estratégias, podemos citar o que Bartholo-Júnior (2001) chama de “tecnologias de sustentabilidade”, que podem ser caracterizadas como saberes e habilidades de perenização da vida, e envolvem tanto processos de produção e circulação de produtos, como modos de organização social, padrões de ganho e processamento de informações.

Essas tecnologias baseiam-se em um novo conceito de desenvolvimento sustentável, proposto em 1987 pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e que se orienta, de acordo com Mota (2001), pela idéia de satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

É importante observar que, apesar de o território amazônico ainda se configurar como alvo de intensas disputas e interesses políticos, como pode ser constatado nos constantes conflitos que envolvem questões de regularização fundiária e ordenamento territorial, com demarcação de reservas indígenas e ambientais, por exemplo, sua população também emerge como objeto de saberes e poderes, na medida em que cresce e começa a organizar-se de modo a resistir aos projetos de dominação de que é alvo, utilizando seu capital de conhecimentos como trunfo para o diálogo com o mundo em busca de direitos e de justiça social.

Assim a gestão da população na Amazônia passa, nas últimas décadas, a configurar-se como um problema específico relacionado à questão da segurança, e insere-se em um dispositivo de governamentalidade no qual as práticas do UNICEF estão articuladas. Essas práticas operam estratégias biopolíticas de controle da população através do gerenciamento de riscos, regulando corpos e produzindo uma série de controles e normas em função da proteção da infância que se faz mister na retórica da paz e segurança coletivas.

¹³ De acordo com Maio (2005), a criação do Instituto Internacional Hiléia Amazônica (IIAH) era um dos quatro principais projetos da agenda política da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, agência multilateral da ONU criada após a Segunda Guerra. O estabelecimento do IIAH tinha como objetivo inicial o desenvolvimento científico na Amazônia através da realização de pesquisas no campo da botânica, zoologia, da química, da geologia, da meteorologia, da antropologia e da medicina. Por pressões dos países latino-americanos posteriormente o projeto passou a incorporar novas diretrizes nas áreas de educação, da cultura e da saúde. Todavia, em função de dificuldades políticas enfrentadas no Brasil o plano foi considerado uma ameaça à soberania nacional e isso acabou por inviabilizar sua criação.

4 OS DISCURSOS DO UNICEF SOBRE A SAÚDE DA CRIANÇA NA AMAZÔNIA

Conforme consta em seu texto de apresentação e ficha técnica, o relatório “Ser criança na Amazônia” foi elaborado por uma equipe do Instituto de Estudos sobre a Amazônia (IESAM), superintendência da Fundação Joaquim Nabuco/Ministério da Educação, formada por quatro pesquisadores, sendo três deles com pós-graduação na área de demografia e uma enfermeira mestranda em saúde pública.

A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)¹⁴ foi criada no ano de 1949 durante o governo do presidente Eurico G. Dutra e inicialmente era subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde com o objetivo de se dedicar ao estudo sociológico e melhoramento das condições de vida do trabalhador brasileiro na região agrária do Norte e do pequeno lavrador dessa região.

Posteriormente, no final da década de 70, seus objetivos se ampliam e ela passa a ter por finalidade geral promover, orientar e difundir mediante acordos, convênios e contratos com instituições públicas e privadas, a execução de pesquisas, planos e projetos no campo das ciências sociais nas regiões Norte e Nordeste do país, estudando os problemas sociais relacionados direta e indiretamente com a melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, especialmente do trabalhador rural; promovendo estudos e pesquisas destinadas à compreensão da realidade sócio-econômica e cultural das regiões que constituem sua área de atuação; bem como o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal para empreendimentos públicos e privados no campo das ciências sociais e realizando a documentação e a museologia, objetivando preservar valores histórico-culturais.

Com sede em Recife, Pernambuco, e vinculada hoje ao Ministério da Educação, a FUNDAJ é composta por uma diretoria de pesquisas sociais que engloba coordenadorias de estudos em ciência e tecnologia, estudos econômicos e populacionais, estudos sociais e culturais, estudos ambientais e da Amazônia e estudos educacionais.

Entre as pesquisas realizadas de 1997 a 2008 e divulgadas no *site* da instituição, a maior parte é de estudos acerca da região Nordeste do Brasil. Dentre elas, não está listada a análise publicada pelo UNICEF, objeto deste estudo. Do mesmo modo, o nome dos pesquisadores responsáveis por este relatório também não se encontra relacionado entre os nomes dos pesquisadores da FUNDAJ apresentados no *site* da instituição.

¹⁴ Todas as informações acerca da Fundação Joaquim Nabuco foram obtidas no site oficial da instituição. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 7 fev. 2009.

Curiosamente, nada a respeito dessa instituição de pesquisa ou de sua superintendência, é mencionado no relatório, nem mesmo um breve *release*, e sobre os pesquisadores que compõem a equipe técnica, constam informações apenas referentes à titulação, área de pesquisa e demais instituições a que estão vinculados: dois deles têm ligação com a Universidade Federal do Amazonas, e um com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Em relação à organização do relatório, ele encontra-se dividido em cinco partes ou capítulos:

- 1) *Apresentação*: com exposição dos objetivos e a justificativa do estudo;
- 2) *Situação da família e as condições de proteção da criança*: onde se encontra um mapeamento sócio-demográfico da região que abrange a dinâmica populacional, a urbanização, as condições de habitação, de saneamento, de renda e o analfabetismo;
- 3) *A mulher enquanto mãe*: apresenta as condições de saúde das mulheres antes e durante a gravidez e o parto, bem como a situação social das mesmas, envolvendo temas referentes à fecundidade e contracepção, gravidez na adolescência, nutrição da mãe, assistência médica durante a gravidez, atenção ao parto, mortalidade materna, nível educacional, trabalho e renda das mulheres mães, posição da mulher na família e violência doméstica contra a mulher;
- 4) *As condições de saúde da criança*: onde são descritos os níveis e tendências da mortalidade infantil e dos respectivos componentes que os fazem variar (nascimentos, estatísticas de registro civil, óbitos, causas de morte), o acesso a serviços de saúde materno-infantil, o estado nutricional das crianças, os índices e políticas de aleitamento materno, a incidência de doenças imunopreveníveis e endêmicas como tuberculose, AIDS e malária, a cobertura vacinal e as condições de saúde das crianças indígenas;
- 5) *Cidadania, competências familiares, violência e proteção*: trata do direito ao Registro Civil, da implementação e atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, das competências familiares que afetam o desenvolvimento cognitivo das crianças, como os indicadores educacionais das mães e irmãos mais velhos e a matrícula opcional na educação infantil. Discute também sobre a proteção especial para crianças com deficiência, submetidas ao trabalho infantil, e às vítimas de violência doméstica, negligência e maus-tratos. Por fim, analisa a expansão e o desempenho dos Conselhos Tutelares.

Observa-se então como o relatório é composto por diversas práticas discursivas submetidas a um ordenamento que opera arranjos e distribuições, forjando objetos e separando grupos no interior da população para geri-los de modo específico: precariedade habitacional, trabalho infantil, violência doméstica, mortalidade infantil, aleitamento materno, atenção ao parto, famílias de baixa renda, famílias desestruturadas, mulheres chefes de família, mulheres vítimas de violência, adolescentes grávidas, crianças indígenas, crianças com deficiência, crianças pré-escolares, e assim por diante.

Também estão presentes ao longo do documento 56 tabelas com números, taxas, dados percentuais sobre diversos aspectos da população sempre comparando os dados dos estados da região Norte entre si, os dados da região Norte com os das demais regiões brasileiras, bem como com os dados nacionais. Além disso, em anexo constam 64 páginas com tabelas que apresentam informações estatísticas sobre demografia, educação, saneamento e saúde de cada município dos estados da região Norte.

Todos esses dados e informações correspondem a pesquisas e estatísticas provenientes das seguintes fontes:

- *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, através dos dados colhidos por Censos Demográficos, Estatísticas do Registro Civil e da Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que investiga diversas características socioeconômicas como educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, entre outros;
- *Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA)* que desde 1985 foi criado como frente de trabalho do Movimento República de Emaús: associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 1971, em Belém, Pará, que vem atuando no enfrentamento de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes relacionados à violência institucional, tráfico internacional de seres humanos, redes de exploração sexual e violência doméstica, além de trabalhar com o monitoramento do cumprimento de medidas socioeducativas;
- *Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA)*, que entre as suas atribuições é responsável por estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados com informações sobre a infância e a adolescência, assim como construir indicadores e monitorar a política de atendimento à criança e ao adolescente;
- *Conselho Tutelar de Rio Branco/Acre* que, como os demais conselhos tutelares, ao atender casos de denúncias de violações de direitos passa a conhecer quais as

demandas de sua localidade, detendo uma radiografia das violações mais recorrentes no município e, nessa medida, tendo condições de contribuir na definição de políticas públicas;

- *Delegacia Regional do Trabalho/Pará* que anualmente produz relatórios contendo informações sobre suas ações fiscais com dados relativos à questão do trabalho infantil;
- *Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI)* que integrava a Fundação Nacional de Saúde até 2003, sendo substituído então pela Secretaria de Vigilância em Saúde. Tinha como finalidade promover o uso da epidemiologia em todos os níveis do Sistema Único de Saúde, desenvolvendo atividades de coleta e processamento de informações e análise da situação de saúde, proporcionando subsídios para a formulação de políticas e para a organização e gerenciamento dos serviços de saúde;
- *Ministério da Educação (MEC)* através do *Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, autarquia federal cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, bem como produzir informações ditas claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Entre os levantamentos estatísticos e avaliativos realizados pelo INEP está o Censo Escolar, principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que é realizado anualmente em todo o âmbito nacional.
- *Ministério da Saúde (MS)*, com suas bases de dados sobre malária (SIG-MALÁRIA), nascidos vivos (SINASC), mortalidade (SIM), imunização (SI-PNI), atenção básica (SAI-SUS), informações ambulatoriais (SIAB) que compõem o *Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS)*. Além disso, ainda foram utilizados com fonte de informações sobre DST/AIDS os boletins epidemiológicos da *Coordenação Nacional DST/AIDS* vinculada à *Secretaria de Políticas de Saúde* do MS;
- A ONG *Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM)*, através de dados da Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-infantil e Planejamento Familiar e da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Essa ONG é parceira do UNICEF e do Fundo de População das Nações Unidas e atua na África, América Latina e Caribe. Esta no Brasil desde 1965 e foi reconhecida como utilidade pública pelo Governo Federal em

1971. Além de sua sede no Rio de Janeiro possui 10 escritórios regionais, 6 Clínicas de Saúde Reprodutiva, 7 Centros de Jovens, além de laboratórios e centros de distribuição de produtos como preservativos e gel lubrificante. Contudo, na região Norte ela atua apenas no estado do Tocantins. Suas atividades estão voltadas para a promoção da assistência social básica e especial a segmentos da população considerados socialmente mais vulneráveis, e ocorrem através de projetos que afirmam a saúde sexual e reprodutiva como parte integrante dos direitos humanos, no combate explícito das desigualdades de gênero e na melhoria do convívio familiar, em especial, para adolescentes, jovens e idosos. Realiza também pesquisas sociais, médicas e demográficas na área materno-infantil, além de diagnósticos e avaliações da qualidade de atenção dos serviços de saúde;

- O artigo sobre *Evolução da fecundidade na Região Norte do Brasil* publicado pelos autores NASCIMENTO, R., WONG, L.R., na revista *Cadernos de Estudos Sociais*, v.12, nº 2, jul./dez., 1996.

Observa-se então que o UNICEF atua através de uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio, e pode-se inferir a partir disso, que o relatório em estudo foi montado como se os dados provenientes dessas diversas fontes fossem peças de um grande quebra-cabeça organizado por pesquisadores que parecem não questionar as condições em que eles foram produzidos.

De acordo com o pensamento foucaultiano, toda essa produção de saberes e de domínios de objetos, aqui relacionados à análise das condições de desenvolvimento infantil na região Norte são efeitos de práticas biopolíticas de governo que visam à manutenção de uma racionalidade governamental estatizada.

[...] A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente “economia” (...) é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política”. (FOUCAULT, 2008a, p. 140-41)

Considerando que a constituição de um saber de governo só era possível mediante a criação de tecnologias de informação que permitissem ao Estado saber quem era a população que se queria governar, Foucault (2008a) aponta o surgimento da estatística como o principal instrumento dessa economia política. Ela é um princípio de decifração das forças constitutivas

de um Estado, ou seja, um domínio de conhecimento que possibilita que cada Estado conheça suas próprias forças e identifique suas possibilidades e virtualidades.

Reiterando as idéias de Foucault (2008a), Stassun (2010) nos fala sobre a complexidade do novo objeto de governo na razão de Estado:

[...] A população tem centenas de variáveis que estão em constante volatilidade e que não se revelam (transparecem) com a simples soma dos indivíduos que habitam certo espaço geográfico. Desde o clima, condições econômicas, biológicas, sistemas de leis, de religiões e morais, e tantos outros sistemas instáveis fazem com que a população escape da obediência do soberano, mesmo com os limites da lei. (STASSUN, 2010, p. 10)

Diante da multiplicidade de variáveis e de sua mobilidade, Stassun afirma que o caminho viável foi gerar inteligência na gestão do próprio território e população. No entanto, essa inteligência de que ele nos fala, não se limita à estatística como ciência do Estado, ela extrapolou os domínios do conhecimento estatístico englobando-o, de modo a constituir um dispositivo geotecnológico chamado geoprocessamento que se caracteriza como “uma ferramenta aplicada a um município para obter camadas de informações de várias áreas como infra-estrutura, saúde, educação, saneamento e criminalidade, permitindo a construção e o planejamento de políticas públicas mais eficientes” (STASSUN, 2010, p. 1).

O geoprocessamento, ou o processamento inteligente de imagens espaciais e dados populacionais, funciona de modo mais complexo na operação de uma economia de verdade estatístico-científica, e de poder, pelo controle e monitoramento de fluxos e circulações através da realização de cartografias que integram bancos de dados numa rede de informações organizadas para a gestão de cidades. Deste modo, são realizadas coletas e tratamento de informações espaciais e desenvolvidos sistemas que as utilizam, produzindo uma nova forma de gerar documentos cartográficos com a metodologia de análise espacial transposta para o computador (STASSUN, 2010).

Ainda segundo Stassun (2010), a idéia do geoprocessamento que é caracterizada pela “gestão de um grande número de informações unitárias e específicas compiladas para a administração do todo” (p. 5) incorpora e atualiza elementos de uma forma de exercício do poder típica da era cristã descrita por Foucault (2008a): o poder pastoral, que pode ser definido de forma breve como uma variedade de técnicas de controle que visam dirigir, sustentar e conhecer a fundo “todos e cada um dos indivíduos” com o objetivo de alcançar um bem comum, do mesmo modo que o pastor agia em relação ao seu rebanho na busca da salvação.

É possível também inferir continuidades entre essa tecnologia do geoprocessamento e o desenvolvimento de uma medicina social com objetivos políticos a partir do século XVIII que, de acordo com Foucault (1985d) tomou diferentes direções: a medicina de Estado na Alemanha, a medicina urbana na França, e a medicina dos pobres na Inglaterra. Em todas elas, foram produzidos e organizados saberes, sistemas de observação, registro e controle, seja sobre a morbidade (os fenômenos epidêmicos ou endêmicos em diferentes regiões), a formação e a prática médica; a população e o espaço urbano; seja sobre a plebe urbana, as classes pobres perigosas.

Outro aspecto importante é que as análises quantitativas que constituem o relatório procuram fazer um mapeamento da situação da infância na região, descrevendo as disposições e regularidades específicas dos fenômenos relacionados ao seu desenvolvimento e comparando esses dados entre si e com a realidade brasileira. Assim as análises do UNICEF identificam o jogo de normalidades diferenciais, ou seja, a existência de normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal geral.

[...] vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. (FOUCAULT, 2008a, p. 82)

Vemos que a partir dessas análises será possível concluir pela necessidade de uma gestão, de políticas que restabeleçam certa distribuição natural das normalidades de modo que elas se aproximem de uma média ótima.

É nesta perspectiva que encontramos, ao longo do documento, em páginas que recebem destaque por seu layout gráfico com fundo azul e foto ilustrativa grande, a descrição de aproximadamente 13 políticas, iniciativas e projetos, a maior parte relacionada à educação e saúde, como exemplos de experiências que deram certo a serem reeditadas em outros lugares da região. Essas experiências são exemplos de políticas que, atuando através de um poder normativo, agiram na redução das normalidades desfavoráveis. São eles:

- O *Projeto de FIBRARTE* de desenvolvimento sócio-econômico sustentável desenvolvido no Parque Nacional do Jaú no estado do Amazonas pela Fundação Vitória Amazônia que atua elaborando pesquisas científicas e buscando alternativas econômicas ecologicamente sustentáveis para os residentes na região, inclusive no entorno do Parque.

- *Projeto Seringueiro* desenvolvido desde o início da década de 80 pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) no Município de Xapuri interior do Acre. Inicialmente o objetivo da iniciativa era educar os trabalhadores rurais que trabalhavam no extrativismo da borracha a partir de 1989, o projeto foi reformulado para atender às crianças e os adolescentes filhos dos extrativistas. Hoje, o Projeto se transformou em política pública e todas as escolas rurais do município estão englobadas nele.
- O *Projeto Saúde e Alegria* que é desenvolvido nas comunidades ribeirinhas dos municípios de Santarém e Belterra no estado do Pará, pela organização não-governamental Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental. O principal objetivo da iniciativa é apoiar processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentado, geridos pela própria população, que interajam com as políticas públicas e que sejam capazes de se multiplicar. Ao todo, cerca de 29 mil pessoas, habitantes de 143 comunidades ao longo dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns aprendem com atividades de comunicação e apresentações de teatro técnicas de saúde, saneamento, educação e organização comunitária. Além disso no programa de saúde existem diversas ações articuladas que envolvem gestão institucional, organização e gestão comunitária, saúde ambiental, com campanhas educativas e visitas domiciliares, saúde materno-infantil, saúde oral e assistência médica simplificada, que inclui a implantação de minipostos e posto de saúde
- Os projetos da Fundação Esperança de Santarém que se dedica na área da saúde à prevenção de doenças e, na área da educação, a cursos básicos, técnicos, de graduação e até pós-graduação, visando ao desenvolvimento regional. Entre eles Centro da Criança e o Quilombo que oferecem assistência preventiva e cuidados primários em saúde a crianças de 0 a 8 anos e a comunidades quilombolas.
- Os projetos de *resgate e valorização das parteiras tradicionais*, implantados pelos governos do Acre e do Amapá, que aliam o reconhecimento do trabalho dessas mulheres a capacitações na área da saúde oferecendo treinamento e distribuindo e repondo kits com materiais básicos para a realização de partos domiciliares
- A *Escola-Família Agrícola do Pacuí* criada na região do Pacuí, no estado do Amapá, por um grupo de padres italianos, com o apoio da Associação das Famílias da Escola Família Agrícola do Pacuí (AFEFARP), da Diocese de Macapá, de instituições sociais municipais, federais, estaduais e de uma organização não-governamental

italiana. Nesta região a maioria da população é formada por pequenos produtores rurais, assim, a Escola-Família apresenta crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental com qualificação em agricultura e no ensino médio com educação profissional em agricultura, ambos reconhecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

- *As políticas municipais para o desenvolvimento infantil em Belém* implementadas em 2001 com o apoio do UNICEF e que envolvem o *projeto Belém Criança*, coordenado pela Secretaria de Educação que beneficia 1800 crianças e visa à ampliação das oportunidades de informação e orientação dos pais e a comunidade em geral a respeito das condições necessárias para o desenvolvimento integral de meninos e meninas. Além disso busca promover a integração entre as diversas políticas públicas, as comunidades e as famílias. E o *Projeto de Desenvolvimento Infantil em Santana do Aurá*, – que é uma comunidade formada por recicladores de lixo que buscam seu sustento recuperando plástico, papel e metal no aterro Sanitário da cidade. Esse projeto proporciona atenção individualizada a cada uma das 170 crianças com menos de 7 anos que vivem na pequena e isolada comunidade. O projeto dispõe de uma equipe composta por agentes comunitários de saúde, profissionais e estagiários de psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia, técnicos do Programa Família Saudável da Prefeitura de Belém, técnicos da Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico, lideranças comunitárias e da Pastoral da Criança.
- *O projeto de etno-educação do povo indígena ianomâmi*, desenvolvido pela Diocese de Roraima e apoiado pelo UNICEF desde 1999. O objetivo da iniciativa é promover com as comunidades indígenas um processo de educação diferenciado e bilíngüe a partir dos próprios conhecimentos dos índios. A proposta é que os ianomâmis estejam fortalecidos social e culturalmente em suas terras para enfrentar os desafios da convivência com povos não-indígenas. Nesse sentido, o trabalho da Diocese tem sido auxiliar nas atividades que os índios já realizam, como roças, coleta de frutos, etc., e inserir conteúdos que eles não dominam, mas demandam, por serem fundamentais no contato com os brancos, como português e matemática.
- *O Projeto Cidadão*, do Tribunal de Justiça do Acre junto com a Prefeitura de Rio Branco e diversos parceiros governamentais e não-governamentais que iniciou com a proposta de garantir, de forma rápida, a emissão gratuita de documentos para a população de baixa renda e hoje, além disso, oferece serviços como atendimento médico-odontológico, cursos profissionalizantes, oficinas sobre educação ambiental,

direitos humanos, pintura, teatro, dança e atividades de lazer e esporte. Com o suporte de um barco, o projeto foi levado para ribeirinhos, índios, seringueiros e outras pessoas que vivem em áreas de difícil acesso no estado.

- O projeto *Rádio pela Educação*, executado pela Rádio Rural de Santarém, em parceria com as secretarias de educação desses municípios e o UNICEF. Desde 1999, o rádio é utilizado como instrumento pedagógico no interior da Amazônia e cerca de 30 mil alunos e 1.200 professores escutam todas as segundas, quartas e sextas-feiras, dentro da sala de aula, o programa, que tem duração de 30 minutos, e que oferece dicas de como trabalhar, por exemplo, português e matemática a partir de músicas e histórias.
- O *programa de rádio para os povos indígenas em São Gabriel*, que é outro importante aliado para superar o isolamento das condições geográficas. É veiculado nas três principais línguas indígenas do município. Na programação, estão aspectos sobre as culturas das diversas etnias e a troca de conhecimentos e experiências entre as comunidades.
- Os *postos avançados de registro civil* em Belém, no estado do Pará, que funcionam nos cinco maiores hospitais da cidade que realizam partos pelo Sistema Único de Saúde. A iniciativa é resultado da parceria entre Associação de Notários, Tribunal de Justiça e as maternidades.
- O *Núcleo de Educação Escolar Indígena do Amapá*, que é um setor da Secretaria Estadual de Educação responsável pela articulação, assessoria e encaminhamento dos projetos educacionais em terras indígenas realiza esse trabalho em parceria com associações indígenas, como a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA), Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO), com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Indigenista Missionário, universidades locais e outras instituições. O principal objetivo do Núcleo é proporcionar uma educação diferenciada, bilíngüe e intercultural, buscando, sobretudo, valorizar e adaptar o currículo escolar ao conhecimento e às tradições das comunidades indígenas. Este núcleo apresenta o *projeto Turé* de formação de educadores habilitados em educação indígena.

Ao final do relatório estão as referências bibliográficas, as notas explicativas, compostas por indicações dos censos e bases de dados que serviram como fontes de informações para as análises contidas no documento, as tabelas em anexo já mencionadas e mais três páginas com algumas listas como: a dos conselhos estaduais e municipais dos

direitos das crianças e dos adolescentes, a dos conselhos tutelares em todas as cidades da região (todos esses conselhos listados apresentam seus respectivos números de telefone para contato); a dos hospitais amigos da criança em todas as regiões do país; a dos números de delegacias de combate à violência contra a mulher existentes em cada município e estado da região; e por fim, uma lista dos conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher.

Essas informações, além de fazerem parte de um mapeamento da infra-estrutura social de que a região dispõe, servem, assim como os projetos e experiências apresentadas, para instrumentalizar todas as pessoas envolvidas na proteção à infância.

Aqui observamos a presença de elementos do poder pastoral nas práticas do UNICEF que, além de utilizarem o dispositivo do geoprocessamento como técnica de controle dos dados populacionais, também emprega os exemplos de políticas e projetos contidos no relatório e as listas com instituições importantes da rede de atenção à infância, como instrumentos para a condução das crianças, ou melhor, ferramentas que dão direção às condutas dos agentes envolvidos no cuidado e proteção da infância.

A retomada de muitas funções pastorais descritas por Foucault (2008a), no exercício da governamentalidade operada pelo UNICEF, fica explícita no relatório quando a preocupação com o cuidado das crianças é exposta como algo que é importante para garantir uma espécie de “salvação”, não apenas delas próprias, mas de todo o rebanho populacional do qual fazem parte. Esta idéia encontra-se expressa tanto no *slogan* do UNICEF, localizado na contracapa, que diz: “*Para cada criança saúde, educação, igualdade, proteção, fazendo a humanidade avançar*”, quanto na seguinte afirmação: “[...] os cuidados prestados as crianças pequenas são decisivos, não apenas para seu desenvolvimento individual, mas também para o desenvolvimento socioeconômico do país em que vivem” (UNICEF, 2004, p. 77).

A importância atribuída ao desenvolvimento socioeconômico na era da governamentalidade, como já visto anteriormente, é característica dos mecanismos de segurança que têm a finalidade de garantir o fortalecimento dos Estados e ao mesmo tempo manter um equilíbrio concorrencial entre os mesmos, controlando as classes perigosas que podem por em risco essa ordem.

Observa-se no *slogan* do UNICEF que suas práticas configuram a saúde da criança como um objeto importante no gerenciamento do corpo social, isto na medida em que a criança é considerada a “chave para o futuro da nação” (RIZZINI, Irene, 2008) e vista como um ser facilmente corruptível, e a saúde da população o objetivo principal das táticas de governo.

Apesar de o relatório dedicar um capítulo exclusivo para abordar as condições de saúde das crianças, a noção de saúde encontra-se presente ao longo de todo o documento e aparece articulada a outros domínios como: saúde ambiental, saúde materno-infantil, saúde oral, saúde pública, saúde da mulher, etno-saúde, políticas públicas de saúde, rede de saúde, gestores de saúde, profissionais de saúde, equipes de saúde, agentes comunitários de saúde, centros de saúde, postos de saúde, atendimento de saúde, técnicas de saúde, cuidados primários de saúde; práticas de saúde; condições de saúde, necessidades de saúde, desenvolvimento saudável, ambiente saudável, família saudável, vida saudável, condições saudáveis de moradia.

Sua configuração está relacionada a um campo peculiar que abrange um aparato técnico e institucional, objetos específicos e práticas territorializadas de gestão da população, que codificam normas sobre um tipo de ambiente e de moradia, uma categoria de família, um estilo de vida, um modo de desenvolvimento considerado ideal e produzem divisões e classificações de indivíduos e grupos a partir desses modelos.

Neste sentido, o UNICEF vai agenciar no relatório uma rede de saberes, estratégias de poder e práticas vizinhas em uma composição de forças que fabricará verdades sobre as condições que determinam a saúde das crianças na Amazônia.

Ao afirmar que fatores geográficos, culturais, e desigualdades sociais se sobrepõem uns aos outros, quando se analisa a situação de saúde da criança na região Norte, o UNICEF apóia-se em idéias que emergiram na década de 70 e se consolidaram nos anos 80, acerca da saúde como um campo multideterminado. Elas surgem em meio a questionamentos sobre o exercício da medicina, que havia se deslocado quase que exclusivamente para o hospital, transformando-o em um lugar de cura.

As críticas a esse modelo médico-hospitalar se proliferaram como efeito dos estudos voltados à racionalização dos serviços de saúde que tiveram o Canadá como país pioneiro, devido a divulgação, em 1974, do documento *The new perspective for the health of Canadians* que ficou conhecido como Informe Lalonde¹⁵.

De acordo com Buss (2000), esse documento trazia como conceito fundamental a idéia de “campo de saúde”, um conjunto de práticas e saberes que influenciam a saúde e que extrapolam os serviços de saúde. Essas práticas e saberes, chamados “determinantes de saúde”, contemplam quatro amplos componentes: a biologia humana, o ambiente, o estilo de vida e a organização dos serviços de saúde.

¹⁵ Lalonde era o ministro da saúde canadense na época.

Desde o Informe Lalonde e suas recomendações de mudança no foco das ações sanitárias, teve início um movimento que, partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença, foi responsável pelo desenvolvimento de um campo de conhecimentos e práticas voltadas para a garantia da qualidade de vida: o Movimento da Promoção da Saúde.

A partir do final de década de 70, começaram a ser convocadas conferências internacionais que resultaram na produção e divulgação de declarações e/ou cartas de intenções com propostas de atualização do Movimento de Promoção da Saúde, na medida em que suas ações vinham priorizando intervenções sobre estilos de vida, dirigidas para a correção de comportamentos individuais.

Essas propostas reiteravam o conceito de saúde como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente ausência de enfermidade, apresentado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde a sua fundação em 1948, afirmavam a saúde como um direito humano e maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, transformando-a em responsabilidade individual e coletiva, e, concomitantemente, atribuíam sua promoção a muitos outros setores sociais e econômicos além do setor saúde.

Dentre essas conferências e declarações, duas se destacam por terem representado marcos referenciais, no mundo inteiro, para as posteriores conferências, convenções, documentos e deliberações, tanto na área da saúde, como em outras áreas ligadas ao campo dos direitos humanos. São elas:

- A Declaração de Alma-Ata, resultado da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, ocorrida no ano de 1978 em Alma-Ata, antiga URSS, e que foi convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em colaboração com o UNICEF.
- A Carta de Ottawa, fruto das discussões ocorridas na I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1986, na cidade de Ottawa, Canadá.

A Declaração de Alma-Ata colocava a meta “Saúde para todos no ano 2000” e enfatizava os cuidados primários em saúde como cuidados essenciais relacionados: à educação, que devia ser dirigida aos problemas de saúde prevalentes e métodos para sua prevenção e controle; à promoção do suprimento de alimentos e nutrição adequada; ao abastecimento de água e saneamento básico apropriados; à atenção materno-infantil, incluindo o planejamento familiar; à imunização contra as principais doenças infecciosas; à prevenção e controle de doenças endêmicas; ao tratamento apropriado de doenças comuns e acidentes; e à distribuição de medicamentos básicos (OMS/UNICEF, 1978).

Já a Carta de Ottawa define a promoção da saúde como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação e controle deste processo, e descreve como condições e recursos fundamentais para a saúde a paz, a habitação, a educação, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (OMS, 1986).

A fim de alcançar estes pré-requisitos, a carta preconiza que, além da capacitação de todas as pessoas para que possam controlar os fatores determinantes de sua saúde, através de ambientes favoráveis, do acesso à informação, a habilidades e oportunidades que permitam fazer escolha por uma vida supostamente mais sadia, a promoção da saúde demanda uma ação coordenada que extrapola o setor saúde, envolvendo também o governo, outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e mídia.

É neste sentido que a carta recomenda a construção do que ela chama de “políticas públicas saudáveis” nos setores que não estão diretamente ligados à saúde:

[...] A promoção da saúde vai além dos cuidados de saúde. Ela coloca a saúde na agenda de prioridade de políticos e dirigentes em todos os níveis e setores, chamando-lhes a atenção para as consequências que suas decisões podem ocasionar no campo da saúde e a aceitarem suas responsabilidades políticas com a saúde. A política de promoção da saúde combina diversas abordagens complementares, que incluem legislação, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais. É uma ação coordenada que aponta para a equidade em saúde, distribuição mais equitativa da renda e políticas sociais. As ações conjuntas contribuem para assegurar bens e serviços mais seguros e saudáveis, serviços públicos saudáveis e ambientes mais limpos e desfrutáveis (OMS, 1986).

A implementação de políticas públicas consideradas saudáveis impõe, segundo a Carta de Ottawa, uma agenda de gestão que implica ações de diversos setores, a intersectorialidade emerge, em convenções e cartas posteriores, como proposta de uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas voltadas para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida, exigindo alianças estratégicas.

Na medida em que foi um dos organizadores da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde junto à OMS, ressalta-se que o UNICEF esteve ligado ao movimento de promoção da saúde desde o seu início. Neste sentido, suas práticas são atravessadas pelo ideário deste movimento e têm sido pautadas em princípios de integralidade, de intersectorialidade e de equidade como fica bastante claro nas políticas e programas exemplificados no relatório.

No que tange a construção pelo UNICEF do objeto saúde da criança na Amazônia, observa-se no relatório a articulação das idéias de promoção da saúde com um monitoramento competente de indicadores sociais na região, produzindo algumas regularidades discursivas acerca das condições necessárias para viver com saúde, que, para efeitos de análise, foram recortadas nesta pesquisa em três séries: *Condições básicas de sobrevivência*; *Cuidado materno e família competente*; *Políticas de saúde, educação e proteção à infância*. Entre essas elas optou-se por analisar as duas primeiras em função da complexidade e do tempo que demandaria realizar a discussão das três séries.

No entanto, é importante destacar que a série *Políticas de saúde, de educação e proteção à infância* afirmam a importância de assegurar às mulheres e às crianças o acesso aos serviços de saúde, o direito ao Registro Civil e à educação, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental, como condições primordiais para a cidadania. Além disso, o relatório enfatiza nesta série a importância dos conselhos tutelares, dos conselhos de direitos da criança, e de outros equipamentos que compõem a rede de proteção social à infância e à família, como as delegacias da mulher, por exemplo. Não obstante, o UNICEF destaca as enormes deficiências na garantia dessa proteção e descreve os fatores que dificultam o acesso da população a esses serviços. Um deles relaciona-se as características geográficas da região que dificultam o acesso de famílias que vivem em cidades e comunidades nas “áreas rurais” ou ao longo dos rios aos locais onde esses serviços são oferecidos. A maioria deles concentra-se em cidades maiores e nos centros urbanos.

O acesso aos serviços de saúde e melhoria da qualidade da assistência médica são defendidos como fundamentais no combate ao adoecimento e mortalidade materno-infantil. Observa-se que a questão da mortalidade infantil aparece no relatório e, especialmente nesta série, como uma preocupação central. São descritos seus níveis e tendências de evolução, e sua taxa é considerada como um dos principais indicadores das condições e qualidade de vida da população.

Conhecer os níveis corretos desse indicador é, portanto, de fundamental importância para a adequação e reorientação das políticas públicas de saúde, com vistas à melhoria das condições de sobrevivência das crianças. [...] a mortalidade infantil adquire especial importância para as instituições – governamentais, não-governamentais ou agências internacionais – voltadas para a discussão, a elaboração e a execução de políticas, planos e programas direcionados às populações de baixa renda (UNICEF, 2004, p. 51).

Neste sentido, todas as análises e discussões desenvolvidas nas demais partes do relatório sobre as condições socioeconômicas, a educação, a saúde da mulher, e tudo mais são

pensadas com a finalidade de garantir a diminuição da mortalidade infantil. Inclui-se aí a questão do sub-registro civil que inviabiliza um cálculo direto das taxas de mortalidade.

Os dados epidemiológicos sobre diversas doenças que atingem de forma significativa as crianças da região, além de outras questões como o aleitamento, o baixo peso ao nascer, o acesso aos serviços de saúde, também são discutidas como causas da mortalidade.

O problema da mortalidade torna-se fundamental na sociedade ocidental a partir do momento em que a vida entra no campo das técnicas políticas tornando-se objeto do biopoder, que opera com a finalidade de fazer viver, ou seja, de gerir e multiplicar essa vida. É neste sentido que a grande importância conferida pelo UNICEF à mortalidade infantil e a todos os fatores que podem contribuir para o seu aumento configura-se como um mecanismo biopolítico, ou seja, um mecanismo de gestão da vida no âmbito dos processos característicos da população, como as epidemias, por exemplo.

Diante do exposto temos a seguir a discussão das duas séries selecionadas para efeitos de análise. Estas séries possuem fronteiras tênues com discussões transversais e serão abordadas em dois subtópicos.

4.1 Condições básicas de sobrevivência

De acordo com as análises do UNICEF presentes no relatório, a saúde da criança é compreendida como efeito de determinadas condições sociais e econômicas consideradas fundamentais para sua sobrevivência e bem-estar. A falta de infra-estrutura social e as precárias condições de existência são apontadas como fatores que podem gerar, desde doenças como a tuberculose – que apresenta alta incidência na região Norte – até prejuízos no desenvolvimento do cérebro das crianças durante seus primeiros anos de vida.

Deste modo, o UNICEF afirma a importância do acesso a algumas condições de sobrevivência para a garantia da saúde e pleno desenvolvimento infantil, e aponta a análise de aspectos da vida material e social da família como indicadores da situação de saúde das crianças¹⁶.

[...] a qualidade do desenvolvimento dessa criança, especialmente as condições de seu bem-estar, de proteção e segurança, serão dadas, não exclusivamente, mas em grande parte, pela situação material e social de sua família, independentemente da área em que reside. A situação material da família é determinada, por sua vez, pelas

¹⁶ Vale lembrar que as análises sobre as condições de desenvolvimento infantil na região Norte empreendidas pelo UNICEF, no relatório em questão, têm como objeto apenas as crianças de 0 a 6 anos.

condições de sobrevivência do grupo familiar, aqui entendidas como o ambiente físico-material (localização, qualidade da moradia, higiene, saneamento básico, meios de transporte, etc.), os meios de subsistência e desenvolvimento físico (nutrição e saúde), o acesso à educação e ao lazer, além dos recursos para a manutenção ou incremento dessas condições (rendimentos financeiros de diversas origens). (UNICEF, 2004, p. 15)

É interessante destacar que, apesar de reconhecer em suas análises a existência de diferenças no ambiente cultural, social e familiar de crianças que vivem em distintas áreas da Amazônia, especialmente entre as que moram em áreas rurais e indígenas, e aquelas que habitam as grandes cidades, o UNICEF não considera essas diferenças quando classifica determinadas formas de organização material e social de indivíduos e grupos como saudáveis e outras não.

Neste sentido, infere-se que ao adotar, na avaliação das condições de saúde da criança, o modelo dos indicadores de saúde, o UNICEF produz uma homogeneização de modos de existência singulares que são desqualificados em função de discursos competentes.

As análises empreendidas por ele acerca das condições materiais em que vivem as crianças apontam para os baixos índices de rendimento dos chefes de família na região, inferiores a média nacional, e para o alto nível de pobreza, especialmente nas capitais. Essas análises destacam ainda as péssimas condições de habitação e saneamento.

A partir da constatação de que quase a metade (40%) das crianças nortistas com menos de 7 anos de idade, que vivem nas áreas urbanas, pertencem a famílias cujo rendimento mensal médio per capita não ultrapassa meio salário mínimo, o UNICEF conclui que as crianças da região sobrevivem em condições precárias. O relatório ressalta também significativas disparidades regionais nos níveis de renda dos responsáveis pelos domicílios entre os estados, tendo Tocantins os piores índices e Rondônia os melhores.

Mesmo identificando essas disparidades também na relação capital/interior, que, em todos os estados, aponta para um nível de renda mais baixo no interior, o UNICEF defende que é nas capitais que se encontram as piores condições de vida e as maiores desigualdades, inclusive com grande concentração de renda em determinados bairros em detrimento de outros.

[...] as capitais estaduais parecem apresentar as melhores condições em termos de renda recebida. No entanto, as famílias que residem na capital têm despesas muito superiores às que vivem no interior. Além disso, os contrastes entre os maiores e os menores rendimentos são mais visíveis e marcantes nas capitais. (UNICEF, 2004, p. 19)

A questão da renda, considerada no relatório como um fator decisivo para o acesso das famílias às condições básicas de sobrevivência deve ser analisado com cautela, no caso da região Norte; levando-se em consideração as características culturais das suas populações que afetam diretamente as suas atividades econômicas, seus modos de produção, e de vida.

O primeiro aspecto a ser considerado, é que os dados que fundamentam as análises do UNICEF sobre as condições de renda na região, e que são utilizados para classificar algumas famílias como de baixa renda, referem-se apenas aos índices de rendimento dos responsáveis por domicílios e isso implica em algumas questões não problematizadas no relatório: Quem são considerados os responsáveis por domicílios? A pessoa que tem a maior renda? Aquela que sustenta a casa? Mas ela sustenta sozinha? Como as famílias e comunidades da região organizam suas práticas de subsistência?

De acordo com o relatório, 70% das famílias da Amazônia se localizam em cidades e apenas 30% habitam áreas rurais e indígenas, contudo, boa parte do contingente populacional urbano vive em pequenas cidades e vilas. Estas áreas, genericamente denominadas “interior”, possuem, como o próprio UNICEF pressupõe, características sociais e culturais próprias, portanto, é necessário perceber que essas características implicam em modos de subsistência específicos tendo na agricultura familiar, na pesca artesanal e/ou no extrativismo suas principais atividades econômicas.

As comunidades chamadas ribeirinhas, por exemplo, bastante peculiares da região, habitam áreas de várzea, e seus integrantes são considerados, segundo Gonçalves (2008), como pescadores polivalentes, pois apesar de a pesca artesanal ser uma atividade importante, ela não é o único meio de subsistência dessas comunidades:

[...] os ribeirinhos dividem o tempo com atividades ligadas aos ecossistemas terrestres, tais como pequenos criatórios, lavoura, caça, coleta, extrativismo, desenvolvidas ciclicamente durante o ano: lavram a terra (própria ou arrendada), criam gado, cultivam juta, caçam, coletam sementes, frutos, resinas, fibras silvestres; fabricam carvão, torram farinha de mandioca e de peixe para consumo e/ou comercialização. A pesca é, primordialmente, destinada ao auto-abastecimento e, secundariamente, à comercialização.(GONÇALVES, 2008, p. 156).

Do mesmo modo, como se sabe, as populações indígenas também não se organizam a partir de uma racionalidade econômica centrada na lógica do mercado, e outros segmentos populacionais da região, como as comunidades negras remanescentes de quilombos, os extrativistas, os agricultores familiares, e demais, ainda que dependam, em alguma medida, da comercialização dos produtos que cultivam, coletam, e/ou pescam, também utilizam parte da produção para consumo próprio ou possuem roçados de subsistência.

Fica evidente que os diferentes modos de produção e de vida de parte dos habitantes da região, que costumam ser classificados entre os mais pobres do país, combinam produção para o mercado com produção para a reprodução familiar, ou seja, não pautam suas vidas por uma preocupação exclusivamente econômico-mercantil.

Corroborando com Gonçalves (2008), muito embora o nível de vida dessas populações seja caracterizado pela pobreza, a disponibilidade de terras e recursos naturais, tanto nas florestas quanto nos rios, permite que seus habitantes desenvolvam práticas culturais extremamente ricas e diversificadas, e com potencial para melhorar seus padrões de alimentação e saúde.

Certamente, isso não quer dizer que a população da região Norte não sofra com a pobreza e a miséria, frutos da expansão capitalista e do modelo de desenvolvimento imposto para a região. Esse modelo vem ocasionando a devastação de seus recursos naturais, concentração fundiária, expropriação de terras de diversas comunidades, entre outros efeitos nefastos que contribuem para a pobreza e degradação das condições de vida. No entanto, o que se quer ressaltar é que as análises do UNICEF produzidas sobre a situação econômica das famílias da Amazônia, não levam em conta as especificidades culturais e modos de existência locais, e podem resultar na construção de políticas verticais homogeneizadoras como, por exemplo, políticas públicas em relação ao trabalho que não se diferenciem da lógica do salário e do emprego.

Além das condições de renda, o local e as circunstâncias das habitações também são analisados no relatório como aspectos que podem dificultar o desenvolvimento classificado como equilibrado e saudável da criança, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico.

[...] Morar numa residência confortável, devidamente protegida, situada em local seguro e facilmente acessível, com energia elétrica, serviços e equipamentos que garantam o consumo de água saudável, além de condições adequadas de saneamento (instalações sanitárias, coleta e destino final do lixo), constituem a condição material básica de sobrevivência e desenvolvimento das crianças. (UNICEF, 2004, p. 7)

Para avaliar as condições de habitação das famílias da região Norte o UNICEF utiliza o indicador de precariedade habitacional que é determinado pela quantidade de domicílios improvisados existentes na região.

[...] Caracterizam-se os domicílios improvisados não apenas pela insegurança da posse, materiais de construção de baixa qualidade, reduzidas dimensões, ausência de instalações hidro-sanitárias, alta densidade residencial (grande número de habitantes por cômodo), mas também por estarem fixados de forma provisória em locais

impróprios, geralmente destinados para outros fins: embaixo de pontes e viadutos, em ruínas, etc. (UNICEF, 2004, p. 22).

Segundo as análises do relatório, a região Norte possuía, em 2000, uma quantidade de domicílios improvisados desproporcionalmente elevada quando comparada com o restante do país, e essas estatísticas, consideradas alarmantes, são lideradas pelo estado do Pará.

Entre os fatores envolvidos na produção desse alto número de domicílios improvisados encontramos as péssimas condições de saneamento básico, afirmadas no relatório como piores que as do Nordeste, a menor cobertura dos domicílios urbanos com suprimento adequado de água, sérios problemas relacionados ao destino do lixo, tanto doméstico quanto hospitalar, além de uma alta densidade de moradores por cômodo:

[...] Em sua maioria, as crianças da região vivem em residências situadas em áreas insalubres, aqui entendidas como aquelas em que, combinados ou não, a qualidade da água que se bebe, as instalações sanitárias e a forma como o lixo é coletado, não permitem que possam ser criadas num ambiente sadio e higiênico. O papel do saneamento básico na melhoria das condições de vida e de saúde da população em geral e das crianças em particular, pela sua significância socioeconômica, tem sido mencionado sistematicamente em relatórios das agências das Nações Unidas. Um abastecimento conveniente de água potável e condições adequadas de saneamento básico são componentes essenciais de uma vida produtiva e sadia. (UNICEF, 2004, p. 24)

A importância dos elementos materiais do meio na determinação do estado de saúde dos indivíduos é uma idéia que aparece com a medicina urbana francesa no século XVIII e se instaura através de um poder político destinado a ordenar o espaço urbano combatendo às epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água que provocavam altas taxas de mortalidade quando não dizimavam as populações.

Naquele momento o desenvolvimento do tecido urbano e o crescimento populacional, característicos das cidades francesas, produziam efeitos como o aumento da massa operária pobre, o amontoamento da população, as epidemias e as revoltas urbanas cada vez mais freqüentes. Tudo isso produzia, segundo Foucault (1985d), uma inquietude político-sanitária e, conseqüentemente, a demanda por uma tecnologia capaz de:

[...] distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto, e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (p. 89).

É nesse contexto que emerge a noção de salubridade como o estado das coisas e do meio que permitem a melhor saúde possível e, correlativamente a ela, a idéia de higiene pública como técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do ambiente que podem favorecer ou prejudicar a saúde. A noção de salubridade então foi fundamental para inserir a medicina no governo dos homens, na medida em que, com suas técnicas de higienização, ela passou a ser solicitada mais insistentemente para debelar o caos sanitário realizando topografias das cidades que delineiam os princípios gerais de um urbanismo sistemático.

De acordo com Foucault (1985d), no século seguinte, a noção de salubridade foi incorporada à medicina inglesa com o objetivo de medicalizar as classes pobres e trabalhadoras. Estas, através da Lei dos pobres, passaram a se beneficiar do sistema de assistência que empreendia controles sobre sua saúde e seus corpos a fim de torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas as classes mais ricas que, a essa altura, temiam-nas como fonte de epidemias e de sedições.

Observa-se que a preocupação do UNICEF com as condições de vida das crianças da região Norte e de suas famílias sustentam-se em idéias higienistas que parecem não envelhecer e que colocam a doença como problema político e econômico na medida em que pode levar à mortalidade e ao desperdício de forças. Seu discurso produz um regime de verdade sobre a saúde que a naturaliza como vida produtiva e institui a população da região como vulnerável, na medida em que esta se encontra em risco de transformar-se em uma população ociosa ou pouco rentável que, ao invés de contribuir para o projeto econômico do capitalismo, representaria um excedente inútil, um mal-estar em relação a um ideal de sociedade. Neste sentido, promover o desenvolvimento saudável seria transformar as crianças em futuros trabalhadores, corpos vigorosos e úteis integrados à lógica do capital.

A dita precariedade habitacional certamente produz doenças e morte e as políticas voltadas à sua regulação não são consideradas aqui como desprezíveis, mas é preciso atentar em como elas funcionam operando mecanismos de segurança que abrem espaço para o estabelecimento de cordões sanitários e para a desqualificação das estratégias de sobrevivência e cuidados com as crianças estabelecidas pelas famílias em condições de vida que, apesar de serem adversas, configuram-se como as condições possíveis.

Essa divisão e desqualificação, como se a população pobre não possuísse capacidade para lidar com seus próprios problemas fica bastante clara quando nos deparamos no relatório com a seguinte citação:

[...] De modo invariável, os pobres acima de quaisquer outros os que mais sofrem na ausência de água e saneamento, são eles carecem não apenas dos meios necessários para conseguir as instalações básicas, como também de informações sobre a maneira como minimizar os efeitos nocivos das condições insalubres em que vivem. Como resultado, os efeitos debilitantes das doenças reduzem, em muito, o potencial produtivo das próprias pessoas que são as menos capazes de fazer face a essa situação. (UNICEF, 2004, p. 24)

Nas análises do UNICEF acerca dos fatores que indicam a precariedade habitacional, a avaliação a respeito da densidade de moradores por cômodo e seus impactos sobre o desenvolvimento infantil é, talvez, a mais inquietante, não pelos dados divulgados, que caracterizam a região como aquela onde existe a maior quantidade de residências (20%) em que três ou mais pessoas dormem e dividem o mesmo cômodo, mas pela interpretação desses dados como sinônimo de atraso associado à perversa condenação dos modos de vida das classes populares.

[...] Nas áreas mais desenvolvidas do país, as famílias são menores, e são importantes as proporções de domicílios que abrigam até uma pessoa por quarto, ou seja, de domicílios em que o número de quartos disponíveis é mais que suficiente para que cada pessoa tenha o seu. No sentido inverso, será nas áreas mais atrasadas e pobres que se encontrarão as residências em que cada quarto proporciona condições de repouso a, no mínimo, três pessoas. (UNICEF, 2004, p. 21)

Ainda nessa perspectiva, ao calcular essas proporções em nível regional destacando as diferenças gritantes entre os estados, especialmente entre Rondônia e o Amazonas, estados que apresentam respectivamente o menor e o maior número de domicílios com três ou mais moradores por cômodo, o UNICEF afirma:

[...] Seria necessário avaliar cuidadosamente a gama de fatores que fariam com que o Amazonas se destacasse na região como aquele que, na perspectiva da cultura dominante, ofereceria à sua população e às suas crianças condições tão inconvenientes. Para Rondônia, no entanto, talvez se possa associar sua situação privilegiada na região às práticas e à influência dos grandes contingentes populacionais provenientes do Sul e do Sudeste do país durante o período dos projetos de assentamento, bem como de seus descendentes. (UNICEF, 2004, p. 21)

Observa-se, então a presença explícita da idéia de que existe uma cultura dominante que é mais desenvolvida, e porque não dizer mais civilizada, ligada ao centro-sul do país e outra cultura, caracterizada por retrocesso e decadência.

Gonçalves (2008, p. 65), ao discutir a visão de atraso relacionada à região Norte afirma que

[...] Essa caracterização parece evidente por si mesma e traz em seu bojo a necessidade implícita de seu contrário, ou seja, de se modernizar. Esse modo de colocar as coisas nos seus lugares revela muito mais a respeito de quem faz essa caracterização do que a respeito da realidade da região.

Neste sentido, se em outros momentos da história da Amazônia a idéia de atraso estava associada a um modelo de desenvolvimento, atravessado pela lógica da soberania, e baseado nos objetivos de integração territorial, hoje, a visão de atraso relaciona-se a outra forma de governar caracterizada pela gestão dos riscos através dos mecanismos de segurança que operam sobre um território ocupado em toda sua multiplicidade.

[...] Para os parâmetros culturais hegemônicos, quanto menos pessoas dormirem em cada quarto, maior será o espaço e a liberdade que as crianças terão para se locomover e brincar no interior protegido da residência, e maior será o respeito à sua individualidade e privacidade. Na perspectiva inversa, quanto maior o número de pessoas que compartilham um dormitório, maior a promiscuidade e maiores os riscos de situações que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento afetivo e emocional das crianças. (UNICEF, 2004, p.19)

Interessante perceber como as práticas do UNICEF são atravessadas pela racionalidade da segurança e atuam a partir de estratégias biopolíticas de controle da população que definem situações consideradas de risco e classificam determinados grupos como “em situação de risco” ou “em vulnerabilidade social”, expressão mais em voga atualmente, que engendra as mesmas práticas de poder/saber e seus efeitos. Essas práticas são dirigidas especialmente às classes pobres, que foram constituídas ao longo da história como classes perigosas, verdadeira ameaça à sociedade com seus modos de vida desordenados e sem controle, caracterizados pela degradação moral e pelo vício, e, portanto, avesso aos ideais de progresso e civilização (RIZZINI, Irene, 2008).

Neste contexto, não é a toa que o relatório enfatiza que são as famílias maiores, e em geral mais pobres, as que possuem uma densidade elevada de moradores por quarto, o que representa um risco ao desenvolvimento infantil saudável.

Diante do exposto, e, corroborando com Gonçalves (2008), adverte-se que em vez de capturar a Amazônia em análises que reproduzem uma idéia naturalizada de atraso e subdesenvolvimento, é importante considerar sua construção regional como resultado das vicissitudes históricas de seu processo de modernização, ou melhor, das condições de possibilidade que a forjaram como uma região complexa, inclusive no que diz respeito ao seu tecido urbano.

Sua história foi marcada pela extrema mobilidade da população, com inúmeros fluxos migratórios em função da demanda por terra ou trabalho, especialmente no período das grandes obras de infra-estrutura que atraíram mão-de-obra para a construção de estradas e hidrelétricas e formaram enormes acampamentos operários, muitos dos quais deram ensejo a vilas e cidades. Quando essas obras terminavam a população ficava sem opção de emprego, abandonada a sua própria sorte, migrando para garimpos ou para as grandes cidades, instalando-se na periferia, ocupando áreas alagadas, espaços sem infra-estrutura.

A instalação dos grandes projetos hidrelétricos e de mineração, que desapropriaram comunidades locais e devastaram os ecossistemas no qual elas subsistiam, também introduziram um novo padrão de organização do espaço amazônico através da implantação das chamadas *company towns*, núcleos urbanos estruturados para os funcionários, em contrastes gritantes com as periferias que cresciam espontaneamente nos seus arredores.

Corroborando com Gonçalves (2008), ressaltamos como esse modelo de desenvolvimento foi desfavorável tanto para as populações locais quanto para as famílias migrantes deixando um rastro de miséria e desemprego, e implicando em enormes dificuldades para o planejamento de infra-estruturas pelo poder público. No entanto, os habitantes da região não se submeteram passivamente a esse modelo. Foram expulsos, desapropriados, dizimados, tiveram sua força de trabalho explorada, seus ecossistemas destruídos, mas também se deslocaram, disputaram terras, ocuparam espaços nas cidades por meio de invasões coletivas, multiplicaram os trabalhos informais, organizaram-se coletivamente em diferentes grupos para denunciar violações e reivindicar direitos, impuseram lideranças representativas, estabeleceram suas próprias alianças e adquiriram visibilidade política.

4.2 Cuidados maternos e família competente

Dentre as condições apresentadas no relatório como fundamentais na determinação da saúde das crianças, os cuidados maternos e familiares não poderiam ficar de fora. Neste sentido, o UNICEF enfatiza o papel da mulher enquanto mãe, colocando-a como principal responsável pela sobrevivência e educação dos filhos, e afirma a importância do desempenho da família para a garantia do pleno desenvolvimento infantil.

[...] tão importante quanto as condições de moradia, se não mais importante ainda para o desenvolvimento integral das crianças, é o desempenho da família como provedora da segurança, do afeto e dos estímulos que lhes são necessários (...).No

âmbito familiar, a mãe é a responsável primeira pelo desenvolvimento dos filhos, especialmente nos primeiros meses de vida da criança. É ela quem garante a alimentação, quem estabelece com a criança os primeiros laços afetivos e, progressivamente, vai propiciando o processo de socialização da criança dentro e fora da família. (UNICEF, 2004, p. 31)

Não é novidade que a família seja preconizada como espaço privilegiado de proteção da criança, e a mãe como sua principal cuidadora. Instrumentos internacionais como a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança (1989) defendem que o desenvolvimento infantil harmonioso depende dos cuidados dispensados pelos pais em um ambiente familiar propício. No plano nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura a convivência familiar como um direito primordial da criança, cabendo aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.

Apesar de ser constantemente definida como meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, especialmente das crianças, a família nem sempre apresentou essa função. Segundo Foucault (1985c) foi o dispositivo médico através da higiene que a partir do século XVIII produziu importantes transformações na organização familiar, isto em virtude da necessidade de transformar a família em articuladora dos objetivos gerais relativos a boa saúde do corpo social com o desejo e a necessidade de cuidado dos indivíduos. Assim, a família foi medicalizada e a saúde das crianças tornou-se um de seus deveres mais obrigatórios.

[...] A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve num estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. Adquire, então, uma figura material, organiza-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução. O que acarreta um efeito de limitação ou, pelo menos, uma intensificação dos elementos e das relações que constituem a família no sentido estrito (o grupo pais-filhos). O que acarreta, também, uma certa inversão dos eixos: o laço conjugal não serve mais apenas (nem mesmo, talvez, em primeiro lugar) para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto. (FOUCAULT, 1985c, p. 199)

Neste sentido, Donzelot (1986) afirma que a necessidade de conservação das crianças implicou em diversas formas de investimento da higiene sobre a família que produziram uma reorganização dos comportamentos familiares: nasce o dever conjugal, a preocupação com as práticas de cuidado e educação da prole, e a tendência de desengajamento dos membros familiares em relação à autoridade paterna ou marital do chefe da família. Enfim, ocorre um

fechamento tático da família em si mesma, uma intensificação da vida familiar com a constituição de um espaço de intimidade.

É importante destacar que no processo de transformação do sistema familiar a higiene produziu um remanejamento das relações de poder dentro da família de modo que a autoridade paterna foi subvertida, e a mulher, antes submissa ao homem e mera guardiã de seu patrimônio, tornou-se uma aliada do poder médico e adquiriu maior autoridade na esfera doméstica devido à importância de suas funções maternas de cuidado e educação das crianças.

Observa-se como o dispositivo médico através do higienismo foi fundamental na reorganização de posições dentro da família produzindo, segundo Costa (1989), uma noção de maternidade vinculada a mulher, e de paternidade identificada com o homem, a partir da fixação de características supostamente típicas de cada sexo, apresentadas como imperativos da natureza: as mulheres, caracterizadas como frágeis e delicadas, possuíam uma natureza intrinsecamente afetiva e estavam definitivamente destinadas ao amor. Os homens eram o oposto das mulheres, pois apresentavam um perfil emocional dominado pelo vigor físico e intelectual, eram mais secos, racionais, autoritários, ativos e menos amorosos.

Diante das diferenças, que criavam obstáculos à união entre os sexos, a higiene postulava que só o amor aos filhos poderia propiciar a sintonia na vida conjugal:

[...] No casamento produtivo, as diferenças harmonizavam-se porque homens e mulheres perseguiram um ideal superior, capaz de uní-los não obstante as divergências. Mais que isso, este ideal precisava justamente dessa diversidade para ser levado a termo. A educação dos filhos começou, desta forma, a surgir como uma nova maneira de amar. O cuidado das crianças não era mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor. Amor paterno e amor materno eram o denominador comum entre homens e mulheres ... (COSTA, 1989, p. 238)

A transformação realizada pelo higienismo no modelo de organização familiar e nas relações de poder que o constituíam, produziram a família moderna, unida, segundo Costa (1989), não mais pelo contrato conjugal com interesses econômicos e sociais, e sim pelo amor que regulava a harmonia entre marido e esposa, eventualmente posta em risco pelas divergências que surgiam no exercício das funções de homem e mulher forçadas pela higiene. Além disso, o amor familiar enaltecido pelos higienistas visava estimular a responsabilidade do casal não só na manutenção do casamento como também no cuidado dos filhos, rejubilando-se com o crescimento e desenvolvimento da prole.

Ao analisar o relatório “Ser Criança na Amazônia”, observa-se que o discurso do UNICEF está articulado a um dispositivo higiênico de governo que parece não envelhecer. Deste modo, esta agência continua operando regimes de verdade acerca das práticas de

cuidado que devem ser dirigidas à infância e que são efeitos e modernizações da captura higiênica sofrida pela família há aproximadamente três séculos.

Entre as competências familiares apontadas pelo UNICEF como importantes para o desenvolvimento integral das crianças estão, além da geração de renda e da garantia de um lar protetor, a promoção de afeto e carinho, a administração das atividades domésticas, a socialização da criança, possibilitando em especial a convivência com outras crianças, o estímulo a leitura e outras atividades criativas, o hábito de contar histórias e de brincar com os pequenos, a estruturação de um ambiente domiciliar adequado para as brincadeiras, a matrícula na pré-escola, o auxílio nas tarefas escolares, dentre outras.

Ao mesmo tempo, o discurso do UNICEF também está sempre ressaltando a possibilidade das famílias fracassarem em sua tarefa de promover o desenvolvimento infantil saudável, aludindo aos perigos que elas podem representar para a saúde da criança.

[...] há uma série de dificuldades que os pais e mães têm que enfrentar com o nascimento da criança, dificuldades que podem prejudicar seu desenvolvimento e crescimento nos primeiros anos de vida, como o abandono definitivo dos estudos pelas mães, a maior instabilidade das uniões, a maior tendência ao abandono dos filhos, o aumento da mendicância, onde as crianças são parte ativa, etc. (UNICEF, 2004, p. 34)

[...] muitos dos problemas que interferem negativamente sobre o desenvolvimento neurológico estão relacionados a comportamentos, atitudes e práticas dos adultos. O consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e outras substâncias tóxicas durante a gravidez e durante o período de aleitamento, a rejeição psicológica, emocional e afetiva de filhos não desejados, o recurso à violência como meio de educar, o despreparo para a difícil tarefa de criar e educar crianças com deficiências físicas ou mentais, a falta de hábito de brincar com as crianças e de estimular o seu desenvolvimento cognitivo. (*Ibidem*, p.78)

A idéia de que o espaço familiar pode se apresentar como nocivo para a saúde da criança foi uma das estratégias empreendidas pela higiene que a configuraram como imprescindível para a manutenção da família moderna. Se o grupo familiar passa a ser o espaço imediato de sobrevivência da criança, transformado em matriz física e emocional do adulto, é fundamental que se concebam técnicas de controle dos modos anárquicos de cuidado com a prole, modos que levam a altos índices de mortalidade, ou ao desenvolvimento de hábitos considerados perniciosos que dificultam a implementação do modelo higiênico de família e geram o desperdício de forças produtivas para o Estado.

Com efeito, partindo das noções higiênicas acerca das capacidades que uma família deve apresentar para proporcionar um desenvolvimento saudável a sua prole, o UNICEF

alerta para a necessidade de calcular esses perigos, avaliando as condições de proteção à infância, oferecidas no ambiente familiar.

[...] Para um conhecimento consistente das condições de inserção das crianças no espaço familiar e no sentido de verificar se essas condições são ou não favoráveis ao seu desenvolvimento integral, seria necessário realizar estudos que permitissem aferir em que medida os adultos da região proporcionam às suas crianças afeto e carinho necessários, têm ou não o hábito de contar histórias e de brincar com elas, proporcionam ou não possibilidades de convívio com outras crianças, estimulam a leitura e outras atividades criativas e, de um modo geral, contribuem para estimular seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social. Dados dessa natureza faltam, não apenas na região Norte, mas em todo o país, e deveriam ser objeto de pesquisas específicas. (UNICEF, 2004, p.84)

É interessante perceber que apesar do UNICEF explicitar que a capacidade familiar de proteção das crianças deve ser avaliada considerando aspectos referentes ao vínculo afetivo e às formas de interação entre pais e filhos, questões que perpassam qualquer grupo dito familiar na sociedade ocidental contemporânea, a preocupação com a qualidade das práticas de cuidado dispensadas às crianças na região Norte aparece no relatório, especificamente direcionada às famílias classificadas como pobres ou de baixa-renda.

[...] Com base nos recursos disponíveis, e com o objetivo de satisfazer as necessidades de cada um de seus integrantes, os grupos familiares mais pobres costumam desenvolver padrões de comportamento que podem se constituir em autênticas estratégias de sobrevivência. A qualidade do desenvolvimento e a própria sobrevivência das crianças dependem das decisões tomadas pelas famílias, no contexto destas estratégias. (UNICEF, 2004, p. 7)

Como vemos, o UNICEF assinala que a família, quando assolada pela pobreza, pode não dar conta de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento saudável das crianças, e ainda que seu discurso pareça, em um primeiro momento, valorizar as estratégias criadas por esses grupos específicos na conservação de suas crianças, é explícita a preocupação com a qualidade do desenvolvimento gerada por estas estratégias. Essa preocupação em proteger as famílias pobres dá margens e justifica a tutela exercida há muito sobre os grupos populares.

Sabe-se, de acordo com Donzelot (1986), que as estratégias higiênicas de controle da família não operaram da mesma maneira e nem produziram os mesmos efeitos políticos nas famílias burguesas e nas famílias populares. O autor destaca que nas primeiras, onde o problema era a influência negativa dos serviços que representavam perigos físicos e morais à conservação da prole, a higiene vai se difundir através da medicina doméstica e seu conjunto de conhecimentos, técnicas, conselhos educativos e publicações diversas sobre a arte de

cuidar de crianças, todos dirigidos à mãe, a fim de que ela possa assumir a tarefa de educar os filhos estabelecendo um cordão sanitário entre eles e a criadagem.

Já nas famílias populares que abandonavam suas crianças, colocavam-nas em nutrizas e hospícios para menores a custas do Estado, criavam seus filhos em excesso de liberdade, em contato com a rua, com a vadiagem, a indigência e a prostituição, a conservação das crianças se deu através de campanhas sanitárias e moralizadoras, de uma redução da autonomia familiar, com o direcionamento das crianças para espaços de maior vigilância e a instauração de equipamentos coletivos de assistência e mecanismos de tutela. Ou seja, desenvolveu-se toda uma “economia social”, que se convencionou chamar de filantropia, e que procurou governar a vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução e obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos (DONZELOT, 1986).

No Brasil as condições históricas que possibilitaram a construção do sentimento moderno de família delinearam-se na passagem do regime monárquico para o republicano quando, diante das transformações mundiais que ocorriam no final do século XIX, a elite brasileira, alimentada por ideais de progresso e modernização afinados com o modelo europeu de desenvolvimento capitalista, convenceu-se de que possuía a missão patriótica de construir a nação tirando-a do atraso e da ignorância.

De acordo com Rizzini (Irene, 2008), seu projeto civilizador baseava-se em idéias de circulação internacional a respeito da “degradação das sociedades modernas” e dos corretivos a serem aplicados no “organismo social” para o seu “saneamento moral”. Essas idéias, vinculadas ao discurso médico e jurídico, ajudaram a criar um estereótipo da criança alvo da ação civilizatória, de modo que investir na infância passou a significar a “chave para o futuro na nação”.

Para Fonseca (2004), se a história nos ensina o quão difícil foi a implantação do modelo nuclear burguês entre os populares europeus, no Brasil, apesar das medidas tomadas para adequar homens e mulheres pobres ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento da burguesia, o que ocorreu foi o surgimento de uma nova classe com suas próprias formas de organização popular.

Assim, a organização familiar dos segmentos populares assumia uma multiplicidade de formas, expressando uma cultura com normas e valores diversos que muitas vezes iam de encontro com as normas e valores da sociedade dominante.

[...] A ideologia burguesa era, sem sombra de dúvida, forte. Mas seria simplista imaginar que todas as pessoas digeriam passivamente as normas oficiais. Apesar de certas semelhanças, existia um enorme descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria de pessoas dessa época. (FONSECA, 2004, p. 531)

Fonseca (2004) descreve como nas classes populares, durante as primeiras décadas do século XX, as pessoas se esquivavam dos controles legais: “juntavam-se sem casar, pariam filhos sem ter certidão de nascimento, separavam-se sem fazer divórcio” (p. 523), o que aponta para a precariedade dos laços conjugais. Também os casos de abandono de cônjuges e “recasamentos” eram freqüentes, e muitas vezes implicavam em processos que envolviam confrontos diretos entre marido e mulher pela guarda da criança.

Outra característica das camadas populares era que a experiência materna não acontecia no isolamento da família conjugal, mas encontrava-se situada dentro de redes sociais que perpassavam a unidade doméstica. Em virtude da precariedade da família conjugal era comum que os filhos fossem colocados para viver com terceiros, um parente ou uma madrinha, por exemplo. Segundo Fonseca (2004, p. 537), “se as crianças não tivessem passado a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem elas *circulado* facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como essa população teria se reproduzido”.

A autora sugere que era essencial uma mulher ter filhos para consolidar sua rede social de apoio, na medida em que essas crianças que dependiam dessas redes para sobreviver, acabavam, alguns anos mais tarde, assumindo a responsabilidade pelo sustento dos mais velhos ou mais fracos da rede.

Portanto, Fonseca (2004) ressalta que a unidade doméstica nos segmentos populares era caracterizada por sua abertura, e a parentela consangüínea ocupava um lugar prioritário nas redes de ajuda mútua: “Ao que tudo indica, as unidades nucleares se diluíam nesses grupos consangüíneos onde as lealdades fortes e duradouras contrastavam com a precariedade do laço conjugal” (FONSECA, 2004, p. 537).

Além da circulação das crianças entre parentes ou famílias de terceiros, estudos sobre a história da assistência à infância nos séculos XIX e XX (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004; RIZZINI, Irene, 2008; RIZZINI, Irene, PILOTTI, 2009) revelam que muitas crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos, eram postas em instituições como se fossem órfãs e abandonadas.

De acordo com Rizzini Irene e Rizzini Irma (2004) o Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares e muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pela experiência de ser educados longe de

suas famílias e comunidades. “Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras tendências educacionais e assistenciais da época” (RIZZINI, Irene, Rizzini, Irma, 2004, p. 22).

O Sistema das Rodas de Expostos, que surgiu no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia, e recebia bebês abandonados mantendo no anonimato o autor ou autora do abandono, persistiu no país até meados do século XX. Os bebês chamados de “expostos” eram deixados nas Rodas – cilindro que unia a rua ao interior da Casa de Misericórdia – para serem criados pela Santa Casa de cada cidade, mas seu número era tão elevado que foi adotado o sistema de criação externa por amas-de-leite. Segundo Rizzini Irene e Rizzini Irma (2004), a criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo. Contudo, em fins do século XVIII o abandono de expostos havia se tornado um problema em virtude dos altos índices de mortalidade das crianças enjeitadas.

Apesar de muitas Rodas de Expostos terem surgido no Brasil quando na Europa estavam sendo combatidas pelos higienistas e reformadores em virtude da alta mortalidade e da suspeita de fomentarem o abandono de crianças, foi somente no século XX, com o processo de organização da assistência à infância no país e pela interferência da ação normativa do Estado, que o atendimento aos abandonados sofreu mudanças significativas e o Código de Menores de 1927, primeira legislação específica para a infância no país, extinguiu o “sistema de rodas”.

Essas mudanças começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX, quando o crescimento e reordenamento das cidades e a constituição de um Estado Nacional fez com que a população pobre fosse cada vez mais representada como perigosa. Assim, o recolhimento de crianças em instituições passou a atender aos objetivos de controle social de um Estado reformador, e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas. Neste contexto, a reclusão de crianças foi transformada no principal instrumento de assistência à infância no país (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

Rizzini Irene (2008) aponta que, no cenário que se forjava, a elite letrada que dominava a arena política via-se diante da difícil tarefa de instruir o povo capacitando-o para o trabalho, visto como único meio para atingir o progresso, sem, no entanto, abrir mão dos privilégios “herdados” da tradicional estrutura agrária. Para isso era necessário manter o povo sob vigilância e estrito controle, como uma necessidade política de preservar a ordem pública.

Como descreve a autora, foi por esta razão que o Brasil optou pelo investimento em uma política predominantemente jurídico-assistencial de atenção a infância, dirigida especificamente para a infância pobre.

[...] Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado a *criança* mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o *menor*, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais... (RIZZINI, Irene, 2008, p. 29)

De acordo com Rizzini Irma (2009), no período inicial do regime republicano as práticas de assistência à infância configuravam-se como uma espécie de “caridade oficial” caracterizadas pela dispersão, pela desorganização e por efeitos inteiramente nulos. Foi a luta encabeçada por autoridades e reformadores de grande notoriedade na época, em favor da introdução de noções de cunho cientificista nas instituições que atendiam a essa população, que possibilitou a produção de mudanças na concepção de assistência, estabelecendo para as instituições assistenciais as finalidades de regeneração, recuperação e reeducação das crianças. Deste modo, as primeiras décadas do século XX constituíram-se no período de consolidação da assistência oficial à infância no Brasil com a produção de um grande número de leis que buscavam regular a situação da infância no país.

Rizzini Irene e Rizzini Irma (2004) apontam que nesse período foi empreendido um enorme esforço de construção de saberes sobre as famílias e os *menores* pelas instituições assistenciais. Esses saberes tentavam dar conta das causas da delinquência e do abandono de crianças, dos comportamentos dos *menores* e das famílias, a fim de dar publicidade as ações institucionais e justificar ideologicamente a necessidade de intervenção junto a este grupo social. Neste sentido, as autoras afirmam:

[...] A produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de *menores* é fascinante, pelo grau de certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de *incapazes*, *insensíveis*, e uma infinidade de rótulos... (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p. 31)

Toda essa produção de saberes que culpabilizava a família pobre pelo “estado de abandono do menor”, através de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos gerou, segundo as autoras, a idéia de que a proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família. Com efeito, a intervenção sobre a família

retirando-lhe a autoridade sobre os filhos passou a ser defendida como uma necessidade dos tempos modernos.

No caso dos pobres dignos, aqueles que trabalhavam, que mantinham a família unida, os filhos na escola e/ou no trabalho e observavam os costumes religiosos, a intervenção sobre a família possuía um caráter preventivo. Ela ocorria através da vigilância, pois se acreditava que eles pertencessem a uma classe biológica e socialmente mais vulnerável aos vícios e às doenças. Conforme Rizzini (Irene, 2008, p. 60),

[...] A fórmula para atingir as famílias trabalhadoras consistia em inculcar-lhes os valores morais considerados fundamentais, alertando-as, sobretudo, quanto à educação de seus filhos, que deveriam ser afastados dos ambientes viciosos e evitar, acima de qualquer outra coisa, a '*escola perniciosa da rua*'...

Já em relação aos pobres viciosos, às famílias contaminadas pela imoralidade e acusadas de incentivar a ociosidade e desencaminhando os próprios filhos, foram aplicadas medidas corretivas e punitivas. Sob o argumento do abandono moral, a família passa a ser acusada do terrível crime de desviar sua prole do caminho do bem e, ao invés de cumprir o dever de educá-los, perde para o poder público o direito de guarda sobre eles.

Cabe ressaltar, corroborando com Fonseca (2004), que foi em função da idéia de zelo pelo bem da prole que muitas mães e/ou pais de famílias populares procuraram colocar os filhos sob a guarda de outra pessoa ou instituição asilar.

[...] A intenção de colocar seu filho sob a guarda de outra pessoa não impedia as mulheres de apelarem para a noção de "amor materno", nem os homens de enfatizar a importância da boa educação moral que supostamente só eles podiam garantir aos filhos. Não estavam sendo necessariamente não-sinceros. Simplesmente pautavam uma visão particular da responsabilidade paterna e/ou materna em que a afeição "no sentido de acompanhamento pessoal e íntimo dos filhos" não era prioritária. Sua responsabilidade era zelar pelo bem de seu filho, não necessariamente de conviver com ele. A identidade familiar, centrada nos laços de sangue, era garantia suficiente para saber que, a longo prazo, o vínculo não seria rompido. (FONSECA, 2004, p. 541)

De todo modo, as medidas higiênicas contribuíram para uma nova face da vida social urbana brasileira indicando a presença de novos valores, e o discurso médico colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral. No processo de educação e moralização das classes pobres, a necessidade de educar a criança e prepará-la para o futuro fez com que seus pais virassem as costas às antigas sociabilidades, da rua, do parentesco extenso, entregando-se a privacidade do lar e seu complemento, a escola (FONSECA, 2004).

Considerando a longa história de resistência das classes populares em adotar o padrão burguês de família nuclear, fixado como “modelo oficial”, é perfeitamente compreensível o interesse do UNICEF em examinar os vínculos familiares nas classes pobres para, a partir deles, determinar a competência da família em educar sua prole.

Entre aos fatores que determinam as capacidades de cuidado infantil nas famílias da região Norte, o relatório destaca características sócio-econômicas e culturais como o nível educacional dos familiares, as relações de poder entre homens e mulheres dentro das famílias, a inserção da mulher no mercado de trabalho, além de práticas classificadas como “negligência” e “violência” que prejudicam seriamente a saúde e o desenvolvimento da criança.

Em relação ao nível educacional dos familiares o relatório afirma que quanto maior o grau de escolaridade da mãe melhor será o cuidado e a educação que ela poderá ofertar para sua prole. Entre os efeitos positivos do progresso educacional da mãe no desenvolvimento dos filhos estão: a redução da taxa de mortalidade infantil em menores de cinco anos, o avanço no nível de escolaridade das crianças e a redução da repetência e da evasão escolar, em função da capacidade materna de auxiliar os filhos nos trabalhos escolares. De acordo com o UNICEF, esses efeitos se verificam, principalmente, pela importância que as mulheres dão ao bem-estar dos filhos e pelas oportunidades que têm de exercer influência sobre as decisões familiares.

[...] “constituir família, ter filhos e cuidar deles” continua sendo fundamental para que elas se considerem realizadas como mulheres. O que mudou foi o peso que elas passaram a atribuir a essas atividades. Arilha (1993; 2001) conclui que um dos principais motivos que levam as mulheres a terem menos filhos, atualmente, “é a vontade de poder cuidar melhor dos próprios filhos, de expô-los a menos riscos, de garantir seu futuro, sua formação pessoal, de protegê-los dos perigos. (UNICEF, 2004, p. 33)

O nível de escolaridade dos irmãos mais velhos também é apontado pelo UNICEF como um fator que interfere no desenvolvimento das crianças:

[...] À medida em que os irmãos mais velhos protegem e cuidam dos mais jovens durante a ausência dos adultos, ou enquanto estes estão ocupados com outros afazeres, sua escolaridade pode ter reflexos diretos sobre o desenvolvimento de suas irmãs e irmãos mais novos. (UNICEF, 2004, p. 87)

No entanto, no que tange a escolaridade dos pais, o UNICEF afirma:

[...] Quando o homem apresenta condições educacionais idênticas às da mulher, os efeitos sobre a educação e a saúde infantis não apresentam resultados tão significativos. Com os avanços obtidos na educação da mulher brasileira, nas

últimas décadas, os impactos positivos poderão ser expressivos para as próximas gerações (UNICEF, 2004, p.84).

As análises apresentadas sobre a região Norte demonstram que, de modo geral, as taxas de escolaridade das mulheres apresentaram, durante a década de 90 e no ano 2000, índices melhores que os do restante do país, e melhores também do que os índices de escolaridade dos homens da região, isso tanto na queda do analfabetismo, quanto na participação feminina no ensino médio. Por outro lado, era alto o número de crianças de 4 a 6 anos filhas de mulheres sem instrução (analfabetas ou com até 1 ano de escolaridade) que não freqüentavam a pré-escola, além disso, as taxas de alfabetização para crianças de 8 anos em vários municípios indicavam índices muito negativos. Considerando a afirmação do UNICEF de que o analfabetismo é um indicador da capacidade da família de zelar pela criança e de promover sua correta socialização, é possível concluir que, de acordo com o UNICEF, as mães sem instrução e os irmãos mais velhos analfabetos não contribuem positivamente nos cuidados e educação das crianças na região Norte.

Segundo Lemos (2008b), para os peritos do UNICEF, educar e cuidar são termos inseparáveis. No discurso desta agência a falta ou suposta carência de informação dos pais das classes populares sobre estimulação precoce e a promoção do desenvolvimento chamado biopsicosocial da criança, aparece como a principal causa de situações de violação dos direitos infantis. Nota-se que a noção de carência cultural, formulada na década de 60 nos Estados Unidos, referenda os discursos do UNICEF na rotulação de famílias pobres, e acarreta na culpabilização das mesmas pelo fracasso escolar, desviando a atenção de outras práticas produtoras desse fenômeno.

No pensamento foucaultiano todo o sistema de educação é considerado uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles comportam (FOUCAULT, 1996). Neste sentido, é interessante observar como, desde a segunda metade do século XIX, a educação vem sendo prescrita por médicos higienistas, educadores e psicólogos ambientalistas como um dispositivo de fabricação de uma subjetividade homogeneizada.

Portanto, a partir do momento em que o relatório “Ser Criança na Amazônia” apresenta a escola como instituição fundamental para o desenvolvimento da cultura e do conhecimento das mães e das crianças mais velhas, a educação é colocada como a necessidade de ruptura com tradições, modos de vida, crenças e atitudes que interferem nos

cuidados, em função da aquisição de novos valores, mais importantes para que se garanta o desenvolvimento das crianças.

A educação funciona então como produtora de valores homogêneos, de redução de conflitos sociais, e de corpos dóceis e disciplinados. Nas palavras de Lemos (2008b, p. 569), “Há um objetivo de disciplinar e agir sobre o devir, sobre o vir a ser dos corpos, operando sobre os modos de vida futuros que deveriam se tornar compatíveis com as normas sociais e não desviantes das mesmas”.

No que se refere às relações de poder dentro da família, é bastante clara no discurso do UNICEF a divisão de papéis estabelecidos entre homens e mulheres e a importância muito maior atribuída ao papel da mulher enquanto mãe no encargo dos cuidados infantis.

[...] Ainda no âmbito familiar, o fator cultural exerce um importante papel no desenvolvimento infantil. Aspectos como as relações de poder entre os responsáveis pela família, inclusive o papel da mulher, irão condicionar fortemente o tratamento dado às crianças e as condições de sua afetividade e auto-estima. (UNICEF, 2004, p. 9)

A própria afirmação apresentada no relatório de que o progresso educacional dos homens não é tão significativa para desenvolvimento dos filhos quanto a escolarização de mulheres, é uma das práticas discursivas mais explícitas na produção da divisão dos papéis sexuais no cuidado com a prole, e na fabricação das identidades feminina e masculina que vêm sendo fortemente questionadas pelos movimentos feministas e estudos de gênero na atualidade.

As idéias de maternidade expressas pelo UNICEF reforçam a existência de uma ‘natureza feminina’ determinada pelos fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher – a capacidade de gestar, parir e amamentar, assim como também a menstruação – que de acordo com Vieira (2002) passaram a servir como explicação legítima e única sobre os fenômenos sociais que envolvem esse corpo. Assim, a maternidade é compreendida como parte indissociável da vida feminina, de modo que toda mulher possui um instinto natural para ser mãe no qual se baseia o sentimento de sua responsabilidade na sociedade:

[...] A mística maternal baseia-se no amor incondicional da mãe e no acesso à maternidade como fatores essenciais para a constituição da feminilidade e identidade da mulher. Desse fator nuclear, a ‘natureza maternal’, decorreria uma série de atributos de personalidade e de conduta da mulher que lhe seriam ‘naturais’, negando-se persistentemente as intermediações da cultura no âmbito da maternidade... (VIEIRA, 2002, p. 32)

Essa idéia de maternidade como uma vocação natural e um sentimento sagrado foi difundida pelo higienismo no século XIX. Ela implicou no estabelecimento de um modelo normativo de mulher e numa regulação que inseria as condutas não compatíveis com esse modelo em um jogo de normalidades. Assim, segundo Rago (1985),

[...] aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação”. (RAGO, 1985, p. 79)

Destarte, os preceitos higiênicos defendiam um modelo familiar conjugal com papéis masculinos e femininos distintos e bem definidos, de modo que o homem devia sair para trabalhar e garantir a renda familiar, enquanto a mulher ficava gerindo a casa e vigiando os filhos para que estes não se desviassem pelo contato com a rua, e com tudo mais que fosse pernicioso:

[...] Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância da sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família. (RAGO, 1985, p. 75)

Neste contexto, o trabalho feminino fora de casa concorria com as atividades que deveriam ser naturalmente desempenhadas pelas mulheres e, conseqüentemente, desviavam-nas de sua vigilância atenta sobre a família, passando a ser apontado como obstáculo à realização da função materna. Às mulheres cabiam as tarefas domésticas, e o trabalho realizado por elas fora do lar era visto como causa inevitável de desorganização familiar. Conforme Rago (1985) as primeiras medidas da legislação referentes ao trabalho feminino no Brasil foram tomadas então tendo em vista a função da mulher de reprodutora e “guardiã do lar”.

A marcante transformação do setor econômico nas últimas décadas, com a massiva chegada das mulheres no mercado de trabalho somada às lutas dos movimentos feminista pela emancipação da mulher, produziram algumas mudanças nas concepções higiênicas acerca do trabalho feminino. Se ainda é possível perceber a configuração do problema da mãe trabalhadora como uma situação que pode prejudicar o desenvolvimento das crianças pequenas, particularmente no que diz respeito à população de baixa renda, como aponta a seguir o UNICEF, foi inevitável que esta agência, bem como outras instituições ligadas a

proteção da infância, diante das condições econômicas e sociais que se impuseram, reconsiderassem a idéia do homem como responsável natural pela subsistência.

[...] No caso do Brasil, pressionadas por uma conjuntura econômica adversa, a maioria das mulheres ingressa no mercado de trabalho com o objetivo primeiro de complementar a renda familiar. Nos casos das famílias em que o valor agregado pelas mulheres ao orçamento familiar não é suficiente para garantir a manutenção básica do grupo doméstico e em que os serviços de atendimento às crianças (creches ou pré-escolas, por exemplo), não oferecem vagas suficientes e/ou de qualidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ter conseqüências bastante negativas para o desenvolvimento das crianças de menos de 7 anos. “Quando a mulher-mãe não pode cuidar de seus filhos durante o dia e não encontra meios de colocá-los em uma creche de qualidade, outros arranjos de assistência às crianças (arranjos nos quais as crianças menores ficam, geralmente, com vizinhos ou irmãos mais velhos) são adotados para permitir que essa mulher tenha acesso ao mercado de trabalho e possa, assim, contribuir minimamente para o seu sustento e o de sua família. (BRUSCHINI, 2001; OLIVEIRA, 2001 apud UNICEF, 2004, p. 45)

Na região Norte as análises do UNICEF indicam um quadro muito desfavorável para as mães trabalhadoras, pois, além de sofrerem com a injusta distribuição intra-familiar das tarefas domésticas de homens e mulheres, que caracteriza de modo geral as famílias brasileiras, a maioria das mulheres que realizavam alguma atividade econômica no ano de 2000, além de ganhar salários muito inferiores à média dos salários femininos no país, ainda enfrentavam as disparidades salariais em relação aos homens da região.

Essa situação é considerada pelo UNICEF pior ainda nas famílias em que as mulheres são chefes de domicílio. Essas famílias, que, no mesmo período, haviam aumentado em quantidade em todo o Brasil e na região Norte, além de possuírem médias salariais muito baixas, tiveram um crescimento significativo no número de crianças pelas quais elas são responsáveis. De acordo com o UNICEF, isso representou um alto percentual de lares em que as mulheres tinham que redobrar seus esforços para poder oferecer assistência, companhia e apoio às crianças, o que, em condições de pobreza, é ainda mais difícil.

Diante das dificuldades das mães trabalhadoras e das chefes de domicílio, o relatório destaca que uma das práticas correntes na região, especialmente na área rural e nas periferias das cidades, onde é maior o número de crianças nas famílias, consiste em deixar os filhos pequenos aos cuidados dos mais velhos. Contudo, como já foi mencionado anteriormente, a suposta carência educativa dessas crianças maiores pode representar risco para o desenvolvimento das menores.

Neste sentido o relatório afirma:

[...] Concluímos que os padrões de organização familiar no Brasil e na região repercutem em muitos casos de forma desfavorável sobre as condições de desenvolvimento das crianças pequenas, principalmente sobre aquelas que vivem em famílias nas quais as mulheres são as responsáveis pelo domicílio. “Estatisticamente, a probabilidade de famílias monoparentais chefiadas por mulheres serem pobres é significativamente mais elevada do que a de famílias biparentais. Em particular, famílias chefiadas por mães pouco escolarizadas e com filhos pequenos apresentam altas chances de serem muito pobres” (Ministério da Justiça, 2000). (UNICEF, 2004, p.48).

Entre os ajustes propostos para minimizar esse quadro desfavorável, além da inserção das crianças nas creches ou escolas e da alfabetização dos irmãos mais velhos, o relatório defende a necessidade de construção de políticas sociais que combatam a “segunda jornada de trabalho” das mulheres, produzindo uma reorganização familiar que estimule uma nova divisão de papéis entre os integrantes da família de modo que todos partilhem tanto as responsabilidades profissionais quanto as domésticas.

Em análises apressadas pode parecer que o UNICEF propõe um novo modelo de organização familiar que borra as fronteiras rígidas da divisão entre gêneros. Entretanto, o que observamos é que diante de uma governamentalidade liberal, caracterizada pelo paradoxo da demanda de liberdade expressada na luta pelos direitos civis concomitante com a captura e integração dos corpos na rede do capital, o UNICEF defende uma espécie de re-ordenamento dos papéis familiares que mantenha o binarismo masculino versus feminino.

Nota-se também em seu discurso que ao reafirmar ao longo de todo o relatório, a função materna como central no cuidado dos filhos mencionando muito poucas vezes a participação de outros familiares ou membros da comunidade nesse processo, o UNICEF produz um recentramento dos modos de organização das classes populares no modelo nuclear de família, com seu espaço íntimo e privado bem demarcado em relação ao espaço público/campo social.

A questão dos arranjos em que as crianças menores ficam com vizinhos ou outros membros da parentela extensa, e que parecem ser desqualificados no discurso do UNICEF, tem sido discutida pelos estudos antropológicos como o fenômeno da circulação de crianças, considerado por esses estudos como uma das formas alternativas de organização de famílias que se encontram em dificuldades sócio-econômicas.

De acordo com Fonseca (1995, 1997), essas práticas podem se configurar como verdadeiras estratégias de sobrevivência, demarcando a importância da rede extensa de parentes (em particular consangüíneos) entre as camadas populares, bem como das redes sociais de apoio. Caracterizam-se, segundo a autora, pelo campo de possibilidades que se instala na composição dos encontros entre os corpos e da abertura da unidade conjugal,

aparente às vezes na própria residência, e pelo fortalecimento da solidariedade do grupo familiar através da coletivização da responsabilidade pelas crianças.

Apesar de reconhecer a existência desses outros arranjos, o UNICEF não os pensa como alternativas para as famílias populares superarem as possíveis dificuldades na criação dos filhos, ou seja, seus peritos não defendem a coletivização da responsabilidade pelas crianças entre a parentela extensa e a comunidade, como uma importante estratégia de sobrevivência do mesmo modo que alguns estudos antropológicos o fazem.

Frente a esse aspecto a afirmação de Saffioti (1987, p. 8) é bem esclarecedora:

[...] Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite à mulher que delegue essa função à outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para esse fim. Todavia, esta 'permissão' só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e o dos filhos ou ainda complementar o salário do marido.

É no sentido de propor modelos que reforçam o caráter privado da relação familiar e, dessa forma, reafirmam seu distanciamento do âmbito público, espaço que anteriormente definia as práticas sociais através das rotinas comunitárias que atua o discurso do UNICEF.

De acordo com o relatório, a inserção das crianças na comunidade é realizada através do seu ingresso na educação infantil, que se caracteriza pelo atendimento escolar às crianças de até 6 anos de idade, por meio de creches e pré-escolas. Esse ingresso possibilita a socialização da criança num ambiente mais amplo envolvendo um coletivo de atores sociais que rodeiam a mesma e seus responsáveis. Apesar de não ser obrigatória no Brasil, a educação infantil é um direito constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) indica que é da competência da família exercer ou não o direito de ter seus filhos matriculados nesse nível de aprendizado escolar.

Quando o UNICEF menciona o “papel” da comunidade no desenvolvimento infantil ele se refere à mesma como um espaço de socialização que possibilitará à criança tanto o seu desenvolvimento cognitivo, quanto sua construção enquanto cidadã através do reconhecimento de seus direitos e estabelecimento de fronteiras para a sua liberdade.

[...] Promover a socialização da criança num ambiente comunitário mais amplo constitui um dos principais objetivos da educação infantil. Esse processo de socialização baseia-se em dois eixos principais, sendo o primeiro deles a educação do comportamento em comunidade. Aqui, a criança aprende a estabelecer os limites entre seus direitos e os direitos das outras crianças, entre sua vontade e as normas de convivência. Em segundo lugar, a criança vai aprender a decodificar a realidade, a compreender o mundo da comunicação oral e rudimentos da interpretação de signos, a colocar as bases de futuras descobertas em todos os ramos do conhecimento:

matemática, ciências naturais, físicas e humanas. Em suma, a educação infantil constitui o alicerce da socialização e da garantia dos direitos e deveres da criança no seio da sociedade. (UNICEF, 2004, p. 88)

Assim, o UNICEF apresenta uma visão psicossociológica de que viver em comunidade é fazer parte de instituições nas quais é preciso se conformar às regras, cumprir exigências e desempenhar um papel prescrito de antemão. No caso da criança de 0 a 6 anos essa instituição é a escola. Deste modo, a relação infantil com o “ambiente comunitário” encontra-se mediada pela família e ocorre em um espaço disciplinado, sob a vigilância dos professores, orientadores educacionais e psicólogos que devem separar o que é da ordem do individual e o que é da ordem do social, e fiscalizar os perigos morais que os contatos da criança com o social podem representar.

Se no discurso do UNICEF a comunidade configura-se como a dimensão temporal e espacial da cidadania, um espaço de objetivação da sociedade democrática, que possibilita a subjetivação da criança enquanto um sujeito de direitos é possível pensar que a proposta desta agência para a experiência comunitária na infância é de uma cidadania regulada.

Como consta no relatório que, no ano 2000, o percentual de crianças de 0 a 6 anos que freqüentavam creches e pré-escolas na região Norte era muito baixo, e esse índice é relacionado pelo UNICEF à grande quantidade de crianças que viviam em famílias de renda familiar per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo, infere-se que as análises do relatório apontam as famílias da região como incapazes de garantir para suas crianças uma adequada convivência comunitária e o direito a cidadania.

Em última instância, no que diz respeito às competências familiares, o relatório aborda a questão das crianças ditas vítimas de violência, negligência e maus tratos, o UNICEF afirma:

[...] No ambiente doméstico, a violência contra as crianças pode ocorrer de duas formas: através do ataque direto ou por formas indiretas. No primeiro caso, as crianças sofrem agressões físicas ou psicológicas, abusos sexuais, etc. As formas indiretas de violência ocorrem de maneira mais sutil, seus efeitos são, porém, devastadores para a sobrevivência da criança. A alimentação precária (menos nutritiva ou em menor quantidade), a redução dos cuidados com saúde, o menor acesso à escola ou o menor tempo que passa nos bancos escolares, a falta de afeto e carinho configuram situações de negligência, que podem levar a sérias conseqüências para o desenvolvimento infantil. (UNICEF, 2004, p. 101)

Neste sentido, boa parte dos comportamentos dos familiares são classificados como violência ou como negligência, que seria uma violência indireta. O UNICEF então não apenas dá margens para que a família seja envolvida por um círculo de tutores e técnicos que a

cercam de perto, mas abre espaço para que ela seja alvo de criminalizações que podem culminar em perda do *Pátrio Poder*.

Apesar de relatar a dificuldade na obtenção de dados sobre a violência praticada contra as crianças na região, o UNICEF apóia-se em estudo realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/EMAÚS) no estado do Pará, para denunciar que durante os anos de 2000 e 2001 foram notificados um total de 11.883 casos de violência contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, sendo 2.625 casos (22,1%) referentes a crianças de 0 a 6 anos. Deste total de 11.883 casos, 34,5% foram categorizados como violência doméstica, que é aquela praticada por pais, mães, padrastos, madrastas, e 5% foram classificados como violência intra-familiar, que é aquela praticada por outros parentes (avós, tios, irmãos, primos, padrinhos, etc.).

[...] Mesmo sem dispor, para estes casos, de dados desagregados por idade que nos permitam saber com precisão quantas foram as crianças de 0 a 6 anos afetadas por essas duas categorias de violência, é fácil deduzir que, tratando-se de crianças pequenas, deve ser grande a parcela das 2.625 vítimas dessa faixa etária que tiveram como agressores seus próprios pais ou outros adultos que fazem parte de suas famílias. (UNICEF, 2004, p. 102)

Entre alguns tipos de violência classificados pelo CEDECA encontram-se: atentado violento ao pudor, abuso sexual, assédio sexual, aliciamento, estupro, tentativa de estupro, prática de prostituição, apreensão ilegal, ameaça de terceiros, desaparecimento, fuga do lar, homicídio, tentativa de homicídio, morte suspeita, lesão corporal, maus tratos, seqüestro, tentativa de seqüestro e racismo. Dados do conselho tutelar do município de Rio Branco no Acre, que também são mencionados brevemente em uma tabela no relatório, abordam o que é denominado como “características de violação”. Estas são categorizadas de maneira diferente em relação às classificações do CEDECA e encontram-se divididas em abandono, negligência, maus tratos, agressão física e agressão psicológica.

Percebe-se aqui que as práticas do UNICEF articuladas em práticas vizinhas realizam uma tentativa de exame sistemático da população da região para a localização de anomalias, operando uma espécie de administração social, preocupada com a prevenção de riscos. Corroborando com Castel (1987), esse exame torna-se instrumento de uma política que atua através de uma gestão diferencial das populações mais do que do cuidado.

A governamentalidade operada pelo UNICEF na região Norte atua persistentemente diagnosticando a falta de preparo da mãe e da família para os cuidados com as crianças pequenas e determinando os comportamentos dos membros da família como inadequados: é o

abandono dos estudos, a falta de tempo para ficar com a criança, a opção por deixá-la aos cuidados dos irmãos mais velhos, por não matriculá-la na pré-escola, as crenças a respeito dos cuidados de saúde, e uma série de práticas consideradas prejudiciais ao seu desenvolvimento saudável.

Deste modo, compreende-se como o UNICEF utiliza mecanismos disciplinares e biopolíticos que resultam em divisões e classificações da família em função da qualidade de seu desempenho na conservação ou proteção de sua prole. Seu alvo não é qualquer família, mais aquelas que se localizam nos grupos populares e que, como efeito de uma longa captura por dispositivos médicos, jurídicos e assistenciais, foram configuradas sob o rótulo de vulneráveis ou negligentes.

5 SAÚDE E “BEM-ESTAR” NA AMAZÔNIA: DEMANDA POR PROTEÇÃO E LIBERDADES REGULADAS

Há aproximadamente seis décadas o UNICEF foi criado em caráter emergencial para atender crianças que sofriam o impacto da II Guerra Mundial, e suas primeiras ações aconteceram no Leste Europeu que enfrentava uma séria crise de alimentos e remédios. Logo se transformou em política permanente com a missão de cuidar e proteger a infância no mundo todo.

Como prioridade de sua ações, esta agência estabelece explicitamente a ajuda a crianças das camadas classificadas de baixa renda nos países ditos menos desenvolvidos. Neste sentido, a proteção que o UNICEF pretende garantir às crianças está relacionada com o que ele define como necessidades básicas para o desenvolvimento infantil, sendo o foco de suas políticas os cuidados materno-infantis e o combate a mortalidade de crianças.

Em se tratando de uma organização que atua para fazer viver aqueles que são considerados como os seres mais frágeis e indefesos da humanidade, sua política encontra-se no cerne da questão do governo das populações, de modo que torna-se crucial nos estudos acerca da governamentalidade a realização de análises atentas em relação às suas práticas de poder e subjetivação, a fim de problematizar o modo como nossas vidas tem sido conduzidas na contemporaneidade.

“A união faz a força”, “Quem sai aos seus não degenera”, “Dizei-me com quem andas e eu te direi quem és”, “É melhor prevenir do que remediar”, “Quem não vive para servir, não serve para viver”, o que o UNICEF tem haver com tudo isso?

Em meio aos anseios de paz que constituem as relações internacionais, os ideais de modernização e desenvolvimento sócio-econômico têm sido defendidos como peças chaves para a manutenção do equilíbrio entre os Estados. Neste contexto, as práticas do UNICEF funcionam como produtoras de mecanismos de segurança que possibilitam que os países ditos menos desenvolvidos alcancem esses ideais e não ameacem a ordem mundial.

No Brasil, considerado um país em desenvolvimento, os mecanismos de segurança operados pelo UNICEF dirigiram-se prioritária e sistematicamente para a região Nordeste, caracterizada por esta agência como uma das mais pobres do país. Todavia, desde o final do século passado e início do atual, surgiu no âmbito internacional uma preocupação em definir “metas para o desenvolvimento do milênio” que deveriam alcançar principalmente as áreas assoladas pela pobreza visando melhorar as condições de saúde e educação. Deste modo, o “bem-estar” da população da Amazônia, região enquadrada no debate ecologizado que

emergia no cenário mundial, mas esquecida pelo poder público, passou a despertar muito interesse no âmbito das práticas de governamentalidade, inclusive de organizações internacionais como o UNICEF.

O período também era de redemocratização no plano nacional e os movimentos sociais que lutavam para garantir a implementação de políticas públicas, voltavam seus olhares para a Amazônia como uma região carente onde a população encontrava-se privada de cidadania. Deste modo, o UNICEF marcou sua presença na região e começou a ocupar-se da proteção das crianças, buscando mapear suas condições de sobrevivência e verificar seu estado de saúde.

Nas análises publicadas em 2004 no relatório “Ser Criança na Amazônia” o UNICEF destaca que as condições de desenvolvimento das crianças da região são bastante desfavoráveis e que as populações locais demandam uma atenção básica de qualidade em seus primeiros anos de vida.

Para que as crianças tenham sua saúde garantida o UNICEF afirma que é necessário que as famílias da região Norte adquiram melhores condições de renda, vivam em domicílios que possuam escoamento sanitário, água potável, coleta de lixo, que sejam construídos em lugares seguros e acessíveis com um número de cômodos suficiente para que não sejam divididos por mais de três pessoas, assim as crianças poderão ter privacidade e um lugar adequado para brincar. Tanto as crianças quanto suas mães necessitam de assistência médica desde o período gestacional, com acesso a no mínimo 7 consultas de pré-natal. Os partos devem ser “naturais”, e realizados por pessoas capacitadas, preferencialmente em hospitais, ou com parteiras que tenham passado por um treinamento e utilizem materiais apropriados. As mães devem ser “adultas” possuindo mais de 20 anos de idade, bem nutridas, ter acesso a programas de planejamento familiar e devem amamentar o filho pelo menos até os seis meses de idade. A criança deve ser cuidada por uma mãe afetiva e atenciosa, deve ser educada no seio de uma família amorosa e competente e socializada na escola. A mãe deve ter um bom nível escolar e um número reduzido de filhos e as tarefas domésticas devem ser compartilhadas entre homens e mulheres. O desenvolvimento da criança pode ser prejudicado quando os membros das famílias apresentam comportamentos inadequados, e quando as mães trabalham fora, são chefes de família e acumulam tarefas domésticas, isto porque além das mulheres ganharem pouco para o sustento da casa, elas acabam dispendo de um tempo insuficiente para interagir com as crianças.

Enfim, são muitos os fatores que determinam a situação de saúde das crianças, mas ao que parece, as práticas de cuidado e os modos de vida das famílias populares ainda são

ênfâtizados pelo UNICEF como as principais condições que prejudicam seu desenvolvimento saudável. Os estereótipos ligados à pobreza e a persistência de idéias higienistas nos discursos desta agência, desqualificam saberes populares e formas de existência das famílias pobres, operando práticas que segmentam, e classificam indivíduos e populações em função de riscos que são calculados a partir de padrões de normalidade. Neste sentido, produz-se demanda por uma rede infinda de proteções para as famílias da região que promovem a saúde e asseguram a vida, mas implicam em controles que põem em xeque sua autonomia.

É preciso estar atento que as tecnologias de biopoder propagam a saúde e o bem-estar ao custo da regulação de liberdades, afinal elas são instrumentos de uma governamentalidade liberal e funcionam a partir de mecanismos de segurança. Neste sentido, e ao contrário do que pode parecer, essa pesquisa não propõe a extinção das práticas do UNICEF, ela apenas dá visibilidade a alguns dos seus efeitos na pretensão de colocar duas questões éticas fundamentais: de que modo queremos ser governados? Como resistir aos controles quando em nome do bem-estar eles diminuem a potência da vida?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como colocar um ponto final em um trabalho de pesquisa que demandou tantos investimentos, abriu inúmeros campos de possibilidades, e mobilizou tantos afetos?

Se a construção do problema de pesquisa foi à primeira tarefa difícil, realizar uma análise documental utilizando as pistas deixadas por Foucault foi um tremendo desafio, que produziu encontros alegres e algumas angústias e frustrações.

Nas primeiras leituras do relatório não parecia difícil interrogar o documento e encontrar alguns regimes de verdade e suas práticas de poder imanentes, mas estabelecer regularidades e identificar discontinuidades no discurso do UNICEF, articulando-o a práticas vizinhas, foi bastante árduo. Neste sentido, o recorte das séries discursivas foi um trabalho que demandou muito tempo, diversas reconfigurações, e escolhas por discutir determinadas séries em detrimento de outras, e essas escolhas trouxeram a sensação de que as análises ficariam superficiais.

A seleção das referências também não foi simples, pois as possibilidades eram muitas e o tempo, que parece correr mais veloz a cada dia, não foi suficiente para a leitura de todas as bibliografias levantadas, mesmo àquelas indicadas na orientação e nos diversos espaços de trocas acadêmicas. Deste modo, muitas vozes não foram articuladas neste trabalho, mas longe de produzir imobilidade, essa experiência de perda, corte, exclusão, também implicou em autonomia para realizar escolhas e compor alianças muito potentes.

Essa organização de saberes em uma rede discursiva, também levou à reflexão a respeito de como esta pesquisa é uma prática que implica em objetivações e subjetivações, do mesmo modo que as análises do UNICEF sobre as condições de desenvolvimento infantil na Amazônia. Assim, uma questão que permeou todo o processo de construção das análises foi a preocupação em não desqualificar as práticas do UNICEF, mas indicar suas positivities através de outra perspectiva histórica que se insurge contra a tirania da história hegemônica de seus feitos heróicos.

Entre as condições que possibilitam a emergência do discurso sobre a saúde infantil objetivado pelas práticas do UNICEF no Brasil, e mais especificamente na Amazônia destaca-se o exercício de uma economia de verdade estatístico-científica, e de poder, pelo controle e monitoramento de fluxos e circulações através da realização de cartografias que integram bancos de dados numa rede de informações organizadas, um mapeamento da situação da infância na Amazônia, descrevendo as disposições e regularidades específicas dos fenômenos relacionados ao seu desenvolvimento e comparando esses dados entre si e com a realidade

brasileira e identificando assim o jogo de normalidades diferenciais, ou seja, a existência de normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal geral.

Também se destacou a emergência da população da região como objeto de saberes e poderes, passando, nas últimas décadas, a configurar-se como um problema específico relacionado à questão da segurança, e inserindo-se em um dispositivo de governamentalidade no qual as práticas do UNICEF estão articuladas. Isso se deu em função da configuração da região como heterogênea, alvo de intensas disputas e interesses político, marcada por uma história repleta de projetos para o seu desenvolvimento que vêm de fora, pela presença de diferentes atores sociais que ocupam seu território, além do crescimento e organização de sua população em modos de resistência contra as inúmeras investidas de dominação, inclusive no contexto desse novo capitalismo, onde essas investidas passam a dirigir-se para o capital de conhecimentos das comunidades locais. Assim, observa-se que as práticas desse organismo multilateral dirigidas à saúde e à infância operam diferentes técnicas de governo dos corpos no espaço produzindo territorializações como estratégias de gestão e uma agenda política atravessada pelo viés identitário. É neste sentido que se encontram no relatório alguns programas e projetos que se caracterizam como políticas identitárias e atuam através da gestão diferencial das populações sendo apresentados como exemplos de experiências que deram certo a serem reeditadas em outros lugares da região.

A articulação das idéias de promoção da saúde com um monitoramento competente de indicadores sociais na região, também possibilitou a produção de algumas regularidades discursivas acerca das condições necessárias para viver com saúde, que, para efeitos de análise, foram recortadas nesta pesquisa em três séries: *Condições básicas de sobrevivência; Cuidado materno e família competente; Políticas de saúde, educação e proteção à infância*. Entre essas elas optou-se por analisar as duas primeiras em função da complexidade e do tempo que demandaria realizar a discussão das três séries.

Na série condições básicas de sobrevivência, o UNICEF afirma a importância de aspectos da vida material e social da família como indicadores da situação de saúde das crianças. Entre eles estão a localização e qualidade da moradia, higiene, saneamento básico e nível de renda. Já na série cuidados maternos e família competente o UNICEF enfatiza o papel da mulher enquanto mãe, colocando-a como principal responsável pela sobrevivência e educação dos filhos, e afirma a importância do desempenho da família para a garantia do pleno desenvolvimento infantil.

A governamentalidade operada pelo UNICEF na região Norte atua persistentemente diagnosticando a falta de preparo da mãe e da família para os cuidados com as crianças

pequenas e determinando os comportamentos dos membros da família como inadequados. Deste modo, compreende-se como o UNICEF utiliza mecanismos disciplinares e biopolíticos que resultam em divisões e classificações da família em função da qualidade de seu desempenho na conservação ou proteção de sua prole. Seu alvo não é qualquer família, mais aquelas que se localizam nos grupos populares e que, como efeito de uma longa captura por dispositivos médicos, jurídicos e assistenciais, foram configuradas sob o rótulo de vulneráveis ou negligentes.

Considerando as palavras de Clarisse Lispector em sua crônica chamada “Delicadeza”, publicada em 12 de outubro de 1968 no Jornal do Brasil, e utilizada como epígrafe deste trabalho, lancei-me na escrita dessa história em virtude do prazer da tentativa e da vontade de tocar as práticas do UNICEF em vez de capturá-las. Neste sentido, alguns temas e discussões que não foram articulados nas análises, mereceriam uma atenção mais específica, como as questões da cidadania, democracia, e do Brasil no contexto do neoliberalismo, que auxiliariam a colocar em debate a governamentalidade operada pelo UNICEF de maneira abrangente, no entanto, as exigências acadêmicas relativas ao tempo que uma pesquisa de mestrado deve durar impossibilitaram essas investidas.

Cabe-me, então, ressaltar as possibilidades de novas pesquisas e produções acadêmicas, os encontros, as ressonâncias, afetos, potências... Enfim, as pistas que este trabalho pode deixar para novas maneiras de construir nossas políticas de existência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Michel Foucault e a Mona Lisa ou Como escrever a história com sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 97-107.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BELLI, Benoni. **A politização dos direitos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARTHOLO-JÚNIOR, Roberto. A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 13-26.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal n. 8.069/90. Ministério da Justiça. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.html>. Acesso em: 5 abr. 2009.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação e realidade**, v. 4, n. 1, p. 25-44, dez-jan/jul. 2000.
- BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-177. 2000.
- CANDIOTTO, César. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CASTEL, Robert. **A gestão do risco: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Família e criança. Leis e mediadores na sociedade de classes. In: DORA, Denise Dourado (Org.). **Feminino, masculino: igualdade e diferença na justiça**. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 131-146.
- _____. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 510-553.

FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Magareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 165-163

_____. Nietzsche a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985a. p. 15-37.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985b. p. 243-276.

_____. A política de saúde no século XVIII. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985c. p. 193-207.

_____. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985d. p. 79-98.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987a.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987b.

_____. **História da sexualidade** Vol. 1 A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Arqueologia do Saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel de Barros da (Org.). **Estratégia, poder-saber/Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006a (Coleção Ditos e Escritos, v. IV). p. 223-240.

_____. Os intelectuais e o poder. In: MOTTA, Manoel de Barros da (Org.). **Estratégia, poder-saber/Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006b (Coleção Ditos e Escritos, v. IV). p. 37-47.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GAMA, William, VELHO, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. **Estudos avançados**. v. 19, n. 54, p. 205-224, 2005.

HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. De que infância nos fala a Psicologia do Desenvolvimento? In: GUARESCHI, Neuza; HÜNING, Simone. (Org.). **Implicações da Psicologia no Contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 83-102.

LE GOFF, Jaques. “Memória”. In: **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A apropriação do brincar com instrumento de disciplina e controle das crianças. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 1, p. 81-91, abr. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a08.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **Análise genealógica de práticas do UNICEF e da UNESCO de atenção às crianças e jovens, no Brasil, de 1990 a 2008**. Belém: UFPA, Projeto de pesquisa não publicado, 2008a.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A educação como dispositivo de proteção à crianças e adolescentes segundo práticas do UNICEF: problematizações foucaultianas. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 8, n. 3, p. 599-577, dez. 2008b. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v8n3/v8n3a02.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. O UNICEF e as práticas de governamentalidade de crianças e adolescentes no espaço/tempo. **Teias**, v. 10 n. 20, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5D=443>> . Acesso em: 10 jan. 2010.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. In: PIMENTEL, Adelma; LEMOS, Flávia; SOUZA, Maurício de, NICOLAU, Roseane (Orgs.). **Itinerários de Pesquisas em Psicologia**. Belém: Amazônia Editora, 2010. p. 95-118.

MAIO, Marcos Chor. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos avançados**. v. 19 n. 53, p. 115-130, 2005.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 27-40.

NORA, Pièrre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OMS/UNICEF. **Declaração de Alma-Ata**: conferência internacional sobre cuidados primários de saúde. Alma Ata, 1978. Não paginado. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

OMS. **Carta de Ottawa**: primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Ottawa, Canadá, 1986. Não paginado. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <http://www.unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

ONU. **Histórico**. c2010. <Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/conheca_hist.php>. Acesso em: 16 ago. 2010.

OROPALLO, Maria Cristina. **A presença de Nietzsche no discurso de Foucault**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2005. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Filosofia, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. 2. ed. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995. Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial_2/pdf/vol07n12/efeito.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil e as Nações Unidas no contexto das políticas multilaterais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2010.

SCHUCH, Patrice. Amor, paz e harmonia em assuntos de justiça: o Brasil e os princípios internacionais dos direitos da criança e do adolescente. In: FONSECA, Cláudia; SCHUCH, Patrice (Orgs.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**, Porto Alegre: UFRGS, 2009. P. 253-272.

STASSUN, Cristian Caê Seemann. Geoprocessamento: o dispositivo biopolítico de governo mais eficiente do século XX? In: NEUTZLING, Inácio (Org.) **XI Simpósio Internacional O (des)governo biopolítico da vida humana**. São Leopoldo: Casa Leiria. 2010. 1 CD-ROM.

UNICEF. **Ser criança na Amazônia:** uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil. Belém: UNICEF, 2004. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/ser_crianca_amazonia.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2008.

UNICEF. **Dúvidas freqüentes.** c2010a. Disponível em:< <http://www.euapoiounicef.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

UNICEF. **Direitos da criança.** c2010b. Disponível em: < <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.